



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, CULTURAS E
ESPECIALIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

RAFAELA BARROSO ARAUJO

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: O BRASIL DOS “ANOS DOURADOS” NA
OBRA QUARTO DE DESPEJO (1955 – 1960)

FORTALEZA – CEARÁ

2024

RAFAELA BARROSO ARAUJO

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: O BRASIL DOS “ANOS DOURADOS” NA OBRA
QUARTO DE DESPEJO (1955 – 1960)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História, do Programa de Pós Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História, Culturas e Espacialidades. Linha de pesquisa: Linguagens, narrativas e subjetividades.

Orientador: Prof^a. Dra. Valéria Aparecida Alves.

FORTALEZA – CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Araújo, Rafaela Barroso.

Nem tudo que reluz é ouro: o Brasil dos anos dourados na obra Quarto de Despejo (1955-1960) [recurso eletrônico] / Rafaela Barroso Araújo. - 2024.
123 f.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico Em História, Culturas E Espacialidades, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof.e Dra. Valeria Aparecida Alves.

1. Anos Dourados. 2. Quarto de Despejo. 3. historiografia I.
Título.

NEM TUDO QUE RELUZ É OURO: O BRASIL DOS “ANOS DOURADOS” NA OBRA
QUARTO DE DESPEJO (1955 – 1960)

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em História, do Programa de Pós Graduação em História, Culturas e Espacialidades do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em História. Área de Concentração: História, Culturas e Espacialidades. Linha de pesquisa: Linguagens, narrativas e subjetividades.

Aprovada em: 30 de abril de 2024

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Valéria Aparecida Alves (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof.^a. Dra. Lídia Noemia Silva dos Santos

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Rodrigo Alves Ribeiro

Universidade Estadual do Ceará – UECE

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente aos que vieram antes de mim: filhos da diáspora, que, sabiamente mesmo em meio a dor, pavimentaram caminhos para que eu pudesse ocupar este espaço.

Aos alunos da escola pública. Aos meus queridos e enérgicos estudantes da educação básica que semearam comigo essa ideia de recriar narrativas históricas. A sala de aula é solo fértil. “Há que se cuidar do broto”. Sigamos na agri(doce)ncia nossa de cada dia!

Um forte agradecimento à Professora Dra. Valéria Aparecida Alves pelo alto grau de compromisso e competência na orientação desta pesquisa. Suas contribuições foram fundamentais para o meu amadurecimento acadêmico. Senti-me bastante contemplada e respeitada. Com certeza uma referência muito importante na minha trajetória intelectual.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em História, Cultura e Espacialidade da Universidade Estadual do Ceará pelo aprendizado compartilhado.

A banca de Qualificação com a presença dos professores Dra. Lidia Noemia Silva dos Santos e do Dr. Gisafran Nazareno Mota Jucá. Ambos teceram pertinentes contribuições para a pesquisa.

Aos meus colegas de curso que se fizeram presentes nos espaços virtuais em meio as ausências de espaços físicos. Guardarei de vocês grandes aprendizados e boas prosas regadas de café e tapioca na banca do seu Billy.

Um agradecimento ao seu Billy, patrimônio vivo da UECE.

À Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, pelo cumprimento do Estatuto do Magistério, incentivando e garantindo a permanência do seu corpo docente na formação continuada. A educação pública possui profissionais brilhantes e cada vez mais capacitados. Que a educação básica possa estreitar cada vez mais os laços com a universidade pública e para todos.

À Coordenadoria da Diversidade e Inclusão da Secretaria Municipal da Educação, por me confiar a partilha de conhecimentos práticos e teóricos com as 99 unidades de ensino do Distrito de educação 3.

Um agradecimento especial aos meus pais Odalves Rodrigues e Vilandia Landu, que apesar de todas as circunstâncias vivenciadas no seio familiar, sempre estiveram presentes no incentivo aos estudos.

Aos meus irmãos de sangue e de coração Antônio Alencar, Rayane Barroso e Rodrigo Barroso por dividirem as responsabilidades familiares que muito nos sobrecarregaram nos últimos meses.

Um afetuoso agradecimento ao meu companheiro Vanucci Evaristo, que acompanhou os bastidores desse processo produtivo me oferecendo conversas profundas, colo e café. Obrigada pelos momentos de suspiro, caminhadas de mãos dadas e partilhas filosóficas.

Aos amigos que compreenderam minhas ausências. A escrita é um processo silencioso e solitário.

Aos camaradas aliados nas trincheiras da vida que entendem a necessidade de revezamento dos seus combatentes para que a luta não esmoreça. Sigamos em nossas utopias concretas!

Aos amigos que a educação me deu, em especial Danilo Gurgel, Eric Santos, João Paulo Pimentel e Rayssa Oliveira. Grandes referências de professores e pesquisadores, além de pessoas incríveis. Obrigada pelo incentivo, conversas triviais e sugestões de estudos.

Um agradecimento mais que especial à minha professora de sentimentos, Rina Márcia, que me acompanha desde quando tudo isso era apenas uma insegurança. Obrigada por me ajudar a conduzir melhor as emoções e distorções.

Ao companheirismo de Nino e entusiasmo de Brisa nas produtivas madrugadas, ajudando a aliviar momentos de exaustão.

RESUMO

De modo a ampliar horizontes epistemológicos, busca-se compreender as representações do Brasil dos “anos dourados” (1955 – 1960) a partir da obra “Quarto de Despejo” da autoria de Carolina Maria de Jesus. Para o estudo, delineamos o contexto histórico dos anos 1950 em seus aspectos culturais, políticos e econômicos e as narrativas que imperavam na época em torno do desenvolvimentismo e o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), bem como seus pontos de tensionamento evidenciados no discurso da autora que nos convida a “entrar em seu quarto de despejo” e conhecer a crua realidade representada em seus diários que posteriormente vieram a ser publicados em formato de livro em 1960. Pelas lentes da interseccionalidade, abordamos o inter cruzamento das opressões de raça, gênero e classe social que permeiam o enredo da obra. Discutimos as aproximações e distanciamentos quando História e Literatura resolvem dialogar, além de refletirmos criticamente sobre os problemas que perpassam a produção/recepção literária e historiográfica. A proposta principal deste trabalho é ecoar epistemes subalternizadas.

Palavras-chave: “Anos Dourados”; Quarto de Despejo; historiografia.

ABSTRACT

To broaden epistemological horizons, we seek to understand the representations of Brazil in the “golden years” (1955 – 1960) based on the work “Quarto de Despejo” by Carolina Maria de Jesus. For the study, we outlined the historical context of the 1950s in its cultural, political and economic aspects and the narratives that prevailed at the time around developmentalism and the government of President Juscelino Kubitschek (1956-1961), as well as its tension points highlighted in the author's speech, which invites us to “enter her poor room” and learn about the raw reality represented in his diaries, which were later published in book format in 1960. Through the lens of intersectionality, we approach the intersection of racial oppression , gender and social class that permeate the plot of the work. We discuss the approaches and distances when History and Literature decide to dialogue, in addition to reflecting critically on the problems that permeate literary and historiographical production/reception. The main purpose of this work is to echo subalternized epistemes.

Keywords: “Golden Years”; Quarto de Despejo; historiography.

LISTAS DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento
CAMEX	Câmara de Extensão
CODENO	Conselho de Desenvolvimento do Nordeste
CONSU	Conselho Universitário
EUA	Estados Unidos da América
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JK	Juscelino Kubitscheck
OPA	Operação Pan -Americana
PIB	Produto Interno Bruto
PROEX	Pró Reitoria de Extensão
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SUDENE	Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes.
UNILAB	Universidade da Lusofonia Afro Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	“BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO”.....	16
2.1	O Brasil dos “anos dourados”: uma orquestra cultural.....	17
2.2	Um fenômeno chamado JK e o Brasil desenvolvimentista.....	26
2.3	Nem tudo que reluz é ouro.....	41
3	AGORA “O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA”	51
3.1	Com vocês, Carolina Maria de Jesus.....	53
3.2	Adentrando o “Quarto de Despejo”	63
3.3	Uma análise interseccional.....	72
4	ECOANDO VOZES SUBALTERNAS.....	85
4.1	Sensibilizando a História.....	86
4.2	Produção histórica: Quais narrativas?.....	93
4.3	Pode a subalternizada falar?.....	104
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
	REFERÊNCIAS.....	116

INTRODUÇÃO

Abrindo caminhos, apresento-lhes Carolina Maria de Jesus. A responsável pela concretização do presente estudo: “Quando cheguei e abri a porta, vi um bilhete. Conheci a letra do repórter. Perguntei a Dona Nena se ele estava aqui. Disse que sim. (...) O bilhete dizia que a reportagem vai sair no dia 10, no Cruzeiro. Que o livro vai ser editado. Fiquei emocionada” (Jesus, 2014, p. 170).

O trecho acima foi extraído obra “Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada” publicada pela primeira vez em 1960 - de autoria da Carolina Maria de Jesus (1914 - 1977) - Diante o seu valor literário e histórico, possibilitou-nos mobilizá-la com outras fontes historiográficas/documentais objetivando analisar o Brasil no contexto dos “anos dourados”. A fonte em questão nos ofereceu elementos que foram historicizados e problematizados pela perspectiva interseccional, inter cruzando as categorias de raça, gênero e classe.

Os cadernos-diários da escritora, que vieram a compor seu livro mais conhecido até então, estão compreendidos entre julho de 1955 a janeiro de 1960. O estudo propôs discutir na obra “Quarto de Despejo” uma contra narrativa frente aos discursos hegemônicos vigentes na época e ainda hoje presentes em diversos documentos, que colocam o Brasil no patamar de um Estado próspero e desenvolvido. Os entusiastas classificam esse período como “anos dourados”, o mesmo recorte temporal em que os registros de Carolina Maria de Jesus foram feitos. Se de um lado os mais variados documentos históricos apresentam a ideia do desenvolvimento e progresso nacional, de outro, temos os registros da escritora denunciando a vida precária de quem lutava diariamente contra a fome e o apagamento epistêmico.

O interesse pelo tema advém da minha experiência enquanto historiadora/professora na escola pública, lidando com métodos e currículos, por vezes, deslocados da realidade dos alunos, dos educadores e da sociedade de um modo geral. É sabido que esse problema perpassa pela academia e reflete diretamente nos sistemas de ensino em todos os níveis. Portanto, propostas de pesquisas que tensionam referenciais hegemônicos e produzam novas abordagens a respeito da produção do conhecimento historiográfico, bem como do ensino de história, se mostram necessárias tanto para a formação docente/discente quanto para um projeto de sociedade.

Nesse sentido, a relevância da pesquisa se deve ao fato de apresentar possibilidades de articular e mobilizar conceitos que venham tensionar modelos hegemônicos que fundamentam os discursos historiográficos validados academicamente e reproduzidos em todos os níveis nos sistemas de ensino. Além disso, os espaços de produção do conhecimento

têm o poder de reproduzir ou gerar discursos que se sedimentam no imaginário social e se tornam práticas sociais. Por esse motivo, precisamos refletir sobre nossa conduta quando somos nós que mantemos vínculos institucionais com os referidos espaços e sobre como atuar de forma a colaborar com os princípios da Educação para as Relações Étnico-Raciais¹ em nossas instituições.

De acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população negra representa mais de 56% do total de brasileiros e isso corresponde a soma das pessoas autodeclaradas como pretas e pardas. Indicadores socioeconômicos apontam que os dois grupos ocupam posições similares no que tange aos vários níveis de vulnerabilidades.

Nosso país tem a maior população negra fora da África e a segunda maior do mundo, oriunda de um violento processo diaspórico. Menciono aqui os povos quilombolas e indígenas, que continuam resistindo mesmo após a descolonização, além dos “quartos de despejos”, que são as favelas superlotadas nas áreas urbanas.

Diante o cenário, se faz necessário e urgente uma efetiva reformulação dos referenciais curriculares da educação infantil à universidade, de forma a promover uma compreensão mais apurada da realidade objetiva e subjetiva da maioria da população brasileira. Não é mais possível pensar espaços de ensino-aprendizagem que não estejam intimamente comprometidos com os debates e demandas de minorias sociais².

As estruturas coloniais impressas nos currículos e práticas educativas precisam ser revisadas dando espaço para novas abordagens que considerem os diversos saberes presentes na nossa sociedade.

A colonização implicou na desconstrução da estrutura social, reduzindo os saberes dos povos colonizados à categoria de crenças e pseudossaberes sempre lidos a partir da perspectiva eurocêntrica. Essa hegemonia no caso da colonização do continente africano, passou por desqualificar e inviabilizar os saberes tradicionais, proporcionando uma completa desconsideração do pensamento filosófico desses povos. (Nogueira, 2014, p. 27).

A desestruturação dos modos de ser e saber da população africana atravessou o Atlântico e permanece até os dias de hoje. O Brasil é uma nação composta majoritariamente pela população negra, oriunda de processos afro diaspórico, administrado desde sempre por

¹ Para consultar o documento na íntegra: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana - disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasileira_e_africana.pdf.

² Muitas pessoas, ao ouvirem falar de minorias sociais, associam à ideia de uma quantidade menor de pessoas que integram um grupo, mas isso é um equívoco. Apesar de receber o nome de “minorias”, o termo não se refere à quantidade de pessoas, mas a uma situação de desvantagem social.

interesses de uma classe dominante sedimentada na colonialidade³, que subvaloriza e muitas vezes não reconhece as contribuições de matrizes culturais que não passem pelo crivo do eurocentrismo.

Pode ocorrer de alguns leitores deste trabalho sinalizarem o fato de sê-lo identitário ou deveras subjetivo. No entanto, Silvio Almeida faz a seguinte afirmação:

Ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma. É uma raça que não tem raça. Por isso, é irônico, mas compreensível, que alguns brancos considerem legítimo chamar de “identitários” outros grupos sociais não brancos sem se dar conta de que esse modo de lidar com a questão é um traço fundamental da sua própria identidade. (Almeida, 2020, p.78.)

Portanto, outra motivação que julgo pertinente para o estudo desse assunto, parte da minha posição de mulher negra, engajada em movimentos sociais e professora da escola pública. Tematizar essa angústia numa pesquisa acadêmica me é algo bastante caro e se diagnostica como parte de um processo de cura. Grada Kilomba (2019) em seus estudos sobre psicanálise e episódios de racismo cotidiano, se refere ao espaço acadêmico como um lócus:

historicamente embranquecido onde temos estado sem voz e onde acadêmicos brancos têm desenvolvido discursos teóricos que formalmente nos construíram como as/os “Outras/os” inferior [...] Dentro dessas salas fomos feitos de objetos de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos mas raras vezes fomos os sujeitos (Kilomba 2019, p.50-51).

A cura, de acordo com a autora, ocorre quando o sujeito negro inicia uma série de identificações com outras pessoas negras, prevenindo-o da identificação alienante com a branquitude⁴ e levando-o a um sentimento de segurança interior e autorreconhecimento. Possibilitando assim, o processo de reparação uma vez que, internamente, “o sujeito negro está fora da ordem colonial e alcança um estado de *descolonização*; isto é, internamente, não se existe mais como a/o ‘*Outra/o*’, mas como o eu. Somos eu, somos *sujeitos*, somos quem descreve, somos quem narra, somos autoras/es e autoridade da nossa própria realidade” (Kilomba, 2019, p.238). A narrativa de Carolina Maria de Jesus parte desse lugar de reconhecimento racial, no qual a autora discursa em muitas passagens do livro sobre sua

³ Quijano (1998) cunhou o conceito de colonialidade como algo que ultrapassa as especificidades do colonialismo histórico e que não desaparece com os processos de independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais.

⁴ Usado para categorizar o conjunto de regras, comportamentos e privilégios da população branca.

condição de mulher subalternizada, ao mesmo passo que valida sua posição de escritora, assumindo-se enquanto sujeito que autoriza sua voz ecoar.

Em “Quarto de Despejo” é possível encontrar evidências para colocar em perspectiva histórica um dado contexto da história nacional e a partir do cruzamento com outras fontes desenvolver uma pesquisa que venha contribuir como instrumento de investigação para futuros trabalhos no campo da História Cultural.

A pesquisa nasceu da seguinte inquietação: Quais as representações do Brasil no contexto dos “anos dourados” a partir da narrativa de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo”?

Com o objetivo de compreender as representações do Brasil no contexto dos “anos dourados” a partir da obra “Quarto de Despejo”, foram definidos três objetivos específicos detalhados a seguir: Identificar e problematizar os discursos hegemônicos utilizados na produção do conhecimento histórico sobre o período dos “anos dourados” no Brasil; Analisar o discurso de Carolina Maria de Jesus no contexto dos “anos dourados” pelo viés da interseccionalidade; Refletir criticamente sobre as vozes que disputam espaços na produção literária e historiográfica no Brasil.

O presente estudo situa-se no campo da História Cultural, pois parte da consideração de que a cultura é elemento constitutivo da experiência histórica. É tudo aquilo que ao ser produzido ou interferido pelos seres humanos, traz as marcas de sua identidade, imaginação e sociabilidade. Nesse sentido a área de concentração em História, Cultura e Espacialidades articulado à linha de pesquisa - Linguagens, Narrativas e Subjetividades acolhe esse trabalho na medida em que compreende as múltiplas linguagens como definidoras de culturas e sociedades. Além do olhar amplo para as diversas narrativas que produzem o diálogo entre o passado/presente e os sujeitos envolvidos. Buscando ainda, compreender as subjetividades manifestadas através dos sentimentos, expressos em formas sensíveis de interpretar o mundo por meio do simbólico.

Conforme Barros (2005), a História Cultural é um campo historiográfico que se torna mais preciso e evidente a partir das últimas décadas do século XX, mas que tem claros antecedentes desde o início do mesmo século, é particularmente rica no sentido de abrigar diferentes possibilidades de tratamento. A partir dessa modalidade historiográfica, houve uma abertura para estudos dos mais variados, como a cultura popular, a cultura letrada, as representações, as práticas discursivas partilhadas por diversos grupos sociais, os sistemas educativos, a mediação cultural através de intelectuais, ou a quaisquer outros campos temáticos atravessados pelos mais variados sentidos da noção de cultura.

Pesavento nos sinaliza que:

por vezes, se utiliza a expressão *Nova História Cultural*, a lembrar que antes teria havido uma velha, antiga ou tradicional História Cultural. Foram deixados de lado concepções de viés marxista, que entendiam a cultura como integrante da superestrutura, ou mesmo da cultura como manifestação superior do espírito humano e, portanto, como domínio das elites. Também foram deixados para trás concepções que opunham cultura erudita à cultura popular (2011, p. 14).

As novas abordagens históricas não estão mais limitadas aos aspectos econômicos, antes compreendida enquanto um processo de sucessão de luta de classes, sendo a cultura como parte resultante desse processo. Não se trata de uma relação lógica de causa e efeito. Apesar de considerar que a História Cultural precisa estar em constante diálogo com a história social. A exemplo temos esta pesquisa que ao trabalhar uma fonte literária - a obra “Quarto de Despejo”, como aporte documental de um dado contexto da história do Brasil, observamos várias camadas a serem analisadas. História e literatura se inter cruzam, possibilitando tecer várias reflexões acerca de questões espaciais (a favela), as subjetividades (a narrativa da autora), os problemas sociais (aspectos econômicos). Não é possível dissociar história cultural e história social. O que podemos fazer com isso é alinhar os pontos e produzir compreensões que permitam análises concretas das realidades, mas sem cairmos em determinismos econômicos.

Ao utilizar “Quarto de Despejo” como fonte principal a ser evidenciada, considera-se importante tratá-la numa perspectiva interseccional. A conceituação da Interseccionalidade foi elaborada pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), que através de uma realidade observada identificou a existência de uma articulação envolvendo a interação de questões de gênero, de raça e de classe como um determinante para a desigualdade estrutural e, conseqüentemente, para a discriminação. Na obra tais categorias se interseccionam e atravessam a narrativa: gênero - pois trata-se de uma mulher; raça - uma mulher negra, sendo importante frisar aqui que a pobreza no Brasil carrega uma raça, uma cor e as favelas são pontos aglutinadores da população negra e pobre; classe - tendo em vista que os diários de Carolina nos trazem um panorama cruel das desigualdades sociais no país.

Para Hartog (2013), um dos grandes desafios do historiador é evidenciar o invisível, analisar a fonte para além da fonte em si e descobrir novos sentidos. É preciso dar visibilidade a sujeitos invisibilizados. Para isso é preciso mergulhar nos documentos, provocar as fontes, indagá-las, ouvir a sua voz. Hartog também aponta que: “o historiador é não só um mergulhador, visitante dos mortos e dos arquivos, o viajante com olhar-

participante, mas ainda deve ser dotado de ouvido porque a história fala [...] os documentos são vozes” (Hartog, 2013 p. 155).

o desenvolver uma pesquisa no campo da História Cultural é possível alcançar uma fluidez historiográfica e uma abertura, não menos rigorosa, na lida com as fontes e seus métodos. De acordo com Albuquerque Jr.:

A obra de Nós historiadores, ao contrário do que faz crer as dicotomias que atravessam nosso campo de estudo hoje, não escrevemos a História da margem direita ou da margem esquerda do rio, não podemos optar por habitar a margem do objetivismo ou a margem do subjetivismo, a margem da natureza ou a margem da cultura, a margem da realidade ou a margem da construção discursiva da História, pois a História em seu acontecer articula e relaciona todos estes aspectos e a narrativa histórica também deve fazê-lo (Albuquerque Jr, 2007, p. 29).

Sobre a metodologia da pesquisa, Prost (2008) nos elucida que é necessário ser historiador para fazer história, pois só esse conhece as questões formuladas às fontes, bem como a utilização de procedimentos que as levem a exprimir-se. Os procedimentos fazem a fonte falar. Sem serem questionados, os vestígios permanecem silenciosos. E é fazendo história que alguém se torna historiador. O autor utiliza a metáfora da história como artesanato para ilustrar que a artesanaria da história não se dá de forma automática e sistemática, mas de maneira orgânica, com tato, dosagem e compreensão adequadas ao objeto. No entanto, tal artesanaria não deixa de apresentar seu rigor.

Com relação à orientação metodológica, este trabalho se apresenta como uma pesquisa qualitativa. “A pesquisa qualitativa fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que foca fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos.” (Santos, 2010, p. 16).

Quanto a modalidade, utilizamos procedimentos de caráter descritivo de modo a relacionar e registrar os fenômenos e articular os conceitos estudados; além da investigação bibliográfica e documental para levantamento de dados necessários ao desenvolvimento do estudo.

A pesquisa está estruturada em três capítulos principais, além deste texto introdutório, considerado como primeiro capítulo e as considerações finais. Dito isto, faremos um breve resumo. No segundo, buscamos interpretar o contexto dos “anos dourados”, a partir de uma perspectiva “oficial”. Mas também evidenciado as contradições do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, num esforço de reelaborar como o Brasil foi representado na narrativa de Carolina Maria de Jesus.

No terceiro capítulo, apresentamos a trajetória de Carolina Maria de Jesus em seus aspectos biográficos e do livro “Quarto de Despejo”, analisado numa lente interseccional. A escrita autobiográfica foi investigada levando em consideração os marcadores de gênero, raça e classe.

No quarto capítulo, um breve estudo sobre História Cultural do qual abordamos as aproximações e distanciamentos entre Literatura e História e como ambas trabalham as representações da realidade.

Segundo Chartier (1990), todo documento, seja ele literário ou qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se pode desligar de sua realidade de texto construído pautado em regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria um real na própria historicidade de sua produção e na intencionalidade da sua escrita.

Também discutimos o conceito de colonialidade bem como as implicações na produção e validação/negação de determinados saberes e epistemologias. A relação entre História, Literatura e Colonialidade conduziu a etapa final da pesquisa, onde refletimos e problematizamos acerca das relações de poder na produção do conhecimento histórico e as vozes que disputam espaço na historiografia.

2 “BRASIL, MEU BRASIL BRASILEIRO”

A canção “Aquarela do Brasil” de autoria de Ary Barroso, no qual um trecho é utilizado para compor o título deste capítulo, ilustra o sentimento ufanista vivido no país na década de 1950. Embora a icônica obra do cancionista popular brasileiro tenha sido gravada, ainda, no ano de 1939, sendo categorizada como um subgênero do samba, um samba de exaltação⁵, pedimos licença ao mestre compositor para elucubrarmos um pouco mais sobre esse Brasil deveras exaltado nas décadas subsequentes.

Neste capítulo, apresento a contextualização histórica do Brasil entre os anos de 1950 a 1960. Aponto os aspectos culturais, políticos, econômicos, bem como dados biográficos a respeito da figura política de Juscelino Kubitschek, personagem preponderante no cenário da época e presente nos diários de Carolina Maria de Jesus. As informações apresentadas, são basilares para a compreensão e desenvolvimento dos capítulos seguintes.

A partir da análise bibliográfica de estudos sobre o período, busco compreender como se reproduziu o imaginário de uma nação próspera em seu projeto desenvolvimentista, construído a partir de um discurso hegemônico, que elevou o Brasil ao *status* de potência econômica, ao mesmo passo que uma parcela da população brasileira estava à margem desse processo.

Por último, problematizo as contradições existentes entre o discurso oficial produzido na época e a realidade vivida por grande parte da população, a partir da obra “Quarto de Despejo” (1960) que nos fornece informações denunciando a falta de atenção dos políticos, entre eles Juscelino Kubitschek e o desenvolvimentismo que não chegou até a população mais necessitada.

Apesar da delimitação deste estudo situar-se entre os anos de 1955 – 1960, período em que os cadernos que compõem “Quarto de Despejo” estão situados, considera-se importante uma contextualização inicial que alinha nossa trama. Neste caso, abordo no tópico a seguir momentos e dados pertinentes a respeito da conjuntura nacional que datam do decorrer dos anos 1950.

⁵ “O nacionalismo da ditadura Vargas estimulou o aparecimento do samba cívico, também chamado de samba de exaltação, característico por seus temas patrióticos e ufanistas, estética monumental e grandiloquente, essas canções ressaltam as maravilhas do país e tem um acompanhamento orquestral pomposo”, conforme: PEREIRA, Maria Fernanda de França. O samba de exaltação: convergências e conflitos na construção discursiva da identidade nacional. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 103-119, dez. 2012.

2.1 O Brasil dos “anos dourados”: uma orquestra cultural

Nada mais representativo, se tratando da cultura brasileira, do que o futebol e suas peripécias. Drible de cá, drible de lá, enquanto o Estado brasileiro ocupava os holofotes mundiais ao sediar a copa de 1950. O cenário serviu para semear um clima de otimismo no país, gerando na população expectativas sobre um futuro promissor. Ao considerarmos que o futebol é uma das nossas marcas identitárias, algo que desperta na sociedade um sentimento de unidade nacional, conquistar na própria terra o mundial de 1950, significava a possibilidade de mostrar para o restante do mundo a potencialidade brasileira.

Embora não ganhando a taça naquele campeonato, o país conseguiu protagonizar e performar⁶ fama e sucesso. Afinal, era um “Brasil brasileiro! Terra de samba e pandeiro”⁷ aformoseado por sua capital federal, a “cidade maravilhosa cheia de encantos mil [...] coração do meu Brasil”⁸. Uma pena dizer que o coração “fora transplantado” para o cerrado, que ganhou uma paisagem forasteira de concreto e asfalto.

Sujeitos e cenários escalados, sigamos na nossa trama pois muitos lances, ainda, vão rolar, com gols, bolas na trave, juízes de caráter duvidoso e uma torcida que tal hora começa a questionar as regras do jogo. O início dos anos 1950 é marcado pelo pós guerra e o prelúdio do acirramento entre os Estados Unidos e União Soviética. Dois grandes times em campo disputando o controle político-econômico, financiando seleções menores⁹ ao redor do mundo e manobrando seus interesses enquanto torcidas “iam a loucura” nas arenas ideológicas e nos *fronts* de batalha. Eis o mundo polarizado. Nos países ocidentais alinhados com a lógica capitalista, dos quais o Brasil figurava, prevalecia “uma espécie de casamento entre liberalismo econômico e social democracia” (Hobsbawm, 1995, p. 265). Um capitalismo repaginado no pós guerra, que via a classe trabalhadora como potencial aliada, promovendo

⁶ O conceito de performance nasce da arte teatral. Neste sentido, a utilização do termo busca fazer uma relação entre o que é real e o que é representado. Uma peça de teatro é algo intencionalmente criado para mostrar um enredo com vistas a aplausos no final. “a performance é antes de tudo uma expressão cênica [...] A partir dessa primeira definição, podemos entender a performance como uma função do espaço e do tempo; para caracterizar uma performance, algo precisa estar acontecendo naquele instante, naquele local” (Cohen, 2002, p.28).

⁷ Trecho da canção de Ari Barroso – “Aquarela do Brasil”.

⁸ O trecho em destaque se trata de uma marcha carnavalesca composta por André Filho (1906-1974) em 1934. O adjetivo para a cidade do Rio de Janeiro foi dado pelo escritor maranhense Coelho Neto, como uma homenagem às belezas naturais da cidade, ao escrever em “A Notícia”, página 3, no dia 29 de novembro de 1908 seu artigo “Os Sertanejos”. Em 1934, André Filho gravou seu grande sucesso em dupla formada com a então “novata” Aurora Miranda. Para mais informações acessar o Blog Museu da Canção:

<https://museudacancao.blogspot.com/2012/11/cidade-maravilhosa.html>. Acesso em: 30 de ago 2023.

⁹ Países e zonas de influência financiados pelas duas potências político-militares da época - EUA/ URSS e que no cenário geopolítico ocuparam posições estratégicas no avanço e manutenção das forças beligerantes dos blocos capitalista e socialista durante o contexto da Guerra Fria.

como moeda de troca, políticas públicas com vistas a ter o reconhecimento das massas proletárias. Havia aí uma manobra de “domesticação”. É importante ressaltar que na política de conciliação a troca nunca é justa. Pois, o que vemos ao longo da história são sindicatos e movimentos de trabalhadores cooptados pela burocracia estatal:

[...] todos queriam um mundo de produção e comércio externo crescentes, pleno emprego, industrialização e modernização, e estavam preparados para consegui-lo, se necessário, por meio de um sistemático controle governamental e administração de economias mistas, e da cooperação com movimentos trabalhistas organizados, contanto que não fossem comunistas. A Era de Ouro do capitalismo teria sido impossível sem esse consenso” (Hobsbawm, 1995, p. 268).

No Brasil, tais manobras se consolidaram no governo democrático de Getúlio Vargas (1951 – 1954), seguido de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Apostando no êxito do “getulismo” e do “trabalhismo¹⁰”, Vargas foi lançado como candidato nas eleições de 1950. E entre forças contrárias e favoráveis:

Sua preocupação era fazer acordos e não se prender a partidos [...] A estratégia de aliança de Vargas tinha um viés imediatista, era arriscada, e cobraria dele um preço alto na hora de governar o país, mas a curto prazo funcionava: sua candidatura não se apresentou identificada a um único partido e sim como uma fórmula suprapartidária que combinava novas e velhas alianças políticas regionais, e misturava os empresários interessados nos benefícios da industrialização com a força eleitoral dos operários, dos trabalhadores e dos setores de baixa classe média, em expansão nas grandes cidades (Schwarcz e Starling, 2018, p.400-401).

Peças devidamente armadas no tabuleiro político nacional, Getúlio Vargas conseguiu se eleger democraticamente mesmo após a conturbada “Era Vargas”, período em que se manteve no poder por quinze anos consecutivos entre 1930 a 1945. Sua posse aconteceu a contragosto tanto de membros do alto comando militar, como da oposição no campo partidário. Na Arena política, o jornalista Carlos Lacerda, membro da União Democrática Nacional (UDN) e um dos principais oponentes de Vargas, mobilizou forças para que a posse do presidente não ocorresse. A UDN, fundada em 1945, era um “partido conservador, moralista, antidemocrático e com disfarçável vocação golpista. Tinha o costume

¹⁰ Getulismo” é o nome que se dá ao conjunto de manobras políticas adotadas durante os anos de governo do presidente Getúlio Vargas (1930-1945), pautadas na criação de uma identidade nacional e no nacionalismo econômico. Com forte caráter personalista, refletiu o estilo político pessoal do presidente. Já o “trabalhismo”, também chamado de “Varguismo”, pode ser caracterizado pela relação de aproximação com os trabalhadores organizados em sindicatos. Buscando preservar uma harmonia entre capital e trabalho. Para aprofundar a discussão consultar: LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?: o Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

de defender a democracia enquanto cozinhava em banho-maria o golpe de Estado” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 392).

Em meio ao conturbado cenário, Vargas tomou posse em janeiro de 1951 e conduziu de forma habilidosa a disposição dos cargos ministeriais, reservando o Ministério do Trabalho ao seu partido, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Isso demonstrou a importância que o presidente atribuía a este setor e o quanto apostava no processo de industrialização e no crescimento da classe operária urbana, enquanto força política decisiva (Almeida, 2004).

Seu governo foi marcado por investimentos nos setores de transporte e energia, contando com financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) fundado em 1952, com o objetivo de ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico. Outra importante ação do governo Vargas deveu-se à criação da Petrobrás em 1953. Caracterizada como uma empresa de economia mista, com a maioria das ações em poder do Estado. Assim, o Brasil entrava na seara petrolífera.

O projeto de Lei para a criação da Petrobrás, enviado ao Congresso Nacional em 1951 e aprovado dois anos depois, é considerado um dos primeiros desgastes políticos enfrentados pelo governo. Houve uma intensificação dos embates entre grupos “nacionalistas” e “entreguistas”:

A campanha nacionalista pelo estabelecimento do monopólio estatal do petróleo - cujo projeto de lei achava-se em tramitação no Congresso Nacional - continuava extremamente ativa, não apenas no âmbito parlamentar, onde se desenrolavam acirrados debates, mas também nas ruas. Os sindicatos, a União Nacional dos Estudantes, associações profissionais, organizavam comitês de defesa do petróleo, angariavam fundos para a campanha e realizavam comícios e manifestações a favor do estabelecimento da Petrobrás, que continuava sendo alvo dos ataques dos antinacionalistas, que advogavam a participação do capital estrangeiro na exploração daquele combustível (Almeida, 2004, p. 251).

A conjuntura ainda contava com altos índices inflacionários, enquanto o governo tentava uma rearticulação com os grupos operários e as classes médias urbanas, além de lidar com a campanha antigetulista por parte da UDN, a “pedra no sapato” de Vargas, que em abril de 1954, deu início ao processo de *impeachment*, alegando a existência de negociações com Perón e com os chilenos, visando à criação de um bloco antiamericano na América do Sul¹¹.

¹¹ O Pacto ABC e o governo Vargas (1951-1954), conforme: DALIO, Danilo J. e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos, vol. 16, núm. 62, 2018.

A crise se aprofundou no final de 1954, quando investigações de um escândalo em torno de Carlos Lacerda, as forças armadas e o palácio do Catete, colocaram a alta cúpula do presidente Getúlio Vargas entre suspeitos do atentado da rua Toneleros (LEVINE, 2001). Vejamos o diálogo a seguir, no qual Carolina Maria de Jesus disserta sobre o ocorrido:

Quando eu subia a avenida Tiradentes encontrei umas senhoras. Uma perguntou-me: — Sarou as pernas?
Depois que operei, fiquei boa graças a Deus. E até pude dançar no carnaval, com minha fantasia de penas. Quem operou-me foi o Dr. José Torres Neto. Bom médico. E falamos de políticos. Quando uma senhora perguntou-me o que acho de Carlos Lacerda, respondi conscientemente:
— Muito inteligente. Mas não tem indução *[sic]*. É um político de cortiço. Que gosta de intriga. Um agitador.
Uma senhora disse que foi pena! A bala que pegou o major podia acertar no Carlos Lacerda.
— Mas seu dia... chegará — comentou outra” (Jesus, 2014, p. 15).

O diálogo faz referência ao episódio envolvendo Carlos Lacerda, grande opositor no segundo governo de Getúlio Vargas. Durante o ocorrido, quem acabou vitimado foi o major da Aeronáutica Rubens Vaz e Carlos Lacerda sobreviveu com apenas um ferimento no pé. O atentado e a morte do major foram um completo desastre para o governo de Vargas. A Aeronáutica conduziu uma investigação que chegou ao nome de Gregório Fortunato, o chefe de segurança do Palácio do Catete, levando a história para um trágico desfecho.

A construção discursiva em “Quarto de Despejo” é parte de uma escrita autobiográfica em que a escritora registra seus acontecimentos diários. O diálogo sobre o fato supracitado nos leva a interpretar a antipatia que Carlos Lacerda despertava na população urbana. Em outra parte do texto, Carolina Maria de Jesus escreve: “Estendi as roupas para quavar, ao meu lado estava a mulher do nortista. [...] Estava nervosa e falava tanto. Parece que tem a língua elétrica. Parecia Carlos Lacerda quando falava de Getúlio” (Jesus, 2014, p. 81).

A respeito da personalidade política de Carlos Lacerda, destaca-se:

[...] um perfil ultraconservador [...] continuava atrevido, oportunista e mais abusado ainda. Também tinha verve, erudição, esbanjava competência e possuía uma inteligência incendiária. Lacerda sabia manejar as palavras, e era um mestre insuperável na arte da intriga política: surpreendia o adversário com suspeitas, acusava com ou sem provas, ridicularizava, achincalhava, sempre de forma sistemática e em tom contundente (Schwarcz e Starling, 2018, p. 393).

Ao compararmos as duas análises, tanto Jesus (1960), quanto Schwarcz e Starling (2018) apresentam as mesmas impressões, mesmo que ditas de formas distintas a respeito da figura polêmica de Carlos Lacerda. Isso demonstra a atualização da obra “Quarto de Despejo” frente ao cenário político da época.

Retornando ao “tabuleiro político”, o governo Vargas se tornou insustentável. Mergulhado num escândalo dessa proporção, faltou-lhe peças para conduzir o jogo em que a única alternativa dada seria sua renúncia. Mas esta não era uma opção para o estadista, que avançou com um “xeque mate”, virando o jogo a seu favor, mesmo ciente de não poder jogar a próxima partida. Getúlio Vargas deixou a vida e entrou para a história¹². “O suicídio calou os críticos e solidificou para sempre a imagem de Vargas como protetor dos pobres, alguém que lutou até o fim” (Levine 2001, p. 131). Sua “jogada final” tinha um poderoso apelo político. A oposição frustrada e desnorteada, viu escapar a oportunidade de acirrar a crise. O país viveu o luto, assistindo multidões que se mobilizavam no Rio de Janeiro para a despedida de uma das maiores e controversas personalidades da história brasileira.

Os capítulos seguintes se deram num cenário de completa instabilidade política. No período que se estende até 1955 foram preparadas novas eleições presidenciais. O vice-presidente Café Filho, alegando problemas de saúde, se afastou do cargo, enquanto um golpe de estado começava a se desenhar por parte de um grupo de militares. A essa altura a UDN articulava a candidatura do general Juarez Távora. Mas, foi a aliança PSD/ PTB que levou os “louros da vitória” com a chapa Juscelino Kubitschek e João Goulart. Com isso, houve uma movimentação que visava impugnar as eleições de 1955, mas uma ala legalista das forças armadas impediu que a conspiração golpista fosse concretizada, garantindo a legitimidade da vitória de JK e Jango, assim popularmente conhecidos.

Nos tópicos seguintes do capítulo, enfatizo a política de Kubitschek, em que discuto o desenvolvimentismo econômico e seus resultados. E explico como JK atuou para conciliar bandeiras comuns aos nacionalistas e antinacionalistas: dialogando com o Exército, promovendo práticas de intervencionismo estatal, mas ao mesmo tempo, abrindo espaço na economia para investimentos estrangeiros.

Apresentou ao país seu ambicioso programa de modernização, o Plano de Metas, que consistia em objetivos centrados em cinco eixos: transporte, energia, indústria, alimentação e educação. Também reforçava em seu discurso as promessas da campanha de que o Brasil cresceria “cinquenta anos em cinco”. Deste modo, o Estado assumiu a tarefa de viabilizar uma agenda de crescimento econômico acelerado, investindo na industrialização, bem como no setor de bens de consumo duráveis. Instituiu o que os historiadores economistas

¹² Sugestão de leitura da carta testamento deixada por Vargas, disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/arquivo-pessoal/gv/textual/copia-das-cartas-testamento-de-getulio-vargas-destaque-para-a-primeira-versao-manuscrita-e-a-original-datilografada-e-assinada-rio-de-janeiro/>. Acesso em 10 de dez. 2023.

chamam de tripé, ou seja, a associação de empresas privadas brasileiras com multinacionais e estatais, estas últimas responsáveis pela produção de energia e insumos industriais. Mary Del Priori e Renato Venâncio apontam as diferenças e implicações entre o nacional desenvolvimentismo de Vargas com a política de Kubitscheck afirmando que:

A diferença desse modelo em relação ao anterior reside no fato de os bens duráveis, como foi o caso da produção de automóveis por multinacionais, passarem a ser o principal setor do processo de industrialização. Graças ao investimento das empresas estrangeiras, a nova economia brasileira tornar-se ia mais independente em relação às crises do setor agroexportador. No entanto, o modelo tripé tem consequências nefastas. Por dispor de fartos recursos, a produção das multinacionais podia crescer em ritmo mais acelerado do que a produção de base, implicando aumento das importações de insumos industriais, fator responsável pelo progressivo endividamento externo do Brasil. Mais ainda: para estimular a implantação dessas empresas, foi facilitada a remessa de lucros para as matrizes, o que implica o desvio de valiosos recursos da economia brasileira (Del Priori e Venâncio, 2010, p. 268).

A industrialização crescente gerou um verdadeiro impacto no modo de vida da população brasileira que foi, facilmente, seduzida pelas inovações que chegavam às prateleiras na forma de bens de consumo que iam desde eletrodomésticos modernos, produtos de limpeza, até peças do vestuário fabricados a partir de materiais sintéticos. Para a época, tudo se apresentava como uma grande novidade e entre os anos em que JK esteve na presidência, o de 1958, foi considerado um dos mais eufóricos. Sobretudo, quando o primeiro automóvel saiu de fábrica com 50% das peças produzidas em solo nacional (Santos, 1998).

O processo de industrialização em curso demandou uma expansão da malha rodoviária, e que de acordo com estudiosos, este foi o melhor momento do Plano de Metas. Tal medida possibilitou uma maior integração territorial, além de garantir o escoamento e circulação das mercadorias entre as áreas rurais e grandes centros de industrialização (Bojunga, 2010).

No campo da produção intelectual, destaca-se a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que funcionou como uma “escola de governo” com atuação na formação de técnicos e dirigentes em nível de pós-graduação e contribuiu no desenvolvimento de pesquisas que serviam para o embasamento de políticas públicas. O órgão foi criado no breve governo de Café Filho (1954- 1955), consolidado durante a gestão de JK e extinto em 1964 logo após a instauração do regime militar (Wanderley, 2016).

O governo de Juscelino manteve afinidades com uma gama de intelectuais de várias naturezas dispostos a provar que seria possível construir para o país alternativas de modernidade para além do modelo norte americano. Desse modo:

O Iseb funcionou como um espaço ativo de socialização entre políticos, intelectuais, artistas e estudantes [...] Esse grupo forneceu fundamentação teórica para projetos do alto escalão da administração de Kubitschek, contribuiu com uma visão ampla do Brasil e de seu processo de industrialização. Produziu, ainda, os argumentos de defesa para uma opção nacionalista não ortodoxa, que não significasse rejeição ao estrangeiro e que estivesse circunscrita à definição de qual é o interesse nacional (Schwarcz e Starling, 2018, p. 417).

Os calorosos “anos dourados” aqueceram a cena cultural no país que experimentou uma fase de intensa criação artística. Nasceram dessa época diversos movimentos estéticos a deixarem marcas nos modos de fazer arte. Foi a década de germinação do Teatro de Arena, fundado em São Paulo por volta de 1953, reunindo uma equipe comprometida na produção de uma dramaturgia realista, de baixo custo e com características “genuinamente” brasileiras. A ideia era promover um tipo de teatro mais intimista, participativo e próximo das camadas populares. Rompia-se assim, com os grandes cenários e arquiteturas luxuosas das salas de espetáculos. A ousadia do Teatro de Arena abriu caminhos para outras companhias que atuaram na mesma proposta. A exemplos temos o Teatro Oficina e o Opinião.

No decorrer dos anos 1950, o grupo produziu um repertório alinhado às temáticas vividas pelo povo brasileiro e a conjuntura político-econômica de certo modo, influenciou o “viveiro cultural” que o país presenciou na segunda metade da década. Isso aponta positivamente para os anos do nacional desenvolvimentismo e de acordo com a análise de Ricardo Moraes essa nova identidade nacional se deu:

[...] quando veio o governo JK (1955-1960), coincidindo com o nacionalismo político, com o florescimento do parque industrial de São Paulo, com a criação de Brasília e com a euforia da valorização de tudo o que era nacional. Na mesma época nasceram a Bossa Nova e o Cinema Novo. O Brasil ganha a Copa do Mundo em 1958. A emergência do sujeito foi um prato cheio para a companhia do Arena (Moraes, 2010, p. 4).

O sujeito em questão é povo brasileiro que ao ressignificar sua compreensão de subdesenvolvimento¹³, se coloca como produto e produtor de si mesmo, protagonizando sua própria história. “[...] era preciso pôr em evidência o lugar do subdesenvolvimento para melhor enfrentá-lo” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 418).

O “caldo cultural”, também, foi encorpado com outras expressões artísticas. Os experimentos cinematográficos em polêmicas produções audiovisuais abriram caminhos para

¹³ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

o vanguardista movimento do Cinema Novo¹⁴. O filme “Rio, 40 graus,” do cineasta Nelson Pereira, assim como as chanchadas¹⁵, consagraram-se como uma proposta de fazer cinema “genuinamente” brasileira. As películas de baixo custo que retratavam o país de forma crua em todas as suas contradições, ganharam o gosto das camadas populares e contrastavam com os sutis acordes dissonantes da Bossa Nova. Surgia outra novidade, um samba em ritmos simplificados que se consolidara como uma das mais importantes manifestações musicais do Brasil, mesmo em seu curto prazo de florescimento, entre 1958 até por volta de 1963 (Schwarcz e Starling, 2018).

O movimento agregou instrumentistas e compositores da cena carioca em experimentos musicais que utilizavam o samba como base, tendo João Gilberto, Tom Jobim e Vinícius de Moraes entre seus maiores expoentes. Alguns críticos argumentavam que o samba havia “descido o morro”, pois adotara um estilo sofisticado, com vozes sussurradas, tocados em apartamentos da área nobre. Enfrentando, ainda, uma resistência por parte de grupos conservadores das décadas anteriores ao acusarem os bossanovistas de descaracterizar um elemento tão nacional, o samba, ao repaginá-lo como uma espécie de imitação do jazz norte americano. Diante a novidade, somado ao contexto político da época surgiram grupos politizados que consideravam a Bossa Nova uma música “alienada”, que não discutia os problemas brasileiros e só trazia preocupações líricas e estéticas (Bezerra Filho, 2018).

Entre consonâncias e dissonâncias, o fato é que a Bossa Nova marcou uma geração e se firmou como obra prima, sendo exportada, ouvida e aplaudida Brasil afora. O entusiasmo nas palavras de Nelson Motta sintetiza o que este movimento representa até hoje:

A Bossa Nova era a trilha sonora que nos faltava, que nos diferenciaria dos “quadrados” e dos antigos, dos românticos e melodramáticos, dos grandiloquentes e dos primitivos, dos nacionalistas e regionalistas, dos americanos. Tínhamos uma música que imaginávamos só para nós. João Gilberto era nosso pastor e nada nos faltaria (Motta, 2000, p. 10).

Diante o exposto, é possível concluir que a partir das dissonâncias do subdesenvolvimento, a sociedade brasileira foi capaz de produzir e reproduzir-se. Entre notas,

¹⁴ MIRANDA, Luciano. **Das Redes ao Estado**: o capital político do cinema novo. Porto Alegre: Diadorim, 2021. O Cinema Novo foi um Movimento de renovação da linguagem cinematográfica brasileira, que ocorreu nos anos 1960 e início dos 1970, marcado pelo realismo e pela crítica às injustiças sociais ao retratar o sofrimento de brasileiros que tentam sobreviver num país desigual.

¹⁵ PEREIRA, Ladenilson José. **Cinema no Ensino de História**: as chanchadas e os anos de 1950. Cadernos de Pós-Graduação – educação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 207-217, 2006. Chanchadas são caracterizadas como um gênero de filme brasileiro que teve seu auge entre as décadas de 1930 e 1950. Com humor que passeia entre o ingênuo, às vezes malicioso e até erótico, a chanchada se impôs como um entretenimento de massa.

ora afinadas e desafinadas, construiu acordes consonantes com sua dada realidade. Bebeu de fontes externas de forma a agregar novos sentidos e refutar outros. E, foram estas circunstâncias que fermentaram a cena artística com ousadas experimentações no teatro, cinema e música de tal modo a gerar a grande orquestra cultural que foi a década de 1950.

Enquanto a “orquestra tocava”, Carolina Maria de Jesus, que apresento no terceiro capítulo, ensaiava sua solitária sinfonia dos bastidores do quarto de despejo. No entanto, os “holofotes” não chegavam até a favela de Canindé, e sem isso o “show” não poderia começar. Quem “ganhou palco” e recebeu toda visibilidade em meio ao cenário de efervescência foi Juscelino Kubitschek, entrando para a história como o Presidente Bossa Nova¹⁶. A inauguração de Brasília em 1960 era o cenário que faltava para o último ato de JK, emoldurando de vez sua passagem pelos palcos da grande ópera que foi a década de 1950. A euforia da época foi registrada por Joaquim Ferreira dos Santos:

Afonso Eduardo Reidy levantou as pilastras do MAM, Niemeyer levantou as colunas do Alvorada, o Teatro de Arena levantou o pano e Tom Jobim levantou a tampa do piano. Ao fundo, levantando a voz, JK gritava: Pra cima com a viga, moçada.” E continuou-se a levantar o país (Santos, 1998, p. 10).

O significado de Brasília para Juscelino Kubitschek era tanto simbólico quanto técnico. Representava uma “ruptura com o legado colonial de submissão e subdesenvolvimento” (Bojunga, 2010, p. 740). Além do voto de confiança nas capacidades do povo brasileiro, uma oportunidade para a integração nacional, uma demonstração de competência tecnológica e um passo decisivo em direção à industrialização.

E, de volta ao que temos de mais “brasileiro” e popular, o futebol veio para coroar os “anos dourados” com a taça de ouro fruto da disputa do mundial de 1958. O ufanismo daquele período foi ilustrado com maestria na passagem a seguir:

O gol da virada, o gol de placa da nossa felicidade histórica, foi ali aos 1958 minutos. Não existia ainda o videoteipe, mas todos os programas da hollywoodiana Rádio Nacional do Rio de Janeiro eram gravados em acetato para estudos mais tarde entre os artistas. E foi mais ou menos assim que o locutor da casa Jorge Curi, deixou narrado: JK passou para Pelé, 17 anos. O garoto matou no peito [...] Pelé esticou para Tom Jobim. De batuta, Tonzinho fez umas desarmonias com Vinícius e tocou para Oscar Niemeyer. Niemeyer desenhou umas colunas no ar, abriu uma alvorada, viu que Rubem Braga estava marcado, escrevendo “Ai de Ti, Copacabana” na Manchete de Janeiro, e resolveu ele mesmo arrematar o gol (Santos, 1998, p. 13).

¹⁶ Ver canção “Presidente Bossa Nova” (1960) de Juca Chaves.

A Seleção Brasileira conquistou o campeonato na final datada, em 29 de junho de 1958, na mesma data Carolina Maria de Jesus registrou na obra “Quarto de Despejo” uma única menção feita sobre a Copa do Mundo:

[...] Sentei perto da fogueira. Todos falavam. A conversa não me interessava, mas eu fiquei. Falavam das brigas. No jogo de *foot-bol* na Suíça¹⁷. E na pretensão do homem ir na lua. Uns dizia [*sic*] que o homem vai. Outros que não vai. E quando eu ouvi o vai não vai, já fiquei pensando numa briga, porque aqui na favela tudo inicia bem e termina com brigas (Jesus, 2014, p. 77).

Dias depois, ela ainda escreveu resumidamente: “Os favelados estão comentando o retorno dos jogadores” (Jesus, 2014, p. 79). O que evidencia que essa não era uma grande pauta para a escritora naquele momento tão histórico para o país. E o evento rapidamente mencionado, nos pareceu tão distante de sua realidade quanto a viagem do homem à lua. Mas, e daí? Quem se importa? Se a taça do mundo é nossa!

2.2 Um fenômeno chamado JK e o Brasil desenvolvimentista

No céu, esquadrilhas de aviões faziam acrobacias e desenhavam com fumaça colorida o nome que se via em toda parte: JK.

(Carlos Heitor Cony)

De acordo com Angela de Castro Gomes, a “trajetória de um personagem político funciona como fio condutor para se repensar a trajetória de um ‘tempo’, de uma geração” (Gomes, 2002, p. 12). Ao falarmos de “anos dourados” no Brasil, somos logo direcionados a tratar da figura de Juscelino Kubitschek que na marcante passagem pela presidência de 1956 a 1961, consolidou sua imagem como um estadista ousado e moderno, a estrela que veio abrilhantar a “década de ouro”. E, como bem disse Juca Chaves, “Bossa nova mesmo é ser presidente”, foi o único a ostentar o título de presidente bossa nova. Kubitschek foi uma espécie de fenômeno político. Um raio fulgurante capaz de encandear aqueles mais entusiasmados que insistiam em contemplar apenas o relâmpago, sem olhar para os efeitos da tempestade.

A história de JK, assim como a de Carolina Maria de Jesus iniciou-se em Minas Gerais, com uma pequena diferença temporal, pois “Nonô¹⁸” nasceu 12 anos antes, em Diamantina, no dia 12 de setembro de 1902. No próximo capítulo apresento com detalhes o

¹⁷ Carolina Maria de Jesus cometeu um erro, pois a Copa do Mundo de 1958, realizou-se na Suécia e não na Suíça.

¹⁸ Nonô era o apelido de Juscelino Kubitschek quando criança.

percurso de Carolina Maria de Jesus. Por ora o que podemos afirmar é que cada qual trilhou sua trajetória, bastante diferentes diga-se de passagem.

Nascido numa família sem grandes recursos financeiros, estudou Medicina na Universidade de Minas Gerais, formando-se em 1927. Após concluir seus estudos, dedicou-se à carreira médica, estando entre os profissionais da área mais conhecidos de Belo Horizonte. Contudo, foi na carreira política que obteve seu estrelato. A história de Juscelino Kubitschek na política é marcada por uma ascensão notável, desde sua atuação local até a conquista de posições de destaque no cenário nacional:

Juscelino seguiu suas lições de alpinismo político em três tempos: fincando sua base eleitoral em Diamantina, em seguida conquistando prestígio na capital, finalmente controlando os diversos diretórios pelo interior de Minas. A escalada começou no gabinete do interventor, passou pela câmara dos deputados e pela prefeitura, desembocando no governo do estado (Bojunga, 2010, p. 138).

Ingressou na política pelas mãos do interventor federal de Minas Gerais, Benedito Valadares, quando atuou como seu chefe de gabinete. Voltemos um pouco na história para discutir o governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) - cenário político marcado por medidas centralizadoras como a dissolução do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas estaduais e municipais. Além da substituição dos governadores estaduais por interventores nomeados pelo próprio presidente. Para Minas, foi escolhido Valadares, que convidou Juscelino para servir em sua gestão como oficial do gabinete. A amizade entre os dois teve início durante a Revolução Constitucionalista de 1932¹⁹, quando:

Ao lado de Vargas, Minas colocou-se contra São Paulo, e Juscelino integrou as tropas mineiras que ocupavam um trecho da serra da Mantiqueira. Ganhara então a patente de capitão-médico, e ali, no setor que ficou conhecido como “do Túnel”, conheceu o homem que teria forte influência em seu destino: Benedito Valadares, que era prefeito de Pará de Minas e mais tarde interventor no Estado (Cony, 2002, p. 37)

Em 1934, também sob influência de Benedito Valadares, candidatou-se para deputado federal, eleito com votação expressiva e tornando-se o parlamentar mais votado em Minas Gerais. Atuou até o ano de 1937. Devido ao golpe de Estado, no qual Getúlio Vargas

¹⁹ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado ocorrido no estado de São Paulo que teve como principal objetivo a derrubada do governo provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição para o país. Em outubro de 1932, o conflito chegou ao fim com a derrota paulista. No entanto, a pressão popular e a mobilização política contribuíram para a promulgação da Constituição de 1934.

instituiu o “Estado Novo”²⁰, Juscelino Kubitschek perdeu o mandato, pois houve o fechamento do Congresso Nacional. Nesse hiato, voltou a clinicar, mas retornou à cena política em 1940, novamente a convite de Valadares que, na época, conseguiu se manter como governador do Estado de Minas. Juscelino tomou posse como prefeito nomeado de Belo Horizonte, sendo mais uma peça no tabuleiro da ditadura varguista. Mas que segundo Claudio Bojunga, demonstrou ciência do cargo que ocupava, atento aos limites e possibilidades de sua atuação enquanto prefeito. Logo:

JK percebia o bifrontismo do varguismo, suas contradições, os aspectos positivos mesclados ao arcabouço castilhistas. Mas aferrava-se ao caráter administrativo do cargo e sua relativa independência de Benedito. Era um administrador – queria retribuir o que a capital lhe dera. Ser prefeito, se dizia, não implicava em fidelidade ideológica ou aval político ao regime. Precavido, permaneceu no Serviço de Cirurgia do Hospital Militar e na chefia do Serviço de Urologia da Santa Casa estado (Bojunga, 2010, p. 172).

JK conseguiu fazer uma administração dinâmica e no final de 1941, Belo Horizonte ganhou o título de “cidade do asfalto”, pois atualizou o censo imobiliário da cidade, com vistas a melhorar os serviços de arrecadação de impostos, investiu em pavimentação e urbanização da capital, onde ruas e rodovias foram abertas, além da entrega do ousado complexo arquitetônico da Pampulha²¹ que veio embelezar e permitir maior divertimento aos seus habitantes. A parceria com o arquiteto Oscar Niemeyer redesenhou Belo Horizonte com linhas e formas, dando um ar modernista à capital (Bojunga, 2010). A remodelação da Pampulha, o concreto agraciado em curvas sinuosas, se tornou uma marca da gestão JK e pavimentou seu percurso até Brasília.

Após o fim do Estado Novo e a saída de Getúlio Vargas da presidência, o Brasil iniciou um processo de redemocratização. Uma das principais medidas nesse sentido foi a abertura do Congresso Nacional. Além disso, a transição democrática trouxe mudanças significativas em diversos níveis de governo, incluindo a esfera municipal com a eleição e substituição de prefeitos. Nesse cenário, Juscelino Kubitschek é substituído pelo engenheiro

²⁰ Em 10 de novembro de 1937, Vargas deu um golpe de Estado, dissolveu o Congresso Nacional e instaurou o Estado Novo. Esse período se estendeu de 1937 a 1945 e caracterizou-se por uma fase autoritária e centralizadora do poder.

²¹ Pampulha é uma região administrativa no município brasileiro de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. Possui uma lagoa artificial de mesmo nome, atualmente, uma das principais atrações turísticas. A lagoa artificial foi construída na década de 1940. Para compor o seu entorno Oscar Niemeyer projetou um conjunto arquitetônico que se tornou referência e influenciou toda a Arquitetura Moderna Brasileira. Fazem parte do conjunto a igreja de São Francisco de Assis, o Museu de Arte, a Casa do Baile e o Iate Tênis Clube.

João Gusmán Júnior, deixando a prefeitura de Belo Horizonte e passando a atuar como 1º secretário do Partido Social Democrático (PSD), um partido que havia nascido do situacionismo do Estado Novo e que naquele momento, em face da transformação operada na esfera federal, fora empurrado para a oposição. O PSD era um partido político brasileiro de orientação centrista que teve um papel significativo na política nacional durante a Era Vargas e nos anos subsequentes. Kubitschek encontrou no PSD um espaço para sua carreira política e ascendeu dentro do partido devido à sua popularidade e às suas realizações em Minas Gerais.

Nas eleições de 1945, foi eleito deputado federal e, com isso, deu um passo importante em sua ascensão política, preparando o terreno para sua futura carreira como governador de Minas Gerais e, posteriormente, como presidente (Cony, 2002).

Em 1946, o Brasil experienciava a elaboração de uma nova Constituição que refletisse os princípios democráticos, garantisse direitos fundamentais e estabelecesse a estrutura do governo. Diante o contexto, Juscelino Kubitschek, enquanto membro do legislativo federal, apenas figurou na Assembleia Constituinte. No denso trabalho escrito por Cláudio Bojunga, o biógrafo afirma que “Juscelino não tinha espírito parlamentar. Foi um constituinte apagado em 1946. Suas memórias dedicam poucas linhas aos trabalhos da Constituinte” (Bojunga, 2010, p.212).

A escalada seguinte de Kubitschek se deu em direção ao governo do estado de Minas Gerais. De acordo com Bojunga (2010), o candidato teve grande peso na disputa eleitoral por ser o político de maior prestígio entre os pessedistas mineiros, mantendo aproximações com os diretórios municipais, se tornando o representante dos correligionários do interior junto às lideranças pessedistas. Havia também a reputação de dinamismo, ousadia e senso empreendedor. Era amigo de Benedito Valadares e teria uma boa receptividade por parte de Getúlio Vargas.

Foi justo essa correlação de forças que lhe garantiu a vitória para ocupar o cargo de governador de Minas Gerais, entre os anos de 1950 – 1955, com uma gestão bem-sucedida em muitos aspectos, consolidou sua imagem como um político progressista e visionário:

Como era partidário do planejamento, o governador Kubitschek reaglutinou planejadores e tecnocratas que vinham se preparando desde os anos 1930 e que não foram devidamente valorizados por Dutra. Como atribuía prioridade aos setores de energia e transporte, e a trabalhos de natureza técnica, os engenheiros foram fortalecidos em seu governo (Bojunga, 2010, p.266-267).

Cláudio Bojunga (2010), também, destaca que o governador modificou a estrutura econômica de Minas, entregou 120 postos de saúde, 137 prédios escolares, 251 pontes, três

faculdades, cinco conservatórios de música e uma escola de belas-artes. A boa administração contou com uma estreita relação junto ao governo federal. Juscelino dava apoio à política social de Getúlio Vargas, oferecendo maior participação ao trabalhador, demonstrando disposição a gerar mais empregos. Sua habilidade em promover o desenvolvimento econômico e a modernização do Estado contribuiu para sua popularidade e ascensão à presidência do Brasil.

Em 1954, quando se desenhava o cenário para o pleito de 1955, o país enfrentou a crise política agravada pelo suicídio de Getúlio Vargas. JK já era uma espécie de pré candidato conseguindo posteriormente firmar sua candidatura pelo PSD com o apoio fundamental do PTB. Durante a campanha eleitoral, divulgou seu plano de metas e percorreu o Brasil. Nas eleições de 3 de outubro de 1955, elegeu-se Presidente da República com 36% dos votos, contra 30% dados ao candidato da União Democrática Nacional (UDN) - Juarez Távora, 26% a Ademar de Barros - do Partido Social Progressista (PSP) e 8% a Plínio Salgado – candidato pelo Partido da Representação Popular (PRP).

A eleição para vice presidente ocorreu de forma independente e João Goulart elegeu-se com folga. Contudo, o caminho da vitória até a posse não foi tranquilo. Na verdade, o país passava por uma onda de instabilidade política desde os meses que antecederam a morte de Getúlio Vargas. Após o suicídio, quem assumiu o governo foi o vice-presidente Café Filho, que ficou encarregado de completar o mandato até o fim de 1955. Porém, em novembro do mesmo ano, o presidente Café Filho teve que se afastar do cargo para tratar de problemas cardíacos. No seu lugar, Carlos Luz, presidente da Câmara, assumiu o posto presidencial. Entre seus primeiros atos indicou o general Álvaro Fiúza de Castro para assumir o Ministério da Guerra no lugar de Henrique Lott. Tal medida ampliou a possibilidade de um golpe militar, já que o novo ministro era visivelmente contra a chegada de JK à presidência. Além disso, a UDN lançou um inflamado argumento alegando que a vitória de JK não havia sido válida, pois ele não teria obtido a maioria absoluta dos votos. Esse argumento, no entanto, não tinha validade, uma vez que a Constituição de 1946 exigia maioria simples dos votos (Bojunga, 2010).

Com diversos comentários espalhando-se pela capital, Rio de Janeiro, acerca da articulação golpista que estava em andamento, Lott optou por agir e garantir a continuidade da legalidade no Brasil, assim, o militar realizou um contragolpe. Conhecido como Golpe Preventivo, esse contragolpe liderado por Henrique Teixeira Lott aconteceu no dia 11 de novembro de 1955. Os deputados brasileiros confirmaram a deposição de Carlos Luz, e a presidência do Brasil foi assumida por Nereu Ramos, presidente do Senado. Ao entregar o

poder novamente para o Congresso, o general Lott garantiu o princípio da legalidade e confirmou a posse de JK para 1956. Poucos dias depois, Café Filho tentou reassumir a presidência do Brasil, sendo barrado pelos congressistas. A partir daí, o Brasil foi governado em Estado de Sítio até o dia 31 de janeiro de 1956, quando JK tomou posse (SCHWARCZ e STARLING, 2018). Sobre esse cenário destaca-se que:

o episódio tem no entanto uma importância fundamental, na medida em que atualizou para a década de 1950 um componente estrutural decisivo da política brasileira: o poder militar. Este não pode ser concebido da mesma forma que o poder liberal clássico, como corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltando porém principalmente para a afirmação da soberania perante o exterior. No Brasil, desde a guerra do Paraguai, o Exército, principalmente nos seus escalões mais altos, é um importante centro de ação e decisão política interna (Maranhão, 2004, p. 268).

Compreende-se que as forças armadas brasileira, sobretudo o Exército, tem desempenhado papel preponderante na articulação política, interferindo inclusive nos processos de decisões eleitorais. As décadas seguintes, das quais o país sentiu o pulso firme do poder militar entre os anos de 1964 a 1985, só reforçam essa tese. Se tratando da história do tempo presente, acompanhamos de perto as manobras de determinados grupos oriundos das forças armadas que desde meados dos anos de 2010, interferem no cenário nacional de modo a gerar desequilíbrios políticos que repercutem nas esferas sociais e econômicas. O governo do ex- presidente Jair Bolsonaro e seus desdobramentos até os dias atuais, nos mostra mais uma vez o peso das instituições militares na atuação interna do país.

Contudo, no caso de JK, foi justamente uma ala legalista do poder militar que garantiu sua posse. E mesmo a contragosto de outros grupos dentro das forças armadas, conseguiu ao longo de seu governo uma aliança estratégica. Apesar do início conturbado, tendo -sua posse contestada, os anos do governo JK foram marcados por uma relativa estabilidade política. Principalmente pelo fato atípico do governo ter se sustentado dentro da legitimidade do início ao fim. Juscelino Kubitschek foi o único presidente civil que entre 1930 e 1964, conseguiu concluir o mandato presidencial por meios constitucionais. No entanto, isso não implica dizer que o país não tenha enfrentado dificuldades. Além do mais, as condições políticas para o exercício do poder não foram nada favoráveis. Primeiro pelas adversidades enfrentadas quando ainda candidato a presidência da República ao manobrar uma campanha eleitoral em situação tão desfavorável, em meio a um contexto de ebulição política após a crise de agosto de 1954.

Dentre as dificuldades podemos destacar a aliança PSD/PTB, no qual buscava-se o equilíbrio em agradar os chefes políticos rurais do PSD e o eleitorado urbano do PTB; a tentativa de veto militar a candidatura JK/Jango; além da oposição civil da UDN. Em segundo lugar, o problema de posse dos eleitos. Mas, ainda assim, Juscelino Kubitschek governou de modo a conciliar tais interesses em disputa (Benevides, 1979).

Maria Victória Benevides, em um denso estudo sobre o governo Kubitschek destaca que a conciliação partidária com vistas ao programa desenvolvimentista foi um fator importante para o sucesso do governo JK, mas não somente. E considera de certo modo, ingênuas as análises que reforçam apenas esse ponto de vista para justificar uma suposta estabilidade vivida no país entre 1956 e 1961. Vejamos o que a autora afirma:

Nesse sentido, discordamos de uma explicação baseada num só fator - que consideramos, entretanto, muito importante - e sugerimos questionar a estabilidade em torno de três temas fundamentais: o papel dos partidos políticos (especificamente a aliança PSD/PTB); o papel das forças armadas (notadamente o exército, sob chefia do General Lott) e o papel do Executivo, através de sua política econômico-administrativa [...] Tal imagem enfatiza os aspectos da manutenção das chamadas liberdades democráticas, de uma maneira muito próxima a uma visão - igualmente 'ingênuas' - de paz social. Não pretendemos negar as liberdades democráticas então vigentes - muito pelo contrário, gostaríamos de reforçá-las - evidentes na ausência de presos políticos, imprensa livre, partidos, sindicatos e grupos de interesses funcionado, anistia aos rebeldes militares etc., mas sim negar essa visão "ingênuas" como consistente para uma análise política do período. Essa imagem seria suficiente apenas ao nível de discussão apologética versus discussão detratora, mas não contribui para uma compreensão real dos fenômenos políticos (Benevides, 1979, p. 26-27).

Ao considerarmos que o governo JK atuou dentro da legalidade, na manutenção das liberdades democráticas e permitindo ao país experimentar uma certa estabilidade constitucional, somos levados a compreender que tal fenômeno se deu de forma plácida. No entanto, outras camadas interpretativas apontam para uma análise mais concreta desse cenário, no qual são identificados pontos críticos dentro da governabilidade. Assim, falar em estabilidade política não significa necessariamente ausência de crises e a subsistência do governo Kubitschek não eliminou as contradições inerentes ao próprio sistema político.

Empossado em meio a uma crise, a saída do presidente foi buscar estratégias de conciliação com as forças armadas, desse modo:

[...] a estabilidade do governo foi fruto de uma conjuntura especial, na qual as Forças Armadas e o Congresso atuaram de maneira convergente. O Congresso, ou seja, a maioria representada na Aliança PSD/PTB, garantindo o apoio ao governo, enfrentando a oposição "udeno-golpista" e assim impedindo o bloqueio dos Atos do Executivo (principalmente nas questões orçamentárias), e as Forças

Armadas, especificamente o Exército, garantindo o apoio ao governo através da manutenção da ordem interna e da disciplina militar, o que assegurava, sobretudo, a implementação da política desenvolvimentista de Kubitschek (Benevides, 1979, p. 148).

Ricardo Maranhão ainda pontua que:

[...] o apoio à política econômica “desenvolvimentista” de JK por parte dos militares pouco tem a ver com demandas da sociedade civil: diz respeito sobretudo às necessidades de modernização do equipamento militar, mais viáveis com o desenvolvimento industrial” (Maranhão, 2004, p. 272).

As crises estiveram presentes de modo mais ou menos evidente em todo o governo de Juscelino e após o impasse da posse presidencial, emerge um novo levante militar conhecido como Revolta de Jacareacanga, ocorrida em fevereiro de 1956. Nesse evento, militares da FAB, liderados pelo Major-Aviador Haroldo Veloso e José Chaves Lameirão apossaram-se de uma aeronave e atingiram a Região Amazônica. Ambos os militares udenistas, inconformados com a vitória da aliança PSD-PTB nas eleições presidenciais, queriam derrubar o recém-empossado Juscelino Kubitschek.

Com um batalhão formado por seringueiros e índios mundurucus e o apoio de parte da população local, os revoltosos mantiveram o levante por 20 dias e tomaram as cidades de Itaituba e Santarém, no Pará. A intenção dos revoltosos era controlar pontos estratégicos no interior do território nacional e forçar um ataque de tropas legalistas, o que levaria os militares de oposição a pegar em armas contra Juscelino Kubitschek. Mas, o plano não foi além e Veloso acabou preso; José Chaves Lameirão e outros se exilaram na Bolívia. Em 1º de março, Juscelino enviou ao Congresso um projeto de lei que, aprovado, anistiou civis e militares que participaram de movimentos destinados a romper a ordem constitucional de 10 de novembro do ano anterior até 19 de março. Tal medida beneficiaria não apenas os revoltosos de Jacareacanga, mas também os envolvidos no golpe de 11 de novembro do ano anterior (Natal, 2022).

Aliada a Revolta de Jacareacanga, também, ocorreu a revolta de Aragarças, em Goiás, organizada por membros da FAB em dezembro de 1959, também liderada por Haroldo Veloso, denunciavam o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB) por conspiração comunista e criticavam Jânio Quadros por ter se recusado inicialmente a concorrer às eleições de 1960. “Eram homens preteridos e perseguidos pelo grupo que apelidavam de ‘melancias’ (verdes por fora, vermelhos por dentro)” (Bojunga, 2010, p. 725).

Quanto a relação aos grupos oposicionistas partidários, Ricardo Maranhão (2009) destaca que o udenismo acabou por funcionar como agente legitimador do governo JK, mesmo que pelo lado negativo, na medida em que seus partidários utilizavam a liberdade de

imprensa e os jornais de oposição para desgastar a imagem do governo, de um ponto de vista conservador. Isso permitia ocultar das massas o conservadorismo interno ao governo, representado pelos principais setores do PSD. Desse modo, se as massas populares continuavam excluídas do processo decisório, o governo não assumia a defesa dessa posição e o ônus da política elitista ficava com a UDN, que via os movimentos sociais com desconfiança.

Juscelino Kubitschek também enfrentou crises no campo civil, quando a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1956, organizou uma manifestação popular-estudantil contra o aumento das tarifas do bonde no Rio de Janeiro. Mas nesse caso, contou com o apoio do Exército para a manutenção da ordem e conseguiu posteriormente uma negociação com os estudantes.

No plano econômico, após um período de relativa instabilidade entre 1955-1957, os preços internacionais do café iniciam uma tendência de declínio, evidenciando a expansão da oferta global desse produto. Desta forma, os anos 1950 marcam uma mudança significativa na predominância do café na economia brasileira. A partir de 1958, testemunhou-se uma significativa desaceleração, marcada pela redução na taxa de crescimento do Produto Nacional Bruto e pelo aparecimento de indicadores negativos na economia. Entre esses indicadores, destacam-se a inflação acentuada, a recessão, o aumento do custo de vida e um agravamento do endividamento externo. O aprofundamento desse endividamento resultou da queda nas receitas de exportações, com a situação do café se destacando como o caso mais crítico (Villella, 2005).

Os primeiros meses de 1960 foram tensos e o último ano de seu governo foi marcado pela agitação das Ligas Camponesas²², exigindo reformas no estatuto de propriedade da terra. Além disso, uma série de greves orquestradas pelo PTB.

Do ponto de vista internacional, temeroso de que as políticas de austeridade e restrições de empréstimos patrocinadas pelo governo norte-americano frustrassem seu Programa de Metas, Kubitschek iniciou uma investida diplomática junto ao presidente Dwight Eisenhower dos EUA, em que o persuadia a rever as relações dos EUA com o continente. Recebeu o nome de Operação Pan-Americana (OPA), uma iniciativa da diplomacia brasileira que buscava a união de todos os países do continente americano em prol de um projeto abrangente de desenvolvimento social e econômico. O principal objetivo era combater

²² As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no Estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964.

questões como a pobreza, o subdesenvolvimento e outras carências comuns a todas as nações americanas (Malan, 1997).

Na defesa da OPA, Kubitschek, ainda, argumentava que os problemas gerados pelo subdesenvolvimento seriam fatores de instabilidade política para os regimes democráticos e ao defender a unidade dos países latino-americanos, justificava de que a miséria e o subdesenvolvimento eram as portas de entrada do comunismo e que, para evitar isso, o desenvolvimento da região era urgente (Pereira, 2011).

Apesar da nova investida do governo JK, a ideia da OPA como originalmente idealizada não foi efetivamente implementada. Contudo, gerou desdobramentos:

Ao longo de 1959, os parlamentares dos países latino-americanos sancionaram a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sob certo sentido o único resultado prático imediato que resultou de toda a movimentação diplomática que se gerou em torno da Operação Pan Americana, instrumento principal de Kubitschek para lançar-se como estadista de dimensão hemisférica, articulando regionalmente a necessidade de capitais públicos norte-americanos para a superação do subdesenvolvimento (Malan, 1997, p. 89).

Hoje, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é uma organização financeira internacional com sede na cidade de Washington, EUA, criada formalmente em 1959 com o propósito de financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e institucional e promover a integração comercial regional na área da América Latina e o Caribe.

Ainda sobre as manobras da política externa brasileira, junto aos Estados Unidos, Juscelino Kubitschek, na busca por ajuda financeira para o desenvolvimento interno, ficava condicionado as imposições do FMI ao exigir que o governo brasileiro pusesse em prática medidas drásticas que iam desde contenção dos salários, desaquecimento da economia, cortes significativos nos gastos públicos e redução da inflação. Como contrapartida, seria liberado um empréstimo de 300 milhões de dólares, destinado a reduzir a necessidade de emissão de moeda, à qual JK recorria para bancar os incentivos à industrialização, construir Brasília e erguer a infraestrutura necessária para viabilizar ambas, e que vinha acelerando o processo inflacionário. De outro lado, as exigências recessivas do FMI, se cumpridas, inviabilizariam o Plano de Metas que elegeu Juscelino. Daí entre desacelerar a construção de Brasília e cumprir a orientação do FMI, Juscelino optou por romper relações com o Fundo, em junho de 1959 (Malan, 1997).

A política externa de JK, apesar de ousada e arriscada quanto a proposição da OPA e o rompimento com o FMI, serviu para consolidar sua imagem de estadista, além de funcionar como uma espécie de “cortina de fumaça” diante aos problemas econômicos:

É importante observar que a intransigência do Fundo Monetário do ponto de vista político foi extremamente benéfica para Kubitschek. O ano de 1959 foi certamente o mais delicado de seu mandato do ponto de vista econômico, a questão sucessória estava no ar desde o início do ano, e a oposição se fortalecia. Contudo, a intransigência do Fundo forneceu ao presidente um álibi exemplar para unir os desenvolvimentistas em torno de si, bem como, para transferir os problemas da inflação e, particularmente, do grave endividamento externo de curto prazo que se seguiu, para seu sucessor, mantendo intacta sua reputação desenvolvimentista, provavelmente com vistas às eleições presidenciais de 1965 (MALAN, 199, p. 92).

De acordo com Bojunga (2010, p.704), “JK capitalizou politicamente a ruptura com o Fundo, recebendo apoio de grupos nacionalistas, de estudantes da UNE e políticos de esquerda, como foi o caso de Luiz Carlos Prestes ao ter se manifestado durante um ato organizado em solidariedade ao presidente.”

Sobre a economia nacional, podemos observar que em 1950, o setor agropecuário resultava em 24,3% do PIB brasileiro, participação próxima a da indústria - 24,1%. A indústria de transformação²³, por sua vez, entrava com aproximadamente 18,7% do PIB. A partir da implementação do Programa de Metas, o quadro muda radicalmente: o setor agropecuário perde espaço para o setor industrial e, em 1960, tem peso de 17,8% no PIB, contra 32,2 da indústria - 25,6% da indústria de transformação (Villela, 2005).

A importância da indústria de transformação pode ser crucial para o desenvolvimento econômico de um país, uma vez que ela gera empregos, promove a inovação, estimula o crescimento tecnológico e contribui para a diversificação da economia.

Do que tange a política interna, é importante destacar ainda a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, como uma das iniciativas de JK para combater as disparidades regionais, buscando impulsionar o progresso no Nordeste brasileiro. A primeira tentativa de criação de um órgão de fomento ao desenvolvimento do nordeste do Brasil se deu com o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). Em 1958 o GTDN foi transformado em Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno). Instituída originalmente pela Lei nº 3.692, de 1959,

²³ A indústria de transformação é um setor econômico que engloba atividades relacionadas à produção de bens manufaturados a partir de matérias-primas. Nesse setor, ocorre a transformação física e química de materiais para criar produtos acabados, muitas vezes em grande escala. Essa etapa da produção envolve processos industriais, maquinaria especializada e mão de obra qualificada.

a Sudene foi estabelecida para substituir o modelo dos dois órgãos anteriores a ela, o GTDN e o codeno. Concebida durante a gestão do presidente Juscelino Kubitschek, a Sudene foi liderada pelo economista Celso Furtado, como parte do programa desenvolvimentista implementado na época (Bojunga, 2010).

JK transformou o desenvolvimentismo numa fonte de otimismo social e legitimação política. Este, por sua vez, pode ser definido como uma política econômica que combinava três atores principais: o Estado, a empresa privada e o capital estrangeiro, na promoção do desenvolvimento voltado à industrialização. No intuito de tornar o Brasil um país industrializado, o presidente adotou uma postura declaradamente favorável à entrada de capitais estrangeiros, concedendo-lhes estímulos e facilidades, oportunizando investimentos nos setores produtivos e atraindo empresas de caráter multinacional.

É um tanto consensuada a visão de que JK: “era cosmopolita, desenvolvimentista não nacionalista, antidogmático.” (Bojunga, 2010, p. 488). Mas na contramão dessa linha de raciocínio, Lucio Flávio de Almeida fez uma considerável análise²⁴, na qual levanta indicativos de que nacionalismo e desenvolvimentismo andaram juntos e se constituíram como elementos preponderantes durante os “anos dourados” e sobretudo para o fortalecimento da imagem do presidente. Houve nesse sentido, junto da estratégica aproximação com a ala militar nacionalista, forte aparelhamento ideológico, com a criação de uma burocracia técnica - o ISEB, além da articulação de nacionalismo e democracia - forte tendência na segunda metade dos anos 1950 e com isso a consolidação do que o autor chama de nacionalismo populista (Almeida, 2006). E, ainda, destaca:

Nunca é demais repetir que este nacionalismo jamais foi contra o “capital estrangeiro”. Ao contrário, seu maior sucesso consistiu justamente em apoiar uma política de atração seletiva do capital internacional para o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro (Almeida, 2006, p. 293).

A imagem de JK, foi forjada em torno de um discurso quase épico, atribuído a traços heroicos. Hoje é considerado uma das personalidades mais emblemáticas quando falamos em referências políticas do Brasil. “Juscelino soube mobilizar a esperança como recurso de poder, combinando desenvolvimento econômico com democracia política na história do país e na memória popular” (Gomes, 2002, p. 16).

²⁴ Sugestão de leitura: ALMEIDA, Flavio Rodrigues De. **Uma Ilusão de Desenvolvimento:** nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: UFSC, 2006.

O estudo feito pelo historiador Raoul Girardet, em “Mitos e Mitologia Política” (1987), fornece subsídios que ajudam a interpretar as mudanças e permanências do passado nas mentalidades políticas atuais. Ao relacionar arquétipos do imaginário popular, mitologias e personalidades importantes da história, o autor discute a construção de figuras políticas, os padrões de comportamento eleitoral, a opinião pública e a influência dos agentes políticos no cenário contemporâneo. Para Girardet, “como o sonho, o mito não pode ser definido, encerrado em contornos precisos” (Girardet, 1987, p. 14). O mito político, tem entre suas características a fabulação, que leva a uma deformação do real. Nessa perspectiva, observamos como a imagem de JK foi e ainda é constituída por estas “fabulações”:

[...] o herói redentor é aquele que liberta, corta os grilhões, aniquila os monstros, faz recuar as forças más. Sempre associado também a imagens de luz – o ouro, o sol ascendente, o brilho do olhar – e as imagens de verticalidade - gladio, o cetro, a árvore centenária, a montanha sagrada. Do mesmo modo, o tema da conspiração maléfica sempre se encontrará colocado em referência a uma certa simbólica de mácula: o homem do complô desabrocha na fetidez obscura (Girardet, 1987, p. 17).

O fragmento serve como ilustração do contexto em questão e se analisarmos a jornada de Juscelino Kubitschek antes, durante e depois da sua passagem pela política, em especial sua atuação no executivo federal, identificamos como estes simbolismos permearam sua trajetória. Um homem comum de origem simples, que alcançou o posto máximo da política presidencialista mesmo diante um cenário nada favorável, seu mandato foi inscrito na história como “anos dourados”, seus feitos memoráveis erguidos até hoje sustentam e ostentam sua imagem. Quanto as crises de seu governo: “A presença de conflitos não prejudica o brilho do presidente e do período, mas ao contrário o ressalta, dimensionando suas qualidades” (Gomes, 2002, p. 11). Foram esses os elementos que fizeram de JK um “mito”.

Contudo, é importante destacar que a construção mítica em torno de JK muito se deu por conta dos fatores que antecederam e sucederam seu governo - instabilidade e crise sucessória após suicídio de Getúlio Vargas e os conturbados governos democráticos de Jânio Quadros/João Goulart, seguidos de um regime militar.

Ainda assim se legitimou em bases democráticas e concluiu seu mandato de forma apoteótica com a entrega de Brasília. Nos anos que se seguiram, atuou no legislativo, foi cassado pelo regime militar e até hoje sua morte é motivo de suspeitas sobre estar ou não relacionada ao contexto de repressão vivido pelos brasileiros durante os anos de exceção. Morreu em 1976, aos 62 anos de idade, vítima de um acidente automobilístico.

Segundo Roland Barthes, “[...] o mito é um sistema de comunicação, é uma mensagem” (Barthes, 2001, p.131). O mito, manifestado através de uma linguagem (textos,

gestos, imagens, sons) pode ser desdobrado em três componentes: o significante, o significado e o signo²⁵. Com base nessa natureza tripartida, é possível afirmar que o mito transcende a simples representação visual, pois sua polissemia permite interpretações variadas, influenciadas pela cultura e contexto de uma sociedade, ou mesmo pelas características individuais de um sujeito (Barthes, 2001).

A respeito do imaginário em torno do período e da figura de JK, cabe ressaltar que o mito em questão é construído, ou seja, a concepção dos "tempos gloriosos" também é fruto de uma invenção, e o mergulho no passado constitui sempre um ato de recriação por parte da geração presente. A incursão pelo glorioso passado pode ser compreendida como um árduo e complexo exercício de aprendizado político. Mesmo mantendo uma aura de idealização desse período pretérito, essa exploração se concentra na perspectiva de uma avaliação compreensiva desse passado. Sob a ótica do presente e do futuro, essa análise revela uma dinâmica dialética entre o "sonho" e a "realidade" impossível de ser desfeita (Gomes, 2002).

É comum que as gerações seguintes se utilizem de um certo saudosismo ao tratar de assuntos que carregam uma aura de “tempos gloriosos”:

A questão de saber se essa nostalgia dos “bons tempos” tem fundamentos “objetivos”, ou se nada mais é do que uma idealização, não elimina nem minimiza o ponto central da reflexão que se pretende empreender. Trata-se sim, de reconhecer a presença e a força desse mito dos “bons tempos” e de seu valor ao mesmo tempo explicativo – ele pode fornecer chaves para a compreensão do passado e do presente – e mobilizador – ele pode abrir com seu dinamismo o tempo para o futuro” (Gomes, 2002, p. 10).

Estudar o período JK sob a ótica dos “anos dourados” não nos impede de fazer uma análise crítica do momento. São justos os elementos simbólicos e representativos da época que nos fornecem evidências para repensarmos as narrativas históricas ratificadas até aqui e quais as narrativas que pretendemos daqui em diante. É possível costurar entendimentos e com isso tecer novas camadas interpretativas.

²⁵ Em Roland Barthes, renomado teórico semiótico e semiólogo, os conceitos de significante, significado e signo desempenham papéis cruciais em sua análise semiológica. Significante: Refere-se à forma material ou à expressão sensível de um signo linguístico. No contexto da linguagem escrita, o significante é a sequência de letras que compõem uma palavra ou frase. Barthes destaca que o significante é arbitrário, ou seja, não há uma relação intrínseca entre a forma e o conteúdo do signo; significado: representa o conteúdo ou conceito associado ao significante. É a ideia ou o sentido que a palavra ou o símbolo evoca na mente do usuário da linguagem. Barthes argumenta que o significado é construído socialmente e pode variar de acordo com a cultura e as experiências individuais; Signo: é a união inseparável do significante e do significado. O signo é a entidade completa que incorpora a relação entre a forma material e a ideia representada. Barthes introduz a noção de "denotação" (o significado literal e descritivo) e "conotação" (as associações culturais e simbólicas) para explicar as camadas de significado presentes nos signos. Em resumo, a abordagem de Barthes destaca a natureza arbitrária do significante, a construção social do significado e a inseparabilidade desses dois elementos no processo de criação de signos.

A característica inerente do conhecimento histórico demanda uma revisão contínua das interpretações dominantes acerca do passado. Importante distinguir entre o revisionismo histórico legítimo, que é uma parte normal do desenvolvimento da historiografia, e o revisionismo que visa distorcer os fatos para manipular a narrativa histórica. Podemos definir o “revisionismo” em questão como um procedimento de revisão do conhecimento factual e das interpretações historiográficas predominantes, fundamentado em novas questões teóricas, novas hipóteses, métodos de análise e fontes primárias. Desta forma, a revisão historiográfica se configura como um processo resultante do progresso do conhecimento, da mudança de perspectivas e do surgimento de novas fontes (Napolitano, 2021).

Ao interpretar os “anos dourados”, a luz do “Quarto de Despejo” compreende-se que:

O revisionismo propriamente historiográfico, ou seja, aquele calcado em argumentação lógica, novas fontes e métodos, ainda que coloquem em xeque perspectivas dominantes da opinião pública, progressista ou conservadora, não pode ser descartado. Ele faz parte do debate historiográfico e como tal deve ser encarado (Napolitano, 2021, p. 99)

Enquanto o nome de Juscelino Kubitschek era grafado na história oficial pelo seu brilhantismo político num contexto de efervescência cultural, Carolina Maria de Jesus registrava suas impressões no auge dos anos 1958:

O que o senhor Juscelino tem de aproveitável é a voz. parece um sabiá e a sua voz é agradável aos ouvidos. E agora o sabiá está residindo na gaiola de ouro que é o Catete. Cuidado sabiá, para não perder esta gaiola, porque os gatos quando estão com fome contempla as aves nas gaiolas. E os favelados são os gatos. Tem fome. (Jesus, 2014, p. 35).

O olhar da autora em “Quarto de Despejo” possibilita a análise do contexto dos “anos dourados” numa perspectiva contra hegemônica e nos faz refletir sobre o fazer historiográfico e o papel do historiador na produção do conhecimento.

2.3 Nem tudo que reluz é ouro

O ano era 1958 quando Carolina Maria de Jesus escreveu:

Na fábrica de bolacha o homem disse que não ia dar mais bolacha (...) Eu ficava impaciente porque queria ouvir o que o dono da fábrica dizia. E queria ouvir o que as mulheres dizia. Que dilema triste para quem presencia. As pobres querendo ganhar. E o rico não queria dar. Ele dá só os pedaços de bolacha. E elas saem

contente como se fossem a Rainha Elisabethe [sic] da Inglaterra quando recebeu os treze milhões em joias que o presidente Kubistchek lhe enviou como presente de aniversário (...) Não ganhei bolacha e fui na feira catar verduras. (Jesus, 2017, p.62).

Não podemos esperar da autora uma precisão dos fatos, mas é sabido que a passagem citada se trata do episódio em que a Rainha Elizabeth recebeu do então presidente do Brasil um conjunto de joias²⁶. Nesse mesmo contexto a redação de “Quarto de Despejo” acontecia numa favela da cidade de São Paulo. A escrita autobiográfica da obra denuncia um Brasil opaco, onde debaixo de tetos improvisados a fome fazia morada. Assim relatou a escritora:

Percebi que no frigorífico jogam creolina no lixo, para o favelado não catar a carne pra comer. Não tomei café, ia andando meio tonta. A tontura da fome é pior que a tontura do álcool. A tontura do álcool nos impele a cantar. Mas a da fome nos faz tremer (Jesus, 2014, p. 44).

A escrita de Carolina Maria de Jesus, reflete sobre a realidade social de uma época, abordando questões como classe social, hierarquias, relações de poder, desigualdades e aspectos culturais. As representações sociais na literatura nos permitem acessar conflitos e tensões presentes na sociedade, sejam eles de natureza política, econômica, racial, de gênero ou outros. Essas narrativas podem proporcionar uma análise crítica desses problemas.

Quando cruzamos as informações tratadas pela autora em sua obra, com outros documentos a respeito do contexto em questão, aplicando os devidos procedimentos metodológicos, evidenciamos elementos importantes para a análise histórica.

Vejam na passagem a seguir: “Quando eu fui buscar água vi uma infeliz caída perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida. Os médicos que nós temos na política sabem disto” (Jesus, 2014, p. 40). A autora indica o fato de que ambos os que ocupavam respectivamente a prefeitura de São Paulo e a cadeira presidencial - Adhemar de Barros e Juscelino Kubitscheck eram médicos de profissão, apesar de exercerem a carreira política. A crítica no seu discurso é bem precisa e aponta a negligência dos governantes em relação à insegurança alimentar²⁷ da população

²⁶ CHATEAUBRIAND, Assis. Ordem e Tradição Anglo-Brasileiras. **O Jornal**. Rio de Janeiro, 30 nov. 1958. p. 4. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/110523_05/69530?pesq=rainha%20elizabeth%20jóias%20JK. Acesso em: 29 dez. 2023.

²⁷ A insegurança alimentar acontece quando as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência.

Para explicar a fome tantas vezes citadas pela escritora de “Quarto de Despejo”, recorreremos a alguns fatos relativos à política desenvolvimentista, na qual refletiremos a seguir, as metas previstas para o setor de alimentação durante o governo JK.

Atendendo as propostas de campanha, o Plano de Metas, foi no geral bem executado. No projeto, trazia como objetivos o desenvolvimento econômico e a aceleração do crescimento do país, estabelecendo metas para diversos setores como energia, transporte, indústria, educação e alimentação. Cada setor com suas metas específicas, que se fossem bem trabalhadas, atenderiam a demandas de infra estrutura, sobretudo nas áreas de transporte e energia. A construção de Brasília não integrava nenhum dos cinco setores, mas entrou como meta síntese.

A maior parte dos investimentos projetados no programa seria direcionada para as áreas de energia e transporte, abrangendo aproximadamente 71,3% do total. Estes investimentos estariam principalmente sob responsabilidade do setor público. Para as indústrias de base, cerca de 22,3% do total de investimentos foram planejados, sendo a responsabilidade destes, em grande parte, atribuída ao setor privado, por vezes, com o auxílio de financiamentos públicos. As áreas de educação e alimentação receberiam os outros 6,4% dos recursos totais. As metas eram audaciosas e, em sua maioria, alcançaram resultados considerados positivos. O crescimento das indústrias de base, fundamentais ao processo de industrialização, foi de praticamente 100% no quinquênio 1956-1961 (Villela, 2005).

Os setores que mais receberam recursos foram energia, transportes e indústrias de base, num total de 93% dos recursos alocados. Esse percentual demonstra por si só que os outros dois setores incluídos no plano, alimentação e educação, não mereceram o mesmo tratamento dos primeiros.

As metas relacionadas à alimentação foram contempladas por meio de políticas que visavam o aumento da produção agrícola, a industrialização do setor alimentício e o desenvolvimento de infraestrutura para facilitar a ampliação e escoamento de alimentos pelo país. Vejamos detalhadamente as metas 13 a 18:

Meta 13. Produção agrícola (trigo): aumento da produção de trigo de 700 mil para 1,5 milhão de toneladas.

Meta 14. Armazéns e silos: construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742 mil toneladas.

Meta 15. Armazéns frigoríficos: construção e aparelhamento de armazéns frigoríficos para uma capacidade estática de 45 mil toneladas.

Meta 16. Matadouros industriais: construção de matadouros com capacidade de abate diário de 3.550 bovinos e 1.300 suínos.

Meta 17. Mecanização da agricultura: aumento do número de tratores em uso na agricultura de 45 mil para 72 mil unidades.

Meta 18. Fertilizantes: aumento da produção de adubos químicos de 18 mil por 120 mil toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico (Brasil, 1958).

Como resultados, as metas 17 e 18 foram bem sucedidas. O número de tratores em 1960, segundo estimativas, foi de 77.362; logo a meta foi superada. A produção de fertilizantes alcançou 290 mil toneladas, meta foi ultrapassada com folga. As demais não chegaram ao esperado e se forem analisadas de forma isolada, foram um verdadeiro malogro. Pois no que diz respeito a meta 13, a produção de trigo atingiu apenas 370 mil toneladas em 1960; a meta 14 chegou a fechar em 76,7% - o que é um dado considerável, mesmo não tendo sido alcançada na sua totalidade; a meta 15, obteve um resultado de 17,8% e a meta 16, bateu os 59,2% (Faro, 2002).

Apesar do termo alimentação ser empregado no Plano de Metas, compreende-se diante o exposto que se trata de investimentos no setor alimentício de modo a fermentar o ramo agropecuário. A política de incentivos nessas áreas reflete a aliança estabelecida entre JK e os interesses da ala ruralista, com vistas ao fortalecimento do pacto das partes envolvidas no cenário político-partidário da época. E mesmo diante práticas conciliatórias, os resultados se mostraram incipientes.

Ao relacionar as fontes, atesta-se o que Carolina Maria de Jesus relatou, chegando à conclusão de que a questão da fome, algo tão fundamental para o desenvolvimento de um povo, não foi uma prioridade no planejamento governamental de Juscelino Kubitschek.

O conceito de desenvolvimento cunhado na época baseava-se no crescimento econômico e previa, como resultado, melhorias nas condições sociais. No entanto, as contradições continuaram. O apoio ao governo oriundo das várias frações políticas e populares se sustentou no desenvolvimentismo como moeda de troca. Sobre esse aspecto destaca-se que:

O Plano de Metas e o Capital Monopolista – Não há dúvida de que a adoção dessa política corresponde também a outra determinação, externa, a da nova etapa de expansão do grande capital monopolista em direção ao investimento industrial direto nos países subdesenvolvidos, configurando a nova fase do imperialismo. Mas no plano das decisões internas, não há dúvida que a adoção dessa medida, e pouco depois do Plano de Metas de JK, constituem, ações do Estado moldada pelas suas peculiaridades em nossa formação social. Mantendo uma autonomia relativa diante das forças sociais em conflito, o Estado redireciona a economia sem alterar essencialmente os padrões de funcionamento dos setores econômicos preexistentes, sem alterar a correlação de forças entre as classes dominantes, sem tocar no delicado equilíbrio de alianças e compromissos entre os setores produtivos. Promovendo um intenso crescimento industrial, não procura solucionar as agudas contradições do desenvolvimento, particularmente no campo, cuja miséria e atraso acabam por permitir a drenagem de mão de obra para os centros urbanos em processo de industrialização. E mais, essa autonomia relativa do Estado, trabalhada por um

grupo de poder nascido das peculiares alianças nascidas “do pacto populista”, permite ao governo usar como moeda de legitimação popular o próprio “desenvolvimentismo” industrial; as concessões aos trabalhadores, embora restritas, fazem o resto em matéria de legitimidade. Mesmo que as massas populares discutam a legitimidade deste ou daquele governante, tende a reforçar-se entre elas a noção de que um Estado poderoso, mesmo sem a participação popular nas decisões, pode ser ocupado por um “bom” governo que resolva suas necessidades imediatas e históricas (Maranhão, 2004, p.264).

O principal meio de financiamento do Programa de Metas baseava-se na inflação, derivada da expansão monetária que financiava os gastos públicos e do aumento do crédito, facilitando os investimentos privados. Isso representava, portanto, um mecanismo clássico de obtenção de poupança compulsória da sociedade como um todo, por meio da inflação, e sua alocação aos agentes (públicos e privados) responsáveis pela implementação dos investimentos delineados no Programa.

Sobre a elevação dos preços, Carolina Maria de Jesus relatou: “Os preços aumentam igual as ondas do mar. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. Mas o tubarão mais feroz é o racional. É o terrestre. É o atacadista (Jesus, 2014, p. 60). Vejamos em outras passagens:

Chegou um caminhão aqui na favela. O motorista e o seu ajudante jogam umas latas. É linguiça enlatada. Penso: É assim que fazem esses comerciantes insaciáveis. Ficam esperando o preço subir na ganância de ganhar mais. E quando apodrece jogam fora para os corvos e os infelizes favelados (Jesus, 2014, p. 34)

“Hoje eu fiz arroz e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isso vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir” (Jesus, 2014, p.151). A autora demonstra ciência da capacidade de produção de alimentos do país. Mas destaca que que isso se torna inacessível ao pobre.

Os relatos refletem os resultados do processo inflacionário pelo qual o país passava. A política desenvolvimentista, na prática, tinha como objetivo maior acumular internamente recursos para os elevados investimentos em infraestrutura. O governo utilizou mecanismos que geraram consequências socioeconômicas desfavoráveis como as altas taxas de inflação, que acentuou a transferência de renda entre os setores, deteriorando o poder aquisitivo principalmente dos brasileiros de classe baixa.

O governo JK atravessou o contexto da guerra fria e as narrativas que circulavam na sociedade em torno das ideias socialistas ora aliadas da classe trabalhadora, ora como “ameaça comunista”, aparecem em “Quarto de Despejo”:

Passei na sapataria. o senhor Jacó estava nervoso. Dizia que se viesse o comunismo ele havia de viver melhor porque o que fábrica produz não dá para as despesas. Antigamente era os operários que queria o comunismo. Agora são os patrões. O custo de vida faz o operário perder a simpatia pela democracia. [...] Quando eu passava na avenida Tiradentes, uns operários que saiam da fábrica disse-me:
— Carolina, já que você gosta de escrever, instiga o povo a adotar outro regime. (Jesus, 2014, p.112).

A construção do texto não apresenta maiores detalhes, mas podemos trabalhar com a hipótese de que o argumento do comerciante sugere o comunismo como um modelo de governo viável para a solução da crise econômica no Brasil. Nesse caso, a inflação era o grande problema que embargava os lucros no comércio, decorrentes do baixo poder de compra da população. Mas em seguida a fala da escritora nos leva a uma interpretação de que a simpática democracia seria sequestrada pela adoção do “outro regime”.

O relato nos permite abertura para uma análise a respeito da relação entre crescimento econômico *versus* crise e regime democrático. A democracia a que Carolina Maria de Jesus se refere é contextualizada por Maria Victória Benevides (2002), ao afirmar que os frutos do crescimento econômico em si alteraram o perfil da economia nacional, influenciando as dinâmicas de forças políticas e as relações internacionais. De maneira paradoxal, à medida que o desenvolvimento mobiliza camadas sociais cada vez mais reivindicativas, sem, contudo, serem institucionalmente absorvidas pelo sistema, contribuía para a decadência das potencialidades dos "anos dourados". Esses anos representaram, com todas as suas contradições e ambiguidades, a fase mais notável da nossa democracia liberal-burguesa. Em um país como o Brasil, caracterizado por desigualdades sociais acentuadas e crescentes desequilíbrios econômicos, essa democracia, sempre favorecendo "os de cima", pode ser bem-sucedida, mas apenas por um período limitado. Sobre as fragilidades da democracia liberal burguesa, Carolina Maria de Jesus, afirmou:

[...] Foi a primeira vez que vi a minha palavra falhar. Eu disse:
— É que eu tinha fé no Kubitschek.
— A senhora tinha fé e não tem mais?
— Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz [sic] tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco, a democracia é fraca e os nossos políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia. (Jesus, 2014, p. 39).

Lucio Flávio de Almeida salienta que o período de Juscelino Kubitschek é caracterizado como o "Nacionalismo Triunfante", destacando que o nacionalismo, em todas as suas fases, serviu como um instrumento adequado para a classe dominante encontrar unidade, negociar a redefinição dos padrões de dependência com os centros imperialistas e impor-se às

classes subalternas, especialmente as urbanas. “Sob o governo de JK, o nacionalismo serviu de invólucro para um esforço de hegemonia burguesa, associando discurso nacionalista-populista com o da democracia e ainda com a racionalidade técnica” (Almeida, 2006, p.11). O autor ressalta, ainda, que apesar desse contexto, o nacionalismo não apresenta soluções para o drama histórico das classes subalternas (Almeida, 2006).

O drama vivido por milhares de brasileiros aparece de maneira crua em “Quarto de Despejo”, quando a autora manifesta seu repúdio a classe dos políticos: “Eu quando estou com fome quero matar Jânio, quero enforcar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades corta [sic] o afeto do povo pelos políticos” (Jesus, 2014, p. 33). Nesse período Jânio Quadros atuava como governador de São Paulo e Adhemar de Barros como prefeito. O diário data de 16 de maio de 1958.

Apesar da raiva pronunciada, várias outras passagens do texto demonstram que a escritora tinha um certo entusiasmo ao citar Adhemar de Barros. Vejamos o diálogo datado em 19 de julho de 1955:

[...] — Senhor Germano, esta faixa é de que partido?
 — Do Jânio!
 Ela rejubilou-se e começou a dizer que o Dr. Ademar de Barros é um ladrão. Que só as pessoas que não presta é que aprecia e acata o Dr. Adhemar. Eu, e D. Maria Puerta, uma espanhola muito boa, defendíamos o seu Adhemar. D. Maria disse:
 — Eu sempre fui Adhemarista. Gosto muito dele e de D. Leonor.
 A Florenciana perguntou:
 — Ele já deu esmolas a senhora?
 — Já, deu o hospital das clínicas (Jesus, 2014, p.18)

Importante ressaltar que Adhemar de Barros, icônica personalidade da cena política no estado de São Paulo, concorreu as eleições presidenciais de 1955, da qual JK foi eleito. Mesmo assim, teve uma votação expressiva, levando 26% do total de votos. A política adhemarista ficou marcada por práticas populistas e alguns escândalos que o deixaram conhecido pelo jargão “rouba, mas faz²⁸”.

Em outra passagem do ano de 1958, a autora registrou: “Conversei com uma senhora que seu esposo é funcionário da prefeitura. E quiz [sic] saber em quem eu ia votar. Disse lhe que vou votar no seu Adhemar” (Jesus, 2014, p. 85). Percebe-se ao longo de sua narrativa, uma forte inclinação por Adhemar de Barros. Na época o então prefeito de São Paulo, pleiteava a cadeira de governador do estado.

²⁸ COTTA, Luiza Cristina Vilaméa. **Adhemar de Barros (1901 - 1969): a origem do "rouba, mas faz"**. São Paulo., 2008. (Dissertação).

Contudo, a fala de Carolina Maria de Jesus se concentra na denúncia à política eleitoreira com suas práticas assistencialistas. E o discurso demagógico proferidos pelos candidatos na época de captação de eleitores também foi alvo de críticas: “Os políticos só aparecem aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais. este ano já tivemos a visita do candidato a deputado Dr. Paulo de Campos Moura, que nos deu feijão e ótimos cobertores” (Jesus, 2014, p 46). E, mais uma vez o alto custo de vida é pontuado em sua análise:

[...] Quando um político diz em seus discursos que está ao lado do povo, que visa incluir-se na política para melhorar as nossas condições de vida pedindo o nosso voto prometendo congelar os preços, já está ciente que abordando esse grave problema ele vence nas urnas. Depois divorcia-se do povo. (JESUS, 2014, p.38).

Mais adiante, também comenta:

Várias pessoas acompanhavam um senhor alto e loiro [...] Passou por mim e deu-me um abraço. Fiquei perplexa com aquele abraço sem apresentação. É a primeira vez que vejo o homem. — Este é nosso deputado. Dr. Cotriní. Quando ela disse deputado federal pensei: é época de eleições, por isso é que eles está [sic] tão amável (Jesus, 2014, p. 106).

A autora descreveu com transparência as manobras eleitorais que se arrastam no Brasil até os dias atuais. Práticas herdadas da chamada Primeira República (1889 – 1930), mas que continuam a se perpetuar: o assistencialismo coronelista²⁹ que ultrapassou as fronteiras das áreas rurais, se enraizando nas áreas urbanas, falseando a representação política e desacreditando o regime democrático.

Além das críticas sobre o processo eleitoral, “Quarto de Despejo” expôs situações que revelaram as debilidades das instituições públicas com as pessoas mais necessitadas. Na passagem a seguir, um relato sobre a oferta de serviço num órgão governamental:

Em junho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social [...] para não ver os meus filhos passar fome fui pedir um auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que alí se desenrola. A ironia com que são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres (Jesus, 2014, p. 42)

Vejamos em outra situação, o diálogo com um servidor do Estado:

²⁹ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

[...] o tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidades de delinquir do que tornar-se útil a pátria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatório e envia para os políticos? O senhor Jânio Quadros, o Kubitschek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar pra mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem minhas dificuldades. (Jesus, 2014, p. 29).

É interessante perceber o posicionamento da autora perante o argumento de uma autoridade, na qual ela aponta para a carência de políticas públicas e se desresponsabiliza de um problema social que cabe ao Estado resolver. E ainda complementa: “...O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (Jesus, 2014, p. 29).

Ao mesmo tempo que denunciava a fome, a escritora demonstrava ciência da força produtiva do país:

Os lixeiros haviam jogado carne no lixo [...]

— Leva, Carolina. Dá pra comer.

Deu-me uns pedaços. Para não maguá-lo [sic] aceitei. Procurei convencê-lo a não comer aquela carne [...] A fome era tanta que ele não pode [sic] deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isto não pode ser real num país fértil igual ao meu (Jesus, 2014, p. 40).

Em outra passagem temos o uso da ironia, recurso bastante usado na linha discursiva de “Quarto de Despejo”. A autora satirizou a situação: “Fui catar mais papéis. Encontrei o Sansão. O carteiro [...] fitei o seu uniforme descorado. O senhor Kubitschek que aprecia pompas devia dar outros uniformes para os carteiros (Jesus, 2014, p. 78). Vê-se um discurso simples, mas que evidencia o fato de JK ter sido uma figura reconhecida pelo povo pela sua imponente política e autor de obras monumentais.

O fato é que “obras faraônicas” não matam a fome da população e a crise econômica se acentuou. Assim, a escritora relatou: “Antigamente, isto é de 1950 a 1956, os favelados cantavam. Faziam batucadas. 1957, 1958, a vida foi ficando causticante. Já não sobra dinheiro para eles comprar pinga. As batucadas foram cortando-se até extinguir-se” (Jesus, 2014, p. 36).

O relato acima corrobora os dados analisados por Villela (2005) quando o autor afirma que a utilização do financiamento inflacionário para atender à prioridade de desenvolvimento industrial manifestou-se por meio de um substancial aumento no índice geral de preços entre 1957 e 1958, resultando em um salto da inflação de 7,0% para 24,4%

durante esse período. Isso fez com que mais tarde Juscelino passasse a ser acusado de “pai da inflação” (Cony, 2002, p.76).

O “Nacionalismo triunfante” a serviço da ordem burguesa (Almeida, 2006), não atendeu de maneira plena as reais necessidades da sociedade brasileira. Nesse cenário a eclosão de greves operárias estremeceram as relações entre JK e o PTB. Mas, o ordenamento foi mantido, pois “Sorriso e espada imbricavam-se no nacionalismo dos anos dourados” (Almeida, 2006, p. 288). As bases populistas sedimentadas em solo brasileiro foram responsáveis por cooptar em nome do patronato, através de uma estratégica legislação trabalhista e alianças partidárias, a força revolucionária das organizações sindicais.

Enquanto isso, uma classe de trabalhadores à margem das forças produtivas aglomerava-se em quartos de despejos. E como afirmou Carolina Maria de Jesus: “... De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários” (Jesus, 2014, p. 40). E, ainda, complementa com uma crítica ao processo eleitoral: “[...] Eles gastam nas eleições e depois aumentam qualquer coisa [...] quem paga as despesas das eleições é o povo!” (Jesus, 2014, p. 128). E, também, emite um recado: “Se o custo de vida continuar subindo até 1960 vamos ter revolução!” (Jesus, 2014, p. 128).

O projeto desenvolvimentista relegou ao Brasil, o endividamento externo que surgiu como consequência, uma vez que as importações não poderiam ser financiadas com a moeda local. Importações podem ser suportadas apenas por exportações ou por meio de endividamento. No final de 1955, a dívida brasileira, inferior a US\$ bilhões, havia se expandido para 2,7 bilhões até o final de 1960, ultrapassando mais de duas vezes o valor das exportações daquele ano. Embora o crescimento possa não parecer excessivo, praticamente correspondendo à taxa de crescimento do produto, a preocupação residia não apenas no montante absoluto da dívida externa, mas nos termos em que o Brasil estava contraindo empréstimos, cada vez mais a curto prazo: no final de 1960, 70% do total da dívida externa brasileira deveria ser quitada nos próximos três anos (Malan, 1997).

Ao concluir este capítulo, compreendo a reação de Carolina Maria de Jesus transposta em palavras quando diz: “Eu não gosto do Kubitscheck. O homem que tem o nome esquisito que o povo sabe falar mas não sabe escrever” (Jesus, 2014, p. 78). Pois, o populismo que forjou a “aura mítica” em torno do brilhantismo político de Juscelino Kubitschek não foi capaz ofuscar a visão realista que a escritora utilizou na produção da sua obra dissonante.

Ao lermos “Quarto de Despejo”, situado no cenário dos “anos dourados” nos deparamos com uma escrita que denuncia as vulnerabilidades vivenciadas pelas populações num contexto de extrema pobreza, somos levados a várias indagações: “anos dourados” para quem? Quem se beneficiou com o desenvolvimentismo? Como se construiu a narrativa ufanista sobre o período? Quais fontes sobre o contexto dos “anos dourados” tem maior alcance popular? O que essas fontes evidenciam? De onde elas partem? Quem as interpreta?

Nesse sentido, compreende-se a importância do discurso de Carolina Maria de Jesus como recurso historiográfico, não de modo a negar a política desenvolvimentista e os avanços referentes ao governo JK, mas como uma possibilidade de revisão histórica, ao buscar novas fontes que corroboram com o que encontramos em seus diários, ou mesmo contestem. Mas, que possibilitem novas categorias analíticas, bem como o reconhecimento de outros sujeitos produtores de epistemologias.

3 AGORA “O LIXO VAI FALAR, E NUMA BOA”

Para abrir os caminhos do capítulo, trago Lélia Gonzalez, importante intelectual brasileira do século XX, porém pouco mencionada e referenciada, atuante na luta contra o racismo estrutural³⁰ e na articulação dos estudos de gênero e raça na nossa sociedade. A intelectual foi contemporânea de Carolina Maria de Jesus e conseguiu, a partir do *lôcus* acadêmico, se projetar como pensadora legitimada pelos seus pares. Já Carolina Maria de Jesus, apesar de não percorrer a mesma trajetória de Lélia Gonzalez, conseguiu com sua singularidade, produzir importantes reflexões acerca da sociedade brasileira. Ambas compreendiam com lucidez as condições que lhes eram dadas, mulheres e negras situadas na periferia do capitalismo. E, ambas ousaram falar:

Ora, na medida em que nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira [...] O risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados [...] Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (Gonzalez, 1984, p.225).

O ato de falar é parte da tomada de consciência de si, do mundo e de si no mundo. Assim, apresento um paralelo entre os discursos de Lélia Gonzalez e de Carolina Maria de Jesus, que apesar das particularidades que as tomam, escrevem a partir das suas vivências e se constituem enquanto sujeito. Suas “escrevivências³¹” não são neutras. Na verdade, não há discurso neutro. E, apesar da academia endossar o argumento de que a melhor forma de produzir conhecimento é nos afastarmos das nossas experiências pessoais, para então chegarmos a tal “neutralidade científica”, observa-se um tensionamento acerca dessa questão quando o cânone acadêmico afirma ter um discurso neutro e objetivo, porém sem reconhecer o fato de que escreve/produz de um lugar específico que, naturalmente, não é neutro, nem objetivo ou universal, mas dominante (Kilomba, 2019).

Grada Kilomba em seus estudos psicanalíticos sobre episódios de racismo cotidiano, aponta uma série de problemas decorrentes das feridas coloniais e como os espaços

³⁰ ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020. Nesse obra, Silvio Almeida aponta que Racismo estrutural não diz respeito ao ato discriminatório isolado. Representa um processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidos nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas.

³¹ EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Eliane (Orgs.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: Idéia/Editora Universitária, 2005, v. 1, p. 201-212. O termo escrevivência foi pensado por Conceição Evaristo para referir-se a escrita de si.

de produção de conhecimento são fecundos em reproduzir violências de cunho racial e étnico, dentre outras formas, invalidando ou subalternizando as produções que ousam criar fissuras nos rígidos modelos de cientificidade.

Considerados subjetivos demais, permeado de emoções, por vezes panfletários ou simplistas, se perde a oportunidade de experimentar outros repertórios e epistemologias. Contudo, “O discurso das/os intelectuais negras/os surge, então, frequentemente como um discurso lírico e teórico, que transgride a linguagem do academicismo clássico” (Kilomba 2019, p. 59). E, hoje já é possível reconhecer o empenho que alguns espaços de produção científica adotam como forma de reparação histórica, valorizando as subjetividades, estabelecendo parcerias com intelectuais oriundos dos processos de diáspora negra, debatendo essa problemática, inclusive, bem como populações originárias, descobrindo e valorizando bibliografias antes marginalizadas em suas ementas e nos programas curriculares³².

Lélia Gonzalez e Carolina Maria de Jesus fizeram esse movimento transgressor ao ecoar suas vozes saídas do “lixo e do quarto de despejo”. Ao mesmo passo que mobilizam outras vozes a ecoarem junto.

A proposta deste capítulo é apresentar a autora Carolina Maria de Jesus (vida e obra) e sua contribuição para o pensamento social brasileiro. Como base para o texto, utilizo o estudo: “Carolina: uma biografia” (2017) do jornalista Tom Farias e a biografia sobre a escritora, intitulada “Cinderela Negra”: a saga de Carolina Maria de Jesus (1994), de José Carlos Sebe Bom Meihy e Robert M. Levine. Além, de outras fontes documentais da própria autora. Também analiso a fonte em questão, “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (1960) e suas devidas contextualizações.

Por último, uma discussão sobre como o discurso de Carolina Maria de Jesus está atravessado por questões de classe social, gênero e raça. O inter cruzamento dessas três categorias na Obra “Quarto de Despejo” nos permite uma análise interseccional.

³² A estrutura dos cursos da Unilab – Universidade da Lusofonia Afro-brasileira e sua composição curricular afrorreferenciada; a atualização dos currículos de ensino da educação básica e ensino superior em observância da Lei nº 10.639 (atualizada -Lei nº 11.645) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Na UECE temos a concessão de títulos de notório saber em Cultura Popular. Os agraciados com o título são lideranças reconhecidas em áreas diversas de expressão, como literatura de cordel, teatro de bonecos, cultura indígena, artesanato, música, dança, xilogravura, cultura afro-brasileira, arte circense, dentre outras. De várias regiões do estado, foram titulados mestres e mestras que expressam e materializam o saber do povo. Na análise de mérito para a concessão do título foi identificada a qualificação dos(as) candidatos(as) por meio de avaliação emitida pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da Uece, com apreciação e aprovação, por unanimidade, pela Câmara de Extensão (CAMEX) e posterior apreciação, também com parecer favorável unânime pelo Conselho Universitário (CONSU).

3.1 Com vocês, Carolina Maria de Jesus

Como contribuição para a construção de um repertório acadêmico que venha valorizar o ecoar de narrativas subalternizadas ou por vezes silenciadas, apresento neste tópico do capítulo a importância da produção de Carolina Maria de Jesus para o pensamento social brasileiro e como a autora e sua obra estão situados atualmente.

A história de Carolina Maria de Jesus poderia ser narrada por qualquer brasileira de origem pobre por conter vários elementos em comum: êxodo rural, baixa escolaridade, trabalhos precarizados, maternidade solo, racismo e fracassos. Mas, no caso específico da autora, podemos destacar outra questão: o sucesso. Foi o sucesso que a colocou “num ponto fora da curva”, tecendo uma história diferente das demais Carolinas e Marias que encontramos na sociedade brasileira, visto que para cada história de sucesso, existem milhões de fracassados.

Apesar dos infortúnios acumulados ao longo de sua vida, paradoxalmente foi o fracasso que a projetou para o sucesso, pois quando analisamos o percurso da autora e como esta alcançou os holofotes trazendo à tona um enredo visceral sobre o cotidiano numa favela paulista em seu livro “Quarto de Despejo – diário de uma favelada” (1960), fica mais plausível a asserção

Houve um certo frenesi em torno da imagem da favelada que escrevia, quando na verdade havia ali uma escritora favelada. Independente da ordem dos fatores, Carolina Maria de Jesus foi notada, ao mesmo tempo que se fez notar, em sua excepcionalidade (falaremos sobre isso no decorrer do capítulo, quando do seu encontro com Audálio Dantas). Os holofotes a revelaram a partir do lançamento do seu primeiro livro publicado em 1960, “Quarto de despejo” e desde então: “O tempo operou profundas mudanças na vida de Carolina, a partir do momento em que seus escritos - registros do dia a dia angustiante de miséria - foram impressos em letra de forma, num livro que correu o mundo, lido, discutido e admirado em 13 idiomas” (Dantas, 2014, p.7).

De lá aos dias atuais, a autora se fez presente em meio as ausências. Foi do sucesso ao esquecimento e muitos, ainda, hoje desconhecem seu nome entre as referências literárias nacionais ou quaisquer outros projetos em que esteve direta ou indiretamente ligada. Recebeu prêmios³³, foi bajulada por presidentes e intelectuais, sua história de vida inspirou

³³ Recebeu o título Doutora Honoris Causa. Embora seja uma homenagem póstuma, a UFRJ reconheceu, com a concessão do título pelo Conselho Universitário (Consuni).

peça de teatro³⁴, filmes e documentários no cinema internacional³⁵. O jornalista que revelou Carolina Maria de Jesus ao mercado editorial Audálio Dantas (2014), afirma que a escritora foi reconhecida por outros grandes escritores brasileiros como Rachel de Queiroz, Sérgio Milliet, Helena Silveira, Manuel Bandeira, mas, também foi rechaçada por outros, que lançavam dúvidas sobre a autenticidade de seus textos.

Compreende-se que a autora provocou uma “revolução” na literatura. Contudo, logo foi esquecida. No entanto, nos últimos anos nota-se o crescente interesse pela autora e sua vasta obra, por meio das bibliotecas, salas de aula, feiras literárias, pesquisas acadêmicas e na memória pública brasileira.

É preciso discutir, como uma pessoa tão singular como Carolina Maria de Jesus caiu no esquecimento. Sua história começa em 14 de março de 1914, na cidade mineira de Sacramento, de origem humilde, neta de ex escravizados e uma entre os oito filhos de uma lavadeira analfabeta, não chegou a conhecer seu pai, embora manifestasse interesse, conforme trecho de “Diário de Bitita”, obra autobiográfica sobre sua infância publicado postumamente: “Eu achava bonito a minha mãe dizer: - Papai! – E o vovô responder-lhe: - O que é, minha filha? E invejava minha mãe por ter conhecido pai e mãe. [...] Várias vezes pensei interrogá-la para saber quem era o meu pai. Mas faltou-me coragem” (Jesus, 1986, p.8).

O contato com a educação formal ocorreu em 1921 e concluiu somente dois anos, cursando, apenas, a primeira e a segunda série do primário, pois fora enviada à escola para atender um capricho assistencialista da patroa de sua mãe:

O que eu admirava é que dona Maria Leite não auxiliava os brancos, só os pretos, e nos dizia: - Eu sou francesa. Não tenho culpa da odisséia de vocês; mas eu sou muito rica, auxilio vocês porque tenho dó. Vamos alfabetizá-los para ver o que é que vocês nos revelam: se vão ser tipo sociáveis e tendo conhecimento poderão desviar-se da delinquência e acatara a retidão. Para nos envaidecer ela dizia: - Eu gosto dos pretos. Eu queria ser preta e ter o nariz bem chato (Jesus, 1986, p. 123).

O discurso de Dona Maria Leite, destacado acima, coaduna com o que hoje o Movimento Negro Brasileiro convencionou chamar de “síndrome da princesa Isabel” para se referir a pessoas brancas com pretensões salvacionistas em relação aos negros, porém

³⁴ O livro Quarto de Despejo ganhou adaptações para o teatro em 1961. Carolina chegou inclusive a escrever peças de teatro. Conferir: GONÇALVES, Maria Clara; FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Carolina Maria de Jesus e o Teatro: criações e adaptações. **Estudos Linguísticos e Literários**, [S.L.], n. 70, p. 394-422.

³⁵ O livro Quarto de Despejo ganhou adaptações para o teatro em 1961. Carolina chegou inclusive a escrever peças de teatro. Conferir: GONÇALVES, Maria Clara; FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Carolina Maria de Jesus e o Teatro: criações e adaptações. **Estudos Linguísticos e Literários**, [S.L.], n. 70, p. 394-422.

esvaziadas de sentido político e letramento racial, esse tipo de comportamento acaba reproduzindo de forma sutil e por vezes escancarada práticas racistas.

Apesar do pouco tempo na escola, Carolina Maria de Jesus foi alfabetizada e começou a ler os nomes das lojas e letreiros de farmácias. Eis sua primeira epifania no mundo das letras: “Percebi que os que sabem ler têm mais possibilidades de compreensão” (Jesus, 1986, p. 126). Contudo, a vida escolar foi breve e em 1923, aos nove anos de idade, muito contrariada com a nova decisão da mãe em mudar de cidade, os estudos ficaram para trás.

A “Bitita Jesus³⁶” relatou seu descontentamento: “Foi com pesar que deixei a escola, chorei porque faltavam dois anos para eu receber o meu diploma. Único meio foi resignar-me, porque a decisão paterna vence. Minha mãe encaixotava os nossos utensílios, eu encaixotava os meus livros, a única coisa que eu venerava” (Jesus, 1986, p. 128).

O trecho suscita a reflexão, ainda, que sem grandes elaborações sobre a estrutura patriarcal que assola a sociedade e coloca as mulheres em posição de subordinação perante as decisões masculinas. A vida em Sacramento estava difícil e a autora teve que acompanhar sua mãe numa nova empreitada rumo a vil sobrevivência. Cota, a mãe castigada, cansada e sem esperanças, se interessou por um homem, que chegou na cidade à procura de uma mulher honesta e trabalhadora. Recebeu deste um convite para irem morar e trabalhar juntos como colonos numa fazenda em Uberaba, Minas Gerais. E, sem grandes possibilidades de escolhas, partiram todos. (Farias, 2018).

Apesar de no início ter se mostrado relutante sobre a vida na fazenda, Carolina Maria de Jesus aos poucos foi tomando gosto, deslumbrando-se com a capacidade produtiva da terra. Uma fartura que não se via em Sacramento, a tranquilidade na hora de dormir e até a ausência das importunações policiais. Relata, também, o gosto pela leitura nas horas vagas. E como ela mesmo conta “Lendo, eu ia adquirindo conhecimentos sólidos” (Jesus, 1986, p. 131). Assim, a leitura aprendida na escola em Sacramento passava a ser apreendida no universo semântico da autora. E, tudo seguiu razoavelmente bem, na medida do possível para os colonos até que foram expulsos da fazenda. Assim, após quatro anos afastada da vida na cidade, a autora enfrentou uma dura tentativa de readaptação ao aceitaram trabalho numa outra fazenda do interior de São Paulo. Mais uma tentativa malograda que os fez retornar novamente à sacrificante Sacramento.

Na adolescência, a autora foi ficando cada vez mais desgostosa e desiludida com o viver na roça, embora ela declarasse gostar muito dessa vida. Tal sentimento consta nos

³⁶ Bitita é apelido de infância de Carolina Maria de Jesus.

versos de um poema que ficou famoso: “O colono e o Fazendeiro”, escrito no ano de 1939, para lembrar dessa fatídica época da sua vida (Farias, 2018). Hoje o poema pode ser facilmente encontrado na edição mais recente de seu livro “Casa de Alvenaria”:

Diz o brasileiro
 Que acabou a escravidão
 Colono sua o ano inteiro
 E nunca tem um tustão.
 Se o colono está doente
 É preciso trabalhar.
 Luta o pobre no sol quente
 E nada tem pra guardar
 [...]
 Nunca pode melhorar
 Esta negra situação
 Carne não pode comprar
 Prá não dever o patrão.
 Fazendeiro, ao fim do mês
 Dá um vale de cem mil-réis
 Artigo que custa seis
 Vende ao colono por dez
 Passa o ano inteiro
 Trabalhando - que grandeza!
 Enriquece o fazendeiro
 E termina na pobreza.

(Jesus, 2021, p.162-163).

O poema foi um grito de protesto, publicado pela primeira vez no jornal “Folha da Manhã”, no dia 25 de fevereiro de 1940 (Farias, 2018). Esse detalhe é importante, pois aponta que muito antes do estrelismo com o lançamento de “Quarto de Despejo” em 1960, a escritora já buscava reconhecimento público e ousava suas primeiras publicações. Além disso o poema nos traz um recorte da conjuntura socioeconômica da época. Trata-se de um Brasil pós abolição, agrário, em que uma elite rural subtraía a humanidade de seus trabalhadores nas mais exaustivas e desonestas condições de trabalho.

Dos 14 aos 20 anos, foram muitas idas e vindas à Sacramento. Sozinha, peregrinou por outras cidades, acumulou experiências em empregos precarizados e sempre que voltava sentia que não pertencia aquele lugar. Conta-se que Carolina Maria de Jesus não era fácil, dona de uma personalidade forte. Além disso, o hábito da leitura a destoava dos demais membros da família. Passava horas com um livro “Os Lusíadas”, de Luís de Camões e um dicionário que tudo leva a crer ter sido furtado da casa de uma família da qual prestou serviços domésticos (Farias, 2018). A autora afirmou: “Um dia, remexendo nos caixotes, encontrei vários livros e um dicionário *prosódico* de João de Deus. Era a primeira vez que via

um dicionário. Quando compreendi a finalidade do dicionário, procurei a palavra níveos, e sorri satisfeita, porque tinha algo atraente, os meus dentes” (Jesus, 1986, p. 175). Em seguida encontramos em outra passagem narrada pela autora em “Diário de Bitita”, sobre o retorno à Sacramento, quando foi denunciada e acabou presa por se envolver numa confusão com outros jovens que caçoavam do dicionário “- Que livro grosso! Deve ser o livro de São Cipriano” (Jesus, 1986). Ainda sobre o episódio, destaca-se que:

É tão emblemática essa acusação, que chega a ser ridícula. O “Livro de São Cipriano”, como é conhecido, é atribuído a São Cipriano, provavelmente nascido e falecido na Tunísia, norte da África, entre os anos 200 e 258 depois de Cristo. Tido como “mago” ou “feiticeiro” [...] No Brasil, apesar de ser frequentemente associado às religiões afro-brasileiras, nada tem a ver com nenhuma delas, já que é uma herança popularizada na Europa do século 19. Publicado no Brasil de maneira indiscriminada por diversas casas editoriais, se tornou um “almanaque ocultista” de preto para prejudicar os brancos, maldosamente referenciado à macumba, feitiçaria, malefícios, causas ruins (FARIAS, 2018, p. 96).

Carolina Maria de Jesus e sua mãe foram arbitrariamente detidas, fato que evidencia os graus de violência de raça e gênero implicados no ocorrido. A jovem leitora, ocupando um lugar incomum para uma mulher negra, acabou por gerar o descontentamento social. Como ela mesmo afirmou: “Eu sentava no sol para ler” (Jesus, 1986, p. 177). Ao exercer uma atividade intelectual, que, ainda, hoje é destituída das mulheres negras, numa sociedade marcada pelo racismo estrutural, o ato de ler é visto como rebeldia. Ao ler, apreendemos a realidade, ocupamos um lugar no mundo ou no caso da autora, um não lugar, tendo em vista o fato de sentir-se deslocada em seu espaço familiar e na vizinhança na qual cresceu. O caso é que esse sentimento de não lugar, acompanhou-a até o fim de seus dias.

Após os vexatórios dias na delegacia, mãe e filha foram liberadas, deixaram definitivamente Sacramento e seguiram para a cidade de Franca, no interior de São Paulo. Com novas sucessivas experiências de trabalho precarizado em Franca, ambas se separam, quando a autora recebeu uma proposta de trabalho na capital paulista. Assim se iniciou mais um capítulo da “odisseia Caroliniana”, que entusiasmada, anotou: “Quando cheguei à capital, gostei da cidade porque São Paulo é o eixo do Brasil” (Jesus, 1986, p. 202). Para sobreviver trabalhou como doméstica na casa de um médico renomado cardiologista, Euryclides Zerbini³⁷. Saudosamente, em seus registros recordava das folgas quando gostava de ficar

³⁷ Euryclides de Jesus Zerbini foi o primeiro médico da América Latina e do Brasil a realizar um transplante de coração.

lendo na biblioteca da casa. Foi, também em São Paulo que a autora conheceu os pais de cada um de seus três filhos:

A São Paulo dos anos de 1940 era muito instigante e convidativa. Morando em cortiços ou outras formas de habitação popular, ou mesmo Albergue noturno, próxima do seu local de trabalho ou nas imediações, convivia com gente da terra e/ou imigrantes, sobretudo europeus. É preciso assinalar que os relacionamentos que geraram os filhos de Carolina foram todos de nacionalidade estrangeira: americano, português e espanhol (Farias, 2018, p. 147).

Em virtude de sua primeira gestação, não pode mais trabalhar na casa da família Zerbini. Diante da daquela circunstância, sem lugar para abrigar a si própria e os filhos e após sofrer sucessivos despejos e viver em abrigos temporários, Carolina Maria de Jesus se instalou na favela de Canindé, onde viveu de 1948 a 1960 (Farias, 2018).

Localizada às margens do Rio Tietê, a favela surgiu de um projeto de política habitacional da prefeitura de São Paulo, numa pífia tentativa de contornar o déficit habitacional de famílias carentes, oriundas de ordens de despejos na grande capital: “Muito moradores festejavam o novo espaço para morar, mas outros tantos reclamaram, com certo alarde, em tom de reprovação, que era muito pouco para habitar uma família. Na verdade, era mesmo. E além de tudo mais, não dispunham de água nem de esgoto” (Farias, 2018, p. 153).

Mesmo em meio ao ambiente inóspito, a autora criou seus três filhos, catando papel como possibilidade de sobrevivência e escrevendo seus diários, textos e poemas como estratégia de re-existência. Mas, houve uma mudança de fluxo naquela trajetória que como já mencionado, poderia ter sido só mais uma história triste dentre tantas outras. Com narrativa “agridoce” a vida da autora se valeu de “vários ingredientes” na sua feitura. E, muitas mãos contribuíram para engrossar o “caldeirão de sopa de letras cruas e viscerais”, por vezes doces e coloridas deixadas por Carolina Maria de Jesus. No trecho inicial da obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, livro que lhe permitiu experimentar vários sabores e dissabores, a autora expôs amargamente: “15 de julho de 1955 Aniversário de Vera Eunice. Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela. Mas o custo dos gêneros alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos” (Jesus, 2014, p. 11). Reconhecida por narrar a fome de forma escancarada em seus diários, o que fez com maestria a partir do seu hostil lugar de fala, o universo apresentado pela escritora, descortina uma mulher multifacetada no que tange a produção escrita.

Para alguns “Bitita”, para outros poetisa preta, cinderela negra, escritora desajustada, pensadora de um Brasil marginal. O fato é que a autora possui uma vasta

produção para além dos diários. Apesar de ser reconhecida pelo grande sucesso do seu primeiro livro, que permite uma reinterpretação do Brasil no contexto dos “anos dourados”, favorecendo a reflexão sobre o Brasil por uma outra ótica que destoa das narrativas dominantes ou mesmo como uma boa leitura despretensiosa para quem gosta de se aventurar num certo lirismo literário com toques de acidez.

Em 1958, quando o jovem jornalista Audálio Dantas esteve em Canindé, para uma cobertura jornalística, conheceu Carolina Maria de Jesus. A autora com aspirações literárias buscava de forma independente apresentar seus textos aos jornalistas da época. Audálio, alagoano, filho de nordestinos que haviam chegado em São Paulo nos anos 1930, nunca estudou jornalismo, mas aventurou-se a escrever em um estilo novo, histórias da crônica quotidiana e se estabelecer em seio meio. Era conhecido por seu posicionamento progressista. Trabalhava para o “Dário de São Paulo”, quando esbarrou com a autora (Meihy e Levine, 2015). Na ocasião estava responsável para fazer a cobertura da inauguração de um parque infantil nos arredores da comunidade de Canindé:

Naquele *playground*, testemunhou um confronto entre adultos que disputavam com as crianças lagares para diversão. Em meio ao tumulto, ouviu uma mulher favelada gritar: “se vocês continuarem a fazer isto vou colocar todos os nomes de vocês em meu livro!” Curioso, Dantas perguntou-lhe sobre o tal livro. Ela o convidou para ver [...] mostrou-lhe páginas e páginas cheias de histórias reais e inventadas sobre pessoas ricas e pobres, poemas evocando o campo, e registros de seu diário [...] Dantas selecionou um dos 36 cadernos que perfaziam a cobertura de três anos da estranha favelada. Levou para casa e com muito critério procedeu a exames demorados. Leu-os e profetizou sucesso (Meihy e Levine, 2015, p. 28).

Carolina Maria de Jesus foi “descoberta” ou fez-se descobrir? A autora possuía *expertise* suficiente para gerar uma situação em que chamaria de alguma forma a atenção do jornalista. Contudo, os fatos nos levam a compreender que ambos “se descobriram”. Em entrevista concedida, Audálio Dantas afirmou:

O importante é que conheci Carolina exercendo a minha profissão, jornalista. Ela protestava contra alguns adultos que ocupavam um playground que a prefeitura havia instalado na favela. Ameaçava colocar o nome daquelas pessoas no seu livro. Então, naturalmente, quis ver qual seria o livro. Depois ficou muito claro que Carolina fez tudo aquilo para chamar a atenção, porque queria que eu soubesse que ela escrevia. Conseguiu (Meihy e Levine, 2015, p.119).

A relação entre os dois garantiu inicialmente algumas publicações de textos avulsos no jornal “A Folha da Noite”. Audálio se tornou agente e mentor da autora, trabalhando na edição de seu diário, por cerca de um ano. Com uma certa dificuldade no

mercado editorial, conseguiu fechar negócio com a livraria e editora Francisco Alves. A primeira publicação levou multidões às livrarias de São Paulo nos primeiros dias do mês de agosto de 1960. Carolina Maria de Jesus chegou a autografar 600 cópias, recebendo visitas de figuras públicas como jornalistas, escritores. Fato que mobilizou o então ministro do Trabalho João Batista Ramos a declarar-se na imprensa, catalisando a opinião pública, que ela merecia uma casa de tijolos a ser doada pelo governo (Meihy; Levine, 2015). A casa de Alvenaria, um desejo legítimo, veio a ser concretizada nos planos da autora, mas com recursos dos seus feitos literários.

Meihy e Levine afirmam que: “No espaço de um ano ela havia se equiparado, em vendagem a Jorge Amado e, como ele se, transformando no mais traduzido dos autores brasileiros de todos os tempos até aquele momento” (2015, p.30). Vale destacar que:

Carolina Maria de Jesus iniciou a redação dos diários que resultariam no livro “Quarto de Despejo” ela já era uma escritora tarimbada, que dominava a condução de uma história e possuía uma imaginação fabular muito grande. É tosco imaginar que Carolina nasceu a partir do livro “Quarto de Despejo, como se tem dito crua e secamente; tampouco que Quarto de despejo” é sua única maior obra. Pode-se dizer, para evitar outras controvérsias que é sua obra mais importante, que lhe deu as projeções merecidas (Farias, 2018, p. 184).

Não se pode negar que o alcance de tal sucesso se deu pelo fato de uma certa exotização da favela e da imagem da favelada. Conforme o texto de apresentação da “Antologia Pessoal de Carolina”: “o aparecimento de Carolina no mundo reconhecido e público dos brancos era uma licença democrática” (Meihy, 1996, p. 9).

No prefácio do livro “Quarto de Despejo”, Dantas (2014) afirmou que, Carolina, querendo ou não, transformou-se em artigo de consumo. Mas, que acima do olhar exotizado de seus leitores, pairava a força do livro, sua importância como depoimento, sua autenticidade e sua paradoxal beleza. A obra será abordada no tópico seguinte.

Apesar da sua escrita ser marcada por denúncias sociais, reclames políticos pelos preços altos, descaso com os pobres, sua condição de mulher e sobretudo da sua posição racial, bem como das violências perpetradas em torno disso, a autora não assumia um papel militante no sentido prático do termo. Apresentava inclusive, alguns argumentos bem conflitantes sobre os nordestinos e os próprios moradores da favela. “Quarto de Despejo chocou os leitores, mas não os empurrou para efetivas transformações. A autora não percebia as razões estruturais da pobreza” (Meihy e Levine, 2015, p.40).

Ainda sobre os traços da personalidade da escritora “Livre e de comportamento indomável, esta recusou-se a se conformar com o perfil de uma favelada. Ela dizia ser rejeitada por seus vizinhos porque sabia ler e escrever” (Meihy e Levine, 2015, p.26). Fato que reitera o sentimento de deslocamento ou não lugar que sempre a acompanhou. A escrita foi o seu melhor abrigo, seu mundo material e imaginado, seu lugar de catarse. Numa outra passagem da entrevista cedida por Audálio sobre a trajetória da “Cinderela Negra” um trecho chama a atenção:

Ela escrevia no diário porque... Bem, aí eu me permito fazer uma consideração a respeito. Primeiro era o desejo de falar, de denunciar uma situação de miséria em que ela própria vivia. Segundo, era a busca da glória, que era, aliás um traço de sua personalidade que nunca foi devidamente analisado, mas que eu conheci muito bem. Ela tinha fascínio pelo brilho. Ela não só pretendia lançar livros, como queria ser artista de teatro, ser cantora, aparecer na televisão (Meihy E Levine, 2015, p. 120).

A relação entre Carolina Maria de Jesus e Audálio adquiriu em dados momentos caráter de dependência e constrangimento. Muito pelo fato da tutela do jornalista com as finanças da publicação e até para salvaguardar a escritora de possíveis golpes, mas também sobre ditar alguns comportamentos que deveriam ser seguidos para agradar o mercado editorial e o olhar exótico de alguns leitores. Em muitas passagens de “Casa de alvenaria: diário de uma ex-favelada” (1961), com novos registros em formato de diários, sobre a vida após o sucesso do seu primeiro livro, encontramos muitos momentos de tensão entre os dois.

A conturbada relação também se estabeleceu com a vizinhança, em Canindé, dada pelo certo ar de superioridade que a autora assumia em relação aos demais. O que tornou sua ida para o novo lar um verdadeiro “circo dos horrores”, pois há relatos que no dia da mudança saiu com seus filhos enxotados com pedras (Jesus, 2021a, p.29).

O fato é que após a publicação a autora e seus três filhos mudaram para uma casa em Osasco. A mudança foi acompanhada por jornalistas e fotógrafos. Sobre esse episódio, uma passagem um tanto tragicômica narrada pela autora destaca que: “O motorista parou no seu ponto e disse para os seus colegas que ia aparecer na televisão [...] Um jornalista desceu para telefonar, um senhor que nos olhava perguntou: - Isto é despejo? - Não, não é despejo, eu estou saindo do quarto de despejo” (Jesus, 2021a, p. 30). E, assim inicia-se uma nova fase na vida da família. Com a repercussão e venda do seu livro, a escritora pode comprar uma casa e proporcionar uma melhor condição de vida para si e para seus filhos.

Seu segundo livro, “Casa de alvenaria” (1961), seguindo os mesmos moldes de “Quarto de Despejo”, apresenta uma mulher vocacionada para a escrita, mas que não queria

mais produzir um diário. “Quero escrever romances dramas e tenho que escrever Diário. Não gosto desse tipo literário” (Jesus, 2021b. p.218). Ao que tudo indica, já andava exaurida do estilo literário que a colocou nos holofotes e também porque ansiava se lançar em outros gêneros. Além disso, uma cobrança excessiva feita por Audálio para uma nova leva de publicações. Pois, se o livro anterior caiu no gosto do público, nada melhor do que seguir a mesma linha editorial para galgar um novo sucesso. No entanto, não foi o que se sucedeu e a autora caiu no esquecimento, recebendo questionamentos a respeito do que produzia. Ainda assim, chegou a publicar com esforços individuais outros livros, como *Provérbio* (1963), *Pedaços da fome* (1963) e *Diário de Bitita* (1982, póstuma). Também escreveu peças de teatro, letras de música e gravou-as (Farias, 2018).

A respeito das questões financeiras, não ficou rica, mas conseguiu o suficiente para sair da condição de miséria. Mesmo assim, voltou a ter uma vida bem simples junto de seus filhos. E, em 1977, aos 62 anos de idade e em decorrência de uma insuficiência respiratória Carolina Maria de Jesus morreu pobre e parcialmente anônima em seu próprio país:

Sob o ponto de vista dos editores, comercialmente falando é difícil avaliar a queda do sucesso de Carolina. A trajetória meteórica que a jogou da pobreza para a fama e desta, novamente, para a miséria foi vertiginosa o suficiente para deixar todos perplexos. Surpreende também o estranho abandono a que ficou relegada, tendo se ilhado na chácara, apesar de continuar causticada pela imprensa até a morte sem amparo. É lógico que Carolina se alienou recolhendo-se em Parelheiros, refutando as aproximações que a implicassem transformá-la. Reproduziu-se na sua relação com seu descobridor Audálio Dantas a mesma prática de interação conflituosa que sempre a perseguiu. Audálio queria moldá-la segundo um tipo que ela nunca aceitava e nunca aceitou. (Meihsy e Levine, 2015, p.56)

Parte documental do que temos sobre a história de Carolina Maria de Jesus, surgiu inicialmente dos esforços de Robert Levine e J. C. Meihsy. Baseando-se na abordagem e metodologia da história oral, eles empreenderam uma série de entrevistas com os filhos da escritora, os amigos e o jornalista Audálio Dantas. Além da produção de teses e dissertações que utilizam as obras da autora como objeto de estudo, surgiram algumas biografias mais recentes que nos possibilitam adentrar em seu universo. Assim, a contextualização sobre a vida e obra de Carolina Maria, nos situa para os próximos passos desta pesquisa. Seu livro mais conhecido ‘*Quarto de Despejo*’, será discutido no tópico a seguir.

3.2 Adentrando o Quarto de Despejo

Muitas problemáticas e temas podem surgir pela leitura de um simples romance. A literatura, segundo Ferreira (2012) é uma “fonte fecunda” que analisada pelas lentes de um historiador possibilita acessar dimensões subjetivas, imaginárias, oníricas e ficcionais, tão importantes quanto fatos de ordem política, social e econômica.

É verdade que o apelo aos textos literários ocorreu, inicialmente, em face da carência de outros documentos escritos que possibilitassem reconstruir a história das sociedades mais antigas. Contudo, logo os historiadores perceberam que eles poderiam ser de grande valor para o estudo das culturas mais bem documentadas, justamente por iluminarem terrenos obscurecidos nas demais fontes (Ferreira, 2012, p. 84).

Analisando “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, é possível trabalhar com várias camadas interpretativas, tendo como ponto de partida a escrita autobiográfica. A obra nasce de uma compilação de vários diários manuscritos, organizados e publicados posteriormente por um editor, com autorização da própria autora.

Os diários de Carolina Maria de Jesus extrapolam o espaço privado e nesse sentido, ao discorrer sobre sua existência, os indivíduos referem-se a elementos que encadeiam a percepção do que é vivido no campo do pessoal quando falam de suas questões mais particulares, mas que acabam ultrapassando o íntimo e ocupando a esfera do público. “Essas problemáticas, que por certo transcendem o aspecto meramente individual, configuram oportunidades privilegiadas para compreensão de práticas sociais, conflitos, tensões, revelando outra dimensão do político” (Luca, 2003, p.133).

Na passagem a seguir, a escritora reconhece a importância dos seus registros e relata: “2 de maio de 1958 - Eu não sou indolente. Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder tempo” (Jesus, 2014, p. 28). É importante destacar que os diários que Carolina Maria de Jesus escrevia no seu íntimo, passaram a ganhar maior importância a partir do seu encontro com o Jornalista Audálio Dantas.

A autora viu nesse movimento a possibilidade de tornar público sua intimidade na favela de Canindé e assim, mudar de vida, além de levar adiante o seu desejo de torna-se escritora. É o que ela expressa nos seus registros em julho de 1955: “[...] estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. Não

tenho tempo para ir na casa de ninguém (Jesus, 2014, p. 27). Num outro momento, em meio a um conflito na vizinhança, algo muito comum no enredo, a autora também afirma:

[...] Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornecem os argumentos. (Jesus, 2014, p. 20).

Partindo do que foi discutido, compreende-se que:

Os escritos autobiográficos abrem um grande campo de possibilidades para o historiador. Resultam de atividades solitárias de introspecção, ainda que sua autoria possa ser partilhada por secretários, assessores ou familiares. Trata-se de escrita de si, na primeira pessoa, na qual o indivíduo assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta (Malatian, 2012, p. 195).

Ao trabalhar com uma fonte autobiográfica, o historiador deve submetê-la a uma operação historiográfica³⁸ a fim de problematizá-la, cruzar dados dessa fonte com de outras fontes, além de considerar o passado ali descrito como uma representação do vivido (Cunha, 2012, p.260).

A obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” além do valor literário e estético, apresenta valor histórico. O discurso da autora-protagonista, uma mulher negra, periférica que narra a sua história em primeira pessoa e nos traz dados importantes sobre o cotidiano de grande parcela da população brasileira alocada de forma precarizada nos grandes centros urbanos. Problemas estes resultantes de processos migratórios, êxodo rural e favelização. Vejamos uma passagem que nos situa sobre o título do livro:

[...] As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visitas com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim [sic]. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo (Jesus, 2014, p. 37).

Em “Quarto de Despejo” temos a análise de um dado contexto histórico partindo de um lugar incomum: o de uma mulher narradora de sua própria história e que ao mesmo tempo fornece elementos importantes para repensarmos como se davam as práticas políticas,

³⁸ CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

os discursos midiáticos e uma visão “romantizada” de uma época em que a nação brasileira ostentava o status de “anos dourados”.

Carolina Maria de Jesus a partir de seus relatos escritos em cadernos-diários, compreendidos entre julho de 1955 à janeiro de 1960, apresenta cenas do cotidiano. O cenário apresentado contradiz o contexto histórico de prosperidade no qual o Brasil se apresentava enquanto uma nação em pleno desenvolvimento econômico e cultural. Período também marcado pela forte atuação de figuras públicas relacionadas às políticas populistas. A exemplo temos o presidente da República Juscelino Kubitscheck e o desenvolvimentismo como marcador político vigente na época. Se de um lado os mais variados documentos históricos apresentam a ideia do progresso nacional, como foi discutido no capítulo anterior, do outro temos os registros da escritora denunciando a vida precária de quem lutava diariamente contra fome. Assim, a autora descreveu: “Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos” (Jesus, 2014, p 44).

A fome em “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” aparece como um personagem invisível, porém não menos assustador. A autora nos apresenta de forma crua que “nem tudo que reluz é ouro”. Escancara a partir de sua linguagem, um texto histórico, estético e político. É de dentro do quarto de despejo que a autora aponta as bases carcomidas deste.

O projeto do livro se deu a partir do encontro entre a autora e o jornalista Audálio Dantas e após uma inesperada parceria, o livro foi publicado em 1960. Sobre a estrutura editorial da obra, Audálio Dantas afirmou ter feito pequenas alterações na pontuação, assim como em algumas palavras cuja a grafia poderia levar a incompreensão da leitura, e procedeu a cortes porque a repetição da vida rotineira da favela, por mais fiel que fosse, seria fatigante. Fez isso, contudo, em concordância com a escritora e de forma criteriosa para que o conteúdo não fosse descaracterizado (Meihy e Levine, 2015).

A atuação do jornalista é um tanto polêmica e gera uma discussão nos círculos literários sobre a relação entre quem escreve e quem edita. Para alguns, há manipulação, na medida em que partes do texto são suprimidos e as intervenções retiram a originalidade da obra. Nesse caso, deve-se manter todos os detalhes. No entanto:

Alguns pesquisadores e críticos da literatura se posicionaram de maneira contrária a tais manutenções, sob a justificativa de que isso implicaria manter Carolina num lugar de figura “exótica”, “a favelada que escreve”. Entendo que essas posturas já revelam muita coisa por si só, no sentido de que há então uma norma, e tudo aquilo que não a seguir reduz-se ao exotismo e ao “Outro” não circunscrito no discurso estético euro-branco-ocidental. Esse debate pode não ser unânime em torno da crítica, e não o venho aqui fazer com que o seja, uma vez que reside aí a potência na

construção e democratização do conhecimento. Mas, algumas questões revelam-se incômodas: por que as rasuras linguísticas feitas por Guimarães Rosa, por exemplo, não foram considerados erros e desvios gramaticais/ortográficos e assim rechaçados pela crítica literária, como veio a acontecer com Carolina? Por que foram considerados (quase que) categoricamente como neologismos? O que diferencia os procedimentos utilizados por Rosa daqueles por Carolina? Ao meu ver, o que se discorre nessa distinção interpõe-se não apenas na experiência humana vivenciada por cada um dos autores, mas ainda nas relações de força e de poder sobre quem pode dizer o que e quem não o pode nas esferas sociais, culturais e acadêmicas brasileiras (Xavier, 2022, p. 225-226).

Considero pertinente a discussão, pois nos faz refletir a respeito do que é considerado válido, aceitável e estético, bem como os parâmetros utilizados para valorarmos determinadas formas de expressões culturais e epistemologias. Essa discussão será realizada no capítulo 3, em que trataremos do conceito de colonialidade³⁹ e como se aplica nas estruturas de poder e na construção e validação do conhecimento.

Sobre o contexto em que o livro foi publicado e sua recepção, temos algumas considerações a fazer. Primeiro porque no início dos anos de 1960, o país passava por uma onda reformista⁴⁰ e com isso, um prenúncio de que as camadas pobres poderiam produzir figuras que levantariam a opinião pública. No caso, Carolina Maria de Jesus e os seus escritos em tom de denúncia dialogavam com o sentimento político da época.

Segundo, é que naquela época houve expansão da indústria cultural, com o crescimento do número de repórteres e cronistas que enveredaram pelo jornalismo investigativo, o que serviu para trazer à tona algumas histórias a exemplo da Carolina Maria de Jesus (Meihy e Levine, 2015). Mas não podemos esquecer que ainda nos anos de 1940, a autora independentemente da tutela de jornalistas, já buscava divulgar seus textos.

“Quarto de despejo” possui um traço estético que mesmo em tom de denúncia, constrói a narrativa permeada de recursos estilísticos. Em trechos de seu diário encontramos passagens que transitam entre a concretude da vida e um universo abstrato. Vejamos:

[...] ...fiz comida. Achei bonito a gordura fringindo na panela. Que espetáculo deslumbrante! As crianças sorrindo vendo a comida ferver nas panelas [...] A noite surge as estrelas cintilantes para adornar o céu azul. Há várias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: os preços,

³⁹ Anibal Quijano (1998) cunhou o conceito de colonialidade como algo que ultrapassa as especificidades do colonialismo histórico e que não desaparece com os processos de independência ou descolonização. Essa formulação é uma tentativa de explicar a modernidade como um processo intrinsecamente vinculado à experiência colonial. Essa distinção entre colonialidade e colonialismo permite, portanto, explicar a continuidade das formas coloniais de dominação, mesmo após o fim das administrações coloniais.

⁴⁰ Reformas de base foi o nome dado pelo 24º presidente do Brasil, João Goulart, às reformas estruturais propostas por sua equipe. Estas incluíam os setores educacional, fiscal, político, urbano e agrário.

quando vamos fazer compras. Ofusca todas as belezas que existe (Jesus, 2014, p. 43).

A crueza da fome e do custo de vida são realçados com temperos agriçados, tornando a leitura da obra estranhamente palatável. O livro também brinca com outras referências literárias, o que demonstra a versatilidade da escritora na tessitura do seu texto. Numa atenta reflexão sobre o período eleitoral, ela versa: “Nas ruas e casas comerciais já se vê as faixas indicando os nomes dos futuros deputados [...] mas o povo não está interessado na eleições, que é o cavalo de troia que aparece de quatro em quatro anos” (Jesus, 2014, p. 43). O cavalo de Tróia⁴¹ foi uma analogia utilizada por Carolina Maria de Jesus para demonstrar seu descontentamento em relação às manobras políticas no período eleitoral e que não trazem mudanças reais para a população.

A escritora e o livro tornaram-se moles de um debate social que se dava naquele momento sobre as desigualdades sociais e o desenvolvimento econômico brasileiro. Vista como um fenômeno curioso, uma mulher negra e pobre que escreve sobre a favela, ela agregou em si os estereótipos da exclusão social e da discriminação racial. Seu livro representava os desafios a serem superados na busca pela modernização.

Meihy e Levine (2015, p. 59), destacam que “De início a receptividade da história de Carolina foi, em certo nível, fruto da romantização da vida dos pobres”. O livro composto por relatos escritos sobre a pesada vida na favela entre os anos de 1955 e 1960, ganhou atenção pública e promoveu uma comoção social a níveis internacionais. O interesse deveu-se muito mais pelo seu conteúdo sociológico do que pelo aspecto literário. No entanto, as cenas do cotidiano, fome, intrigas com a vizinhança, questões existenciais, poesia, são temas presentes em Quarto de Despejo. E apesar de ser categorizado como uma obra de denúncia ou documento histórico, pode ser lido e estudado sob diversas lentes.

Há uma complexidade na escrita caroliniana no que diz respeito a construção de seus argumentos, ora tão coerentes, ora contraditórios. O fato é que de dentro do quarto de despejo são despejados muitos pensamentos hostis. A subjetividade da escritora desponta de forma injuriosa e nos revela falas polêmicas principalmente quando colocamos a obra em perspectiva interseccional. Chega a ser um tanto incômodo a maneira como as mulheres,

⁴¹ O cavalo de Troia foi um símbolo da Guerra travada entre gregos e troianos, que durou cerca de dez anos e, segundo relatos e mitologia, aconteceu provavelmente entre 1194 e 1184 a. C., data utilizada pelo poeta grego Homero, em sua epopeia, *Ilíada*, na qual descreve os acontecimentos dos últimos anos da Guerra de Tróia. No imaginário popular, o cavalo de Tróia foi um presente dado pelos gregos aos troianos como sinal de paz (um cavalo gigante feito em madeira). No entanto, serviu para enganar os troianos ao final da guerra, pois o suposto presente, na verdade foi uma estratégia usada pelos gregos para colocar seus soldados dentro da cidade de Tróia.

pessoas negras, os próprios moradores da favela, além dos nortistas e nordestinos são retratadas. Racismo, sexismo, xenofobia, preconceito com favelados permeiam os diários de Carolina. Vejamos alguns desses argumentos: “Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. As bagunceiras são as mulheres. As intrigas delas é igual a de Carlos Lacerda que irrita os nervos.” (Jesus, 2014, p. 21). Em vários trechos observa-se a condescendência em relação aos homens da favela, por outro lado, o uso da ironia muito coerente, sobre a figura política de Carlos Lacerda⁴².

Em outra passagem: “Saí a noite, e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo de São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E o preto começou a insultar-me” (Jesus, 2014, p.14). Apesar da escritora se reconhecer enquanto uma pessoa de pele negra, notamos em seu discurso o tom de hostilidade voltado ao sujeito negro. Sem desconsiderar o fato de Carolina ter sido importunada, não podemos deixar de observar que a mesma fez questão de demarcar a cor da pele de seu agressor, ao mesmo tempo em que aponta para a existência de várias pessoas brancas. A questão nos faz refletir sobre o mito do negro agressor, largamente difundido no imaginário social, enquanto o branco é lido como um ser dócil e gentil. “Subjetivamente, o Branco é deificado e o Negro, seu extremo oposto é, a encarnação absoluta do mau” (Faustino 2017, p.128).

Seguindo a discussão, analisemos: “Conversei com uma senhora que cria uma menina de cor. É tão boa para a menina... lhe compra vestidos de alto preço. Eu disse: — antigamente eram os pretos que criavam os brancos. Hoje são os brancos que criam os pretos” (JESUS, 2014, p. 24). Ao mesmo passo em que denuncia as marcas da escravidão, “Quarto de Despejo” também sustenta um discurso ingênuo quando se refere à “amistosidade” entre brancos e negros, nos levando a refletir que esse modo de pensar foi e ainda é bastante estimulado no imaginário social brasileiro, levando a uma compreensão de que vivemos numa “democracia racial⁴³”.

No que diz respeito a relação com a vizinhança, suas falas evidenciam preconceitos de várias ordens: “Fui visitar o filho recém-nascido de D. Maria Puerta, uma espanhola de primeira. A joia da favela. É o ouro no meio do chumbo” (Jesus, 2014, p. 27). Vemos em seguida como o favelado é colocado de forma rebaixada: “Tudo que é obseno[sic] e pornográfico o favelado aprende com rapidez” (Jesus, 2014, p. 45). Importante pontuar que a população residente nas favelas é atravessada por marcadores de raça e classe.

⁴² Político e jornalista brasileiro.

⁴³ Consultar FREYRE, Gilberto. Casa Grande e Senzala (1933).

Carolina, também carrega essas marcas, porém, se coloca de certo modo, superior perante seus pares.

Em “Pele Negra, Máscaras Brancas” publicado inicialmente em 1952, Franz Fanon fez um aprofundado estudo sobre os graves efeitos do colonialismo na subjetividade dos indivíduos negros. Num denso trabalho articulando filosofia, sociologia, psicologia, psicanálise e antropologia, o autor nos mobiliza a um desconforto necessário e nos possibilita refletir numa perspectiva pós colonial os dilemas da sociedade contemporânea⁴⁴. Embora afirme nas primeiras páginas não estar armado de verdades categóricas, nos lança o alerta: “A explosão não acontecerá hoje. É muito cedo... ou tarde demais” (Fanon, 2020 p.21).

A citação de Fanon justifica-se na tentativa de explicar como a conduta de Carolina Maria de Jesus em relação aos negros é resultado de um processo de alienação característico de sociedades com histórico de colonização.

Para Fanon, o colonialismo representa uma alienação da humanidade, não apenas porque reduz ideologicamente o negro à animalidade, mas, sobretudo, porque reduz à universalidade humano-genérica a apenas uma das suas dimensões particulares (branca, ocidental, europeia), castrando, (inclusive o branco) a possibilidade de um olhar mais rico a cerca de si. Essa racialização não se restringiu aos territórios colonialmente ocupados, mas se reconfigurou também como eixo estruturante da própria modernidade e das imagens que a modernidade criou a cerca de si” (Faustino 2017, p.128)

Sendo Carolina ela própria um indivíduo racializado e embora em muitos momentos reafirme positivamente sua negritude, em outros, refere-se aos negros de forma depreciativa e discriminatória. Em seu discurso também encontramos uma certa benevolência ao referir-se a brancos e estrangeiros. Comportamentos dessa ordem podem ser categorizados como negrofobia, que etimologicamente explicado, se trata do medo ou fobia contra os povos negros, implicando, inclusive, em práticas racistas.

Frantz Fanon, médico psiquiatra, foi também um grande conhecedor do materialismo histórico e crítico do colonialismo. Na busca em interpretar como comportamentos fóbicos entre os negros partem de dentro dos territórios coloniais, pelos próprios colonizados, mobilizou conceitos da psicanálise, nos levando a refletir sobre aspectos da psiquê humana discutidos por grandes estudiosos da área como Freud, Lacan, Jung, entre outros. A partir de uma análise concreta da realidade entende-se que o fenômeno é resultante dos vários eventos traumáticos causados pela lógica colonial. Não podendo ser reduzido ou

⁴⁴ Sugestão de leitura do posfácio de Deivison Faustino In: FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020.

determinado pelo viés da sexualidade ou manifestações inconscientes de uma dada ancestralidade. Assim, o autor descreve a seguinte situação:

Nas Antilhas, o jovem negro, que na escola repete incessantemente nossos, pais, os gauleses, identifica-se com o explorador, com o civilizador, com o branco que traz a verdade aos selvagens, uma verdade toda branca. Há identificação, ou seja, o jovem negro adota subjetivamente uma atitude de branco [...] intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Mas ele é um negro. Isso ele perceberá ao chegar à Europa (Fanon, 2020 p.163).

Ao trazer essa perspectiva analítica para a realidade brasileira, tendo em vista nossa formação colonial, bem como seus reflexos na construção da mentalidade social, é possível compreender de onde parte as contestáveis falas de Carolina Maria de Jesus. Sua linha de pensamento foi costurada de forma dolorosa num rígido tecido brancocêntrico. Há uma imposição cultural que acessa o inconsciente do colonizado, levando-o a reproduzir aproximações comportamentais com europeu. “[...] digamos que o negro vive uma ambiguidade que é excepcionalmente neurótica” (Fanon, 2020, p.203).

A questão posta diante dessa discussão é: como falar de forma saudável de uma identidade negra forjada ao longo de séculos de desumanização? É sintomático que o sujeito negro seja atravessado por vários complexos de inferioridade, por vezes disfarçados de superioridade na tentativa de aprovações perante o olhar do outro⁴⁵. Buscam incansavelmente provar suas capacidades intelectuais, pois já lhes fora determinado biologicamente a força física, a sexualidade, a virilidade, a impulsividade⁴⁶. O povo negro é um povo adoecido psicologicamente⁴⁷ (Fanon, 2020).

Assim, quando Carolina Maria de Jesus é acusada pelos seus vizinhos, pelo seu editor Audálio Dantas e inclusive pelos seus leitores de ser uma mulher com temperamento difícil, soberba e vaidosa quanto as suas capacidades intelectuais, percebemos que há na escritora um movimento de se auto afirmar, fazer-se vista e reconhecida. Como sempre esteve numa posição de inferioridade, ela tenta reagir a isso por meio de um complexo de superioridade. “No paroxismo da dor, resta apenas uma solução ao infeliz negro: dar provas da sua brancura aos outros e, sobretudo, a si mesmo” (Fanon, 2020, p.225).

⁴⁵ Consultar capítulo 7: o negro e o reconhecimento. FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu, 2020.

⁴⁶ Teorias que visam justificar a existências de grupos inferiores, a exemplo o Determinismo Biológico associado a movimentos científicos de cunho racista e eugenista.

⁴⁷ Consultar capítulo 6: O negro e a psicopatologia. FANON, Frantz. *Op.cit.*

Sobre os grupos migrantes oriundos do Norte e Nordeste, a escritora também apresenta uma visão bastante estereotipada. Conforme afirmou: “Depois que a favela superlotou-se de nortistas tem mais intriga. Mais polêmica e mais distrações [...] Se no Norte eles for assim, o Norte deve ser horroroso.” (Jesus, 2014, p. 75-76). Numa discussão com um dos vizinhos, enquanto as ameaças eram trocadas, a autora diz: “[...] estou aprendendo a manejar a peixeira. Um nordestino está me dando aulas. Se vai me bater pode vir” (Jesus, 2014, p.82).

Aqui, o nordestino é visto como agressivo e ameaçador. Compreende-se que o olhar da autora parte de uma ideia construída, uma representação social em torno do grupo de pessoas, que assim como ela mesma, vai em busca de uma nova vida nas grandes capitais. E se analisarmos os aspectos geográficos, apesar de falar de dentro da favela, a escritora está situada numa grande metrópole do Sudeste do país. Nesse sentido, os nortistas e nordestinos são colocados na condição de povos de “segunda categoria”, logo inferiores em relação aos moradores de Canindé. Porém, a autora tem esta realidade confrontada quando se desloca até a “sala de visitas⁴⁸” onde é recebida com o mesmo olhar de hostilidade.

Retomo a análise de Fanon para exemplificar a discussão: “Intelectualmente, o antilhano se comporta como um branco. Mas ele é um negro. Isso ele perceberá ao chegar à Europa, e quando falarem de negros, ele saberá que se trata dele tanto quanto do senegalês” (Fanon, 2020, p. 163). Aplicando o estudo desse caso na realidade dos moradores de Canindé, onde sudestinos⁴⁹ e nordestinos/nortistas protagonizam e antagonizam dramas da vida real, conseguimos observar como os mecanismos de opressão se manifestam no imaginário do sujeito que oprime e é oprimido.

Carolina Maria de Jesus não tinha o objetivo de produzir uma obra militante e essa nem era uma questão para ela. Em parte do seu discurso é possível identificar muitas falas que reforçam as opressões de raça, gênero e classe social das quais a mesma era vítima. Analisar “Quarto de Despejo” numa perspectiva interseccional, implica inclusive em observar este fenômeno de modo a compreender que o sujeito que sofre a violência não está isento de reproduzi-la. O próximo tópico ampliará a discussão sobre o inter cruzamento das opressões que pavimentam a narrativa da obra.

⁴⁸ Como a escritora se refere as áreas nobres da cidade.

⁴⁹ Uma espécie de adjetivo gentílico popularmente utilizado para se referir aos moradores da região Sudeste do Brasil. Destaco que o termo possui uma conotação vulgar no vocabulário popular e busca fazer um contraponto a respeito da visão estereotipada construída em torno da figura dos moradores da região Norte e Nordeste. O nordestino é “o outro”. Enquanto as grandes metrópoles, são a “regra”, não carregado uma identidade. Ora, se existe o nordestino, há também de existir o sudestino. Mas o uso do termo em questão se deu pela falta de um adjetivo semelhante. E apesar de residir em São Paulo, Carolina tem origem Mineira.

3.3 Uma análise interseccional

Situados Carolina Maria de Jesus e sua obra *Quarto de Despejo*. Ambos “filhos” de uma pátria racista e patriarcal, seguimos inter cruzando entendimentos para uma melhor leitura e interpretação do texto caroliniano e da proposta desta pesquisa. A autora não era só uma mulher, era uma mulher negra e pauperizada. Através de uma “lente ampliada” busco analisar melhor essa questão.

Numa sociedade marcada profundamente pelas “feridas coloniais”, em meio a tantos golpes violentos que insistem em nos açoitar, a cura parece-nos inalcançável. A escravidão é a nossa maior chaga. O chicote tomou forma de caneta e assinou uma aviltada liberdade. Liberdade?

Sobre a situação da população negra, Lélia Gonzalez (2020, p. 94), nos elucida que desde “a independência aos dias atuais, todo um pensamento e uma prática político-social, preocupados com a questão nacional, têm procurado excluir a população negra de seus projetos de construção da nação brasileira”. Tal exclusão se dá nas mais variadas e descabidas manobras utilizadas pelo Estado brasileiro que vão desde o fajuto projeto de abolição⁵⁰, políticas eugenistas, romantização da relação senhor/escravo e o crescente encarceramento em massa dessa parcela da população.

Durante o século XIX até o início do século XX, várias foram as teorias que se preocuparam em explicar o problema racial brasileiro⁵¹. No entanto, por trás dessas explicações socioantropológicas estava implícito a preocupação com o contato sexual-afetivo de mulheres e homens de “raças” e culturas diferentes. Nesse sentido, a mestiçagem representaria um perigo para o projeto de nação que se pretendia. Estando explícito a tentativa de erradicar grupos racializados, buscou-se fundamentações científicas para justificar o branqueamento das populações não brancas, mestiças, descendentes de africanos e indígenas (Schwarcz, 1993).

Na década de 1930, com o declínio das teorias do racismo científico, os estudos de Gilberto Freyre a partir de “*Casa Grande e Senzala*” (1933) permitiriam uma nova interpretação, derrocando no que hoje analisamos criticamente como o mito da “democracia

⁵⁰ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil- disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm

⁵¹ Consultar, SCHWARCZ, Lília. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

racial⁵²”, que ao desracializar a sociedade por meio da ideia da miscigenação ou a tal harmonia das raças, serviu para que historicamente as desigualdades raciais fossem ocultadas. Hoje somos um país racista que se nega em reconhecer sua escória, logo deixando-a sangrar. “Temos um racismo disfarçado ou, como eu classifico, o racismo por denegação” (Gonzalez, 1988, p. 72).

O mito da identidade nacional brasileira serviu como discurso para o apagamento da categoria raça, instituindo uma filosofia de democracia racial em que ser brasileiro se sobreporia a outras identidades. Porém, ao desconsiderar o fator racial como categoria política, permitiu-se que práticas discriminatórias contra pessoas negras ocorressem em áreas como educação, emprego, saúde e outros complexos desdobramentos pelas ausências de políticas públicas. Essa identidade nacional não surgiu por acidente nem significou que pessoas de ascendência africana acreditavam nela. Nesse sentido, as mulheres negras que desde o passado colonial constituem um segmento visível e expressivo da população brasileira, configuraram uma espécie de não lugar na sociedade, sentindo na pele as marcas dos processos de exclusão (Collins, 2020).

A breve contextualização a respeito da problemática constituição racial do Brasil nos permite fazer algumas reflexões sobre o intercruzamento das categorias de gênero/raça/classe e como a “articulação do racismo com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular” (Gonzalez, 1984, p.224). Numa sociedade marcada pelo passado colonial escravocrata, o imaginário social construído acerca da mulher negra, as coloca na condição rebaixada de seres objetificados. Ora objeto de desejo carnal, ora de mão de obra barata. Esse imbróglio se arrasta até os dias atuais.

Mesmo após o advento do movimento feminista brasileiro, o terreno de disputas políticas não levou em consideração os efeitos do racismo na vida das mulheres negras. Sobre essa questão, Sueli Carneiro contextualiza:

As mulheres negras assistiram, em diferentes momentos de sua militância, à temática específica da mulher negra ser secundarizada na suposta universalidade de gênero. Essa temática da mulher negra invariavelmente era retratada como subitem da questão geral da mulher, mesmo em um país em que as afrodescendentes compõem aproximadamente metade da população feminina. Ou seja, o movimento feminista brasileiro se recusava a reconhecer que há uma dimensão racial na temática e gênero que estabelece privilégios e desvantagens entre as mulheres. Isso se torna ainda mais dramático no mercado de trabalho, no qual mulheres negras são preteridas (no acesso, em promoção e na ocupação de bons cargos) (Carneiro, 2011, p. 121).

⁵² Existem estudos “revisionistas” que classificaram a tese de Gilberto Freyre de mito. Estudos de Florestan Fernandes, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa e Fernando Henrique Cardoso, ainda, na década de 1960.

As marcas de gênero, raça e classe social são verdadeiros entraves na trajetória de Carolina Maria de Jesus e em “Quarto de despejo” é possível identificar o inter cruzamento desses marcadores. O discurso presente no livro, a partir de uma potente escrita de si, nos fornece indícios para uma análise mais atenta sobre a realidade da época, mas também sobre a realidade que perpassa milhares de outras mulheres que assim como a autora, vivem condições precárias nos grandes centros urbanos. Não podemos considerar os problemas que atravessam a realidade de forma isolada.

A problemática da falta de moradia, de comida, dificuldades para conseguir um emprego formal não se dá apenas pela escassez das questões materiais e da insuficiente distribuição de renda no país. Carolina Maria de Jesus nasceu numa família pobre, fato. Mas também, numa família que sofreu a marca da escravidão. E, se ainda hoje a população oriunda de processos afro diaspóricos enfrenta dificuldades para se estruturar economicamente, a depender de políticas públicas com fins de reparação histórica, imaginemos a realidade de uma pessoa negra em meados do século XX. Além disso, sendo mulher e mãe, novas camadas de opressão se estabelecem.

É a partir dessa compreensão que optamos por analisar “Quarto de Despejo” com a lente da interseccionalidade. O conceito foi pensado por feministas negras cujas as experiências e pautas reivindicatórias eram inobservadas tanto pelo feminismo hegemônico que pensou inicialmente a categoria mulher de forma homogênea, quanto pelo movimento antirracista, com foco nos homens negros. O termo interseccionalidade foi utilizado pela primeira vez pela Jurista norte americana Kimberlé Crenshaw no final dos anos 1980 e se disseminou como conceito da teoria crítica da raça, compreendido como:

A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero raça e classe, modernos aparatos coloniais” (Akotirene, 2021, p. 19).

Considerado um conceito transdisciplinar, pois pode ser aplicado em diferentes áreas do conhecimento, em especial no campo das ciências humanas, permite-nos reflexões em torno da identidade dos sujeitos nos quais as categorias raça, classe e gênero se inter cruzam em suas vivências. Através desse prisma é possível estudar de maneira situada, as opressões na vida das mulheres negras, bem como as formas com que esse grupo de indivíduos resiste a esses sistemas de opressão. É “buscar alimento analítico para a fome histórica de justiça” (Akotirene, 2021, p.23).

Desse modo, o discurso de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo” pode ser interpretado como um ato de resistência, na medida em que a autora rompe com uma das várias marcas de opressão impostas às mulheres negras, o silêncio. Grada Kilomba traduz bem esse sentimento quando nos contempla com o seguinte aforismo:

Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, portanto, emerge como um ato político [...] enquanto escrevo, eu me torno a autora e a autoridade na minha própria história. Nesse sentido, eu me torno a oposição absoluta do que o projeto colonial predeterminou (Kilomba 2019, p. 28).

A fala em sua forma de registro escrito, foi um dos meios utilizados por Carolina Maria de Jesus para se afirmar enquanto sujeito no mundo. O ato de falar é como uma negociação entre quem fala e quem escuta. Ouvir é, nesse caso, o ato de autorização em direção ao falante. Assim, alguém pode falar somente quando sua voz é ouvida. “Nessa dialética, aquelas/es que são ouvidas/os são também aquelas/es que pertencem” (Kilomba, 2019. p.42). Além disso, “Quarto de Despejo” também rompe com o elitismo presente no universo letrado, quando disputa espaço entre os cânones da literatura brasileira e no mercado editorial.

Mas não podemos esquecer que apesar de romper silêncios e ocupar espaços em vistas a sua posição de sujeito no mundo, Carolina Maria de Jesus falava de um lugar, a favela. O espaço geográfico é um importante marcador da negligência social presente na narrativa da autora. As favelas no Brasil são grandes conglomerados de pobreza e se constituem num contexto de extrema vulnerabilidade da população negra no período pós abolição. O Estado brasileiro não garantiu a materialidade da vida dos ex escravizados. Sobre a condição do negro e a falta de recursos para atuar na sociedade:

[...] a escravidão não preparou o seu agente humano para tornar-se um trabalhador livre, nem mesmo como trabalhador não especializado ou semiespecializado. Por trás da estrutura social da ordem social escravocrata e senhorial, “o escravo” e “o negro” eram dois elementos paralelos. Eliminado o “escravo” pela mudança social, “o negro” se converteu num resíduo racial (Prado Jr., 1952, p. 341).

Escrevendo do quarto de despejo, o discurso de Carolina Maria de Jesus ilustra bem o argumento de Caio Prado, bem como o próprio subtítulo do livro já nos aponta o problema. Eis o “diário de uma favelada” “[...] Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar, hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue [sic] as favelas” (JESUS, 2014, p. 20).

Pelas lentes da interseccionalidade é possível perceber onde começa o racismo e termina a discriminação geográfica e como essa dinâmica reproduz ciclos históricos de violências para determinados grupos sociais. Passamos a ter uma melhor compreensão das divisões territoriais a partir de uma análise que leve em consideração as vias relacionais que envolvem grupos étnicos e fatores econômicos. Nesse caso, a realidade da comunidade de Canindé é resultante dessa dinâmica que perpassa de forma aguda a vida da autora. Assim, conclui: “A favela é o quarto de despejo e as autoridades ignoram o que tem no quarto de despejo” (Jesus, 2014, p. 107).

Em “Quarto de Despejo” também encontramos passagens que demonstram o nível de entendimento sobre consciência de classe e mesmo sem fazer menção aos grandes ideólogos das teorias socialistas⁵³, podemos concluir que Carolina Maria de Jesus refletia lucidamente sobre sua condição social e quais caminhos possibilitariam uma mudança desse cenário. No diário do dia 21 de maio de 1958, temos a seguinte consideração:

Quem deve dirigir é quem tem capacidade. Quem tem dó e amizade ao povo. Quem governa o nosso país é quem tem dinheiro, quem não sabe o que é fome, a dor, e a aflição do pobre. Se a maioria revoltar-se, o que pode fazer a minoria? Eu estou ao lado do pobre, que é o braço. Braço desnutrido. Precisamos livrar o país [sic] dos políticos açambarcadores (Jesus, 2014, p. 39).

Com seu repertório político, a escritora nos direciona a raiz do problema gerador da desigualdade social: “Quem não conhece a fome há de dizer: ‘Quem escreve isso é louco’. Mas quem passa fome há de dizer: — Muito bem, Carolina. Os gêneros alimentícios devem ser ao alcance de todos” (Jesus, 2014, p. 38). No trecho a autora sinaliza para o problema da distribuição de renda no país e as implicações diretas na realidade da população pobre.

O pano de fundo da obra localiza Carolina Maria de Jesus na posição precária de uma catadora de papel nas ruas de São Paulo. A raça é um fator que inter cruzado com a dimensão de classe e gênero torna o processo de opressão ainda mais acentuado. A objetificação e desqualificação dos corpos negros, em especial das mulheres, as coloca em postos de trabalho considerados como os mais vulneráveis do mercado, ou seja, os trabalhadores sem carteira assinada, os autônomos, e os empregos domésticos. As dificuldades impostas às mulheres negras, em modelos de exclusão e rejeição social as fazem configurar o “matriarcado da miséria” (Carneiro, 2011, p. 127). E nesse sentido, o ofício desempenhado por Carolina é ilustrativo para abordarmos esse problema.

⁵³ Referência a Karl Marx e Friedrich Engels e seus estudos sobre materialismo histórico dialético.

Assim, temos no discurso de Carolina Maria de Jesus a compreensão de que mesmo após o fim da escravidão, a situação de miséria é uma constante na sua vida. Isso aponta para a complexa e deficitária distribuição de renda no país, que continua a açoiar a população pobre e negra. A autora afirmou:

[...] É o dia da Abolição. Dia que comemoramos a libertação dos escravos [...] Choveu, esfriou. É o inverno que chega. E no inverno a gente come mais. A minha filha Vera começou pedir comida. E eu não tinha. Era a reprise do espetáculo. Eu estava com dois cruzeiros. Pretendia comprar um pouco de farinha para fazer um virado. Fui pedir um pouco de banha a dona Alice. Ela me deu a banha e arroz. Era 9 horas da noite quando comemos. E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravatura atual - a fome! (Jesus, 2014, p.30-32)

O preconceito racial, também, se expressa em relação a imagem da autora, pois sendo uma mulher fenotipicamente negra, o marcador de raça foi certamente um impeditivo para a sua ascensão na carreira de escritora:

Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: - É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado [sic] do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. E o cabelo de branco é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado. Se é que existe reencarnação [sic], eu quero voltar sempre preta (Jesus, 2014, p.64).

No relato a autora tem sua oferta rejeitada por causa da cor de sua pele. O que se estabelece é uma dinâmica bastante comum nas relações raciais no Brasil, onde ainda vigora a ideia da suposta incapacidade das pessoas negras na realização de trabalhos intelectuais. No caso, ser uma mulher de cor preta é um fator limitador, que além de restringir as possibilidades do indivíduo, ainda gera descrédito sobre seus feitos.

O interessante é que na contramão da atitude racista do seu interlocutor, Carolina Maria de Jesus busca afirmar-se em sua identidade negra ao validar seus aspectos físicos. O argumento da autora se mostra como uma forma de resistência, ao mesmo passo que nega as estruturas racistas quando afirma desejar voltar reencarnada com seus traços negros. Sobre os efeitos desse episódio na vida da autora, Neusa Santos destaca:

Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 1983, p. 18).

A resposta dada por Carolina Maria de Jesus, veio do compromisso e insistência tomados por ela mesma, no seu processo de “escrivência”, ao apresentar ao mundo a potência da sua narrativa. Daí a importância da divulgação de “Quarto de Despejo”, bem como de toda a sua obra para pensarmos formas de resistência aos sistemas de opressão que regulam a sociedade, pois o modo como a interseccionalidade se expressa na escrita da autora nos permite refletir sobre algumas maneiras de quebrarmos o silenciamento há tanto imposto às mulheres negras.

A condição da maternidade é outro ponto que merece uma atenção em nossos estudos. Analisemos o excerto a seguir: “Aproveitei minha calma interior para eu ler. Peguei uma revista e sentei no capim, recebendo os raios solar para aquecer-me. Li um conto. Quando iniciei outro surgiu os filhos pedindo pão” (Jesus 2014, p.12). Numa perspectiva interseccional, o fato de a autora se desprender das suas atividades intelectuais para prover a manutenção dos filhos é um exemplo de como a maternidade sem uma boa rede de apoio, limita as potencialidades de uma mulher. Se “Quarto de Despejo” fosse narrado por um homem, passagens como essas talvez, não fizessem parte do enredo de forma tão latente ou mesmo nem existissem. Isso aponta para o fato de que mulheres, sobretudo pretas e pardas, ainda hoje estejam em desvantagem no que tange à profissionalização e inserção no mercado de trabalho⁵⁴. O tempo delegado às atividades domiciliares, o que conhecemos por “atos de cuidado” e assumido quase que involuntariamente por mãos femininas, as desloca a uma posição de não lugar e as que ousam na lida com a sobrecarga, quando alcançam uma posição intelectual/profissional que seja, enfrentam um nível de desgaste injusto se compararmos com a realidade masculina.

É importante considerar que o dispêndio de horas dedicadas aos tais cuidados do lar, nada mais é do que um tempo de serviço não pago. E aquilo que chamam de amor, é trabalho não remunerado (Federici, 2019). Silvia Federici analisa a categoria “trabalho

⁵⁴ De acordo com dados do IBGE, entre as mulheres, segundo sua cor ou raça: 23,5% das mulheres brancas têm ensino superior completo, um percentual 2,3 vezes maior que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%) que concluíram esse nível de ensino; Sobre as atividades domiciliares, em 2019, a população com 14 anos ou mais de idade dedicava, em média, 16,8 horas semanais aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas, sendo 21,4 horas semanais para as mulheres e de 11,0 horas para os homens. De 2016 para 2019, essa diferença entre as médias masculina e feminina aumentou de 9,9 para 10,4 horas semanais; As taxas de realização de afazeres domésticos pelas mulheres brancas (91,5%), pretas (94,1%) ou pardas (92,3%) são sempre mais altas que a dos homens dos mesmos grupos de cor ou raça (80,4%, 80,9% e 76,5%, respectivamente). Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>. Acesso em 10 set. 2023.

doméstico” de um modo que nos leva a refletir sobre como o sistema capitalista mascara e se sustenta de um dos modos de trabalho mais invisíveis da história. Segundo a autora:

Não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas sim, da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora. É verdade que, sob o capitalismo, todo trabalhador é manipulado e explorado [...] A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não tem sido só imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta (Federici, 2019, p. 43)

Nessa perspectiva, o trabalho doméstico sendo um trabalho de reprodução da classe trabalhadora deve ser considerado tão ou mais importante que o trabalho desenvolvido nas linhas de produção e afins. São essas mulheres que produzem diariamente os meios possíveis para que os trabalhadores e até mesmo as futuras forças de trabalho que são seus filhos, maridos e parentes, estejam devidamente alimentados, com fardamentos limpos, lancheiras prontas e relaxados para seus postos de trabalho no dia seguinte. Inclui-se nesse pacote o suporte emocional e sexual. Como bem resume Angela Davis (2016, p. 235): “Os papéis das mulheres na procriação, criação da prole e manutenção da casa possibilitam que os membros da sua família trabalhem - trocando sua força de trabalho por salários.”

Ainda se tratando da esfera público/privada, em vários trechos do livro, o tema da violência doméstica vem à tona. Destaco esta passagem em que a autora demonstra ser algo rotineiro: “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando. E eu estou revoltada com o que as crianças presenciam. Ouvem palavras de baixo calão. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente” (Jesus, 2014, p. 14).

Eis um grave problema social que atinge mulheres de todas as classes econômicas. No entanto, a situação é ainda mais alarmante na vida daquelas de baixa renda, submetidas a situações degradantes que as impedem muitas vezes de abrir denúncias ou mesmo renunciar a condição matrimonial, já que dependem financeiramente do agressor. Sem uma rede de apoio para acolhê-las junto aos filhos, ficam reféns das tragédias de um relacionamento abusivo. Vejamos o que a autora ainda, nos apresenta sobre esse assunto:

[...] A minha porta atualmente é teatro. Todas crianças jogam pedra, mas os meus filhos são os bodes expiatórios. Elas alude que eu não sou casada. Mas eu sou mais feliz do que elas. Elas tem marido. Mas, são obrigadas a pedir esmolas. São sustentadas por ações de caridade. Os meus filhos não são sustentados com pão de igreja. E enfrento qualquer espécie de trabalho para mantê-los. E elas, tem que mendigar e ainda apanhar. Parece tambor. A noite enquanto elas pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tábuas do barracão eu e meus filhos dormimos sossegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam a vida de escravas indianas. Não casei e não estou descontente. Os que preferiu me eram soezes e as condições que eles me impunham eram horríveis”. (Jesus, 2014, p. 16-17).

Outro ponto que a autora nos deixa apreender numa leitura investigativa é a respeito da sua vida afetiva. Em várias passagens, Carolina menciona sobre os encontros e nomes de homens que a visitavam. Apesar de que nem sempre os nomes sejam citados, deixando um certo ar de mistério. É o que acontece com o pai de Vera Eunice. “O pai da Vera é rico, podia ajudar-me um pouco. Ele pede para não divulgar-lhe o nome no diário, não divulgo” (Jesus, 2014, p. 178). Em outra passagem a escritora escreve em tom de ameaça:

O pai de Vera sempre me pede para eu não por o nome dele no jornal. Que ele tem vários empregados e não quer ver o nome dele propalado. Mas ele não contribui para eu ocultar seu nome. Ele está bem de vida e dá só 250 cruzeiros para a Vera. Ele só aparece quando eu saio nos jornais. (Jesus, 2014, p. 188).

A essa altura do enredo em “Quarto de Despejo”, Carolina já havia conhecido Audálio Dantas e fazia algumas aparições no Jornal “O Cruzeiro”⁵⁵.

O fato é que a escritora não nos apresenta um comportamento celibatário, como também não oculta no texto seus encontros íntimos. É o que vemos no trecho: “Ablui as crianças, aleitei-as e ablui-me e aleitei-me. Esperei até 11 horas, um certo alguém. Ele não veio” (Jesus, 2014, p.11). Essa é uma questão que merece uma abordagem interseccional na medida em que notamos que por mais emancipatório seja o discurso da escritora sobre estar bem resolvida em relação a sua condição matrimonial, saímos do particular para o geral ao evidenciar que estudos mais recentes sobre gênero e os debates do feminismo negro que tratam sobre afetividade, nos trazem uma análise pertinente:

A mulher negra e mestiça estariam fora do “mercado afetivo” e naturalizada no “mercado do sexo”, da erotização, do trabalho doméstico, feminilizado e escravizado; em contraposição, as mulheres brancas seriam, nessas elaborações, pertencentes “à cultura do afetivo” do casamento, da união estável (Pacheco, 2013. p. 25).

⁵⁵ O CRUZEIRO (1959). Retrato da favela no diário de Carolina. Rio de Janeiro. 20 de Junho de 1959. Ano XXXI - Nº36.

Nesse sentido, há uma representação social baseada na raça e no gênero que reflete em como essas mulheres são escolhidas para laços afetivos. “Enquanto algumas correntes do feminismo criticavam o casamento formal, a constituição da família, as mulheres negras falavam de “solidão” e da ausência de parceiros fixos, denunciando, assim, o racismo e o sexismo” (Pacheco, 2013. p. 27). No próprio discurso de Carolina Maria de Jesus, de certo modo contraditório com o que foi apresentado numa de suas falas acima, temos a seguinte queixa:

Tenho que levar minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso de Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois domino-me, ela não tem culpa de estar no mundo.[...] Refleti: preciso ser tolerante com os meus filhos. Eles não tem ninguém no mundo a não ser eu. Como é pungente a condição de mulher sozinha sem um homem no lar. (Jesus, 2014, p. 22).

Outro assunto a ser ampliado pelas lentes da Sociologia, trata de uma questão bastante sensível. A autora sinaliza o interesse de internar seu filho João no juizado de menores quando surgiram rumores de que o garoto havia assediado sexualmente a filha de um dos vizinhos. Mas, a decisão muda após uma conversa com dois garotos que haviam fugido do lugar. O diálogo expõe as atrocidades cometidas aos internos. Muito do que hoje ainda ocorre no sistema penitenciário e que se estende aos centros socioeducativos. Vejamos o fragmento:

Os meus filhos ficaram horrorizados com a narração dos fugitivos. Penso: porque será que os meninos que fogem do juizado vem difamando a organização? Percebi que no juizado as crianças degrada a moral. Os juizes não tem capacidade para formar o caráter das crianças. O que é que lhes falta? interesse pelos infelizes ou verba do Estado? (Jesus, 2014, p. 88)

Essa é uma grave questão que a escritora evidencia em seu texto, denunciando a falta de comprometimento do Estado para com as crianças e adolescentes, bem como a população carcerária de um modo geral.

A presente discussão abre espaço para um debate delicado que assola milhares de mães, esposas e parentes que se fazem presentes junto ao sistema penitenciário brasileiro. Carolina Maria de Jesus em seu desabafo no ano de 1958, abre margem para refletirmos sobre um problema que em 2023 continua latente. As mulheres que acessam as casas de custódia, aquelas que resistem fora dos muros prisionais, oferecendo suporte e acolhimento aos seus companheiros, filhos e parentes privados de liberdade. São atribuídas a cuidar sob diversas

adversidades. Seja buscando assistência jurídica, seja denunciando os abusos que ocorrem dentro desses espaços ou mesmo na condição de sustentáculo afetivo. Mas e quem cuida dessas mulheres? Quem as apoia em meio a tantas violências explícitas e implícitas? São muitos os preconceitos e situações degradantes destinadas a estas⁵⁶. Será que Carolina Maria de Jesus ao absolver seu filho, não absolveu a si mesma?

A mesma justifica a pena dada ao filho no do ambiente domiciliar: “[...] O dia está triste igual a minha alma. Deixei o João fechado estudando. Disse-lhe que o homem que erra está vacinado na opinião pública” (Jesus, 2014, p. 89). O homem em questão tinha 11 anos de idade. A história continua e o garoto e a mãe são chamados para depor numa delegacia. Contrariada, expõe a condição desconcertante pela qual as crianças foram submetidas. No relato a seguir temos uma denúncia sobre a falta de tato no interrogatório:

A funcionária que interrogava parou de escrever e leu uns papeis . (...) Ela prosseguiu o seu interrogatório. Usava o calão com o menino. E as perguntas obscenas [sic], querendo que o menino descrevesse e relatasse os prazeres sexuais. Achei o interrogatório horroroso. A vera e o José ficaram perto para ouvir o que a mulher dizia. Quando a funcionária falava eu tinha a impressão que estava na favela (Jesus, p.123, 2014).

Na posição de mãe, mas também como uma boa analista do seu contexto, a escritora narra o despreparo dos funcionários do Gabinete de Investigação responsáveis pelo caso. Os agentes encarregados da inquirição negligenciaram a faixa etária dos envolvidos, gerando constrangimentos.

Abrimos um parêntese na discussão para falarmos da adultização de crianças negras. Se levarmos em consideração as relações raciais e de gênero os impactos são ainda mais preocupantes. Nesse aspecto, podemos afirmar que a adultização de jovens e crianças negras está diretamente relacionada ao racismo que alicerça as instituições e consequentemente as relações. Isto é, o racismo institucional tem conduzido à práticas profissionais racistas e relações sociais discriminatórias e preconceituosas.

Um estudo realizado pela Georgetown Law Center on Poverty and Inequality, publicou no relatório *Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls’ Childhood* um demonstrativo no qual os adultos consideram meninas negras menos inocentes e mais adultas

⁵⁶ BRASILIENSE, Correio. **Conheça a dura rotina de mulheres, mães e filhas que têm parentes presos**. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/eu-estudante/trabalho-e-formacao/2020/04/26/interna-trabalhoeformacao-2019,848505/sobrecarga-atinge-mulheres-durante-a-quarentena-deixando-as-por-um-fio.shtml>. Acesso em 11 ago 2023.

do que as meninas brancas. Concluiu-se que crianças e adolescentes negros estão mais expostos ao julgamento preconceituoso e todas as suas consequências (Epstein, et al. 2017).

Relacionando os resultados do referido estudo com o episódio descrito pela autora, percebe-se que as instituições tem reforçado os estereótipos racistas, sexistas, classistas em sua estrutura. Diante disso, os lugares onde deveriam ser oferecidas possibilidades de cuidado, atendimento sensível e humanizado está produzindo e reproduzindo violências contra seus usuários/as.

O racismo se define como um conjunto de decisões e políticas que consideram a raça com o propósito de subordinar um grupo racial e manter o controle sobre esse grupo, destaca-se que tal prática não se restringe a comportamentos individuais. E determinados atos evidentes de indivíduos, que causam morte, injúria ou a destruição violenta de propriedades são identificados com mais facilidade. Já o racismo institucional é menos evidente, podendo ocorrer de forma dissimulada e recebendo muito menos condenação pública que o primeiro caso, porém, não menos destrutivo.

Para melhor ilustrar como as faces do racismo se projetam na sociedade, utilizaremos o próprio enredo de “Quarto de Despejo”. Numa situação na qual uma casa onde reside uma família negra é queimada, temos um caso de racismo individual. O ato será facilmente condenado pelas pessoas e o caso receberá solidariedade. Mas é o racismo institucional que mantém a população negra presa nos subúrbios, sujeita a várias vulnerabilidades (Almeida, 2020).

Outra situação extraída em “Quarto de Despejo” mostra como as forças policiais são efetivas na reprodução do racismo.

Eu estava pagando o sapateiro e conversando com um preto que estava lendo o jornal. Ele estava revoltado com um guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime de chibata? (Jesus, p. 108, 2014).

Carolina Maria de Jesus problematiza uma importante questão no que se refere ao aparato colonial. E como afirma Jessé Souza (2017, p. 40),: “No Brasil, desde o ano zero, a instituição que englobava todas as outras era a escravidão [...] Nossa forma de família, de economia, de política e de justiça foi toda baseada na escravidão”.

Silvio Almeida (2020) argumenta que as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes. Nesse sentido, as instituições seriam racistas porque a sociedade é racista. O

autor explica que “Se há instituições cujos padrões de funcionamento redundam em regras que privilegiem determinados grupos raciais, é porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido” (Almeida, 2020, p. 47).

O racismo estrutural é pavimento onde outras avenidas identitárias se inter cruzam. E através da representação da realidade analisada no estudo da obra “Quarto de Despejo”, identificamos a interconexão das categorias analíticas: gênero, raça e classe como um condicionante para a desigualdade estrutural e, conseqüentemente, para a discriminação. As opressões, antes analisadas de forma individualizada, como gênero, raça, classe e etnia não podem ser mais avaliadas desta maneira.

É necessário dimensionar a interação/cominação dessas categorias como experiências moldadas sobre uma série de significados que foram produzidos ao longo de um período (Crenshaw 2002). Portanto, analisar “Quarto de Despejo” numa perspectiva interseccional, nos permite uma interpretação mais honesta sobre o contexto brasileiro entre os anos de 1955-1960. Pois o mesmo país que experimenta em seus “anos dourados” o progresso desenvolvimentista, é o mesmo país que vilipendia corpos em quartos de despejos.

4 ECOANDO VOZES SUBALTERNAS

“Mudou o mundo, mudou a história, mudaram os historiadores”.

(Pesavento, 2004, p. 16)

Neste capítulo coloco em perspectiva a abordagem da História Cultural e a ampliação do uso de fontes na produção historiográfica, bem como a articulação entre História e Literatura. Estudos sobre representação e sensibilidade histórica, contextualizam a discussão.

Em seguida apresento uma reflexão sobre relações coloniais, abordando o conceito de colonialidade a partir do debate trazido por Anibal Quijano sobre “Colonialidade do poder” e como tais práticas implicam na produção e validação/negação de determinados saberes e epistemologias. Também proponho uma problematização a respeito da produção do campo literário e historiográfico em seus espaços reivindicatórios.

Ao metaforizar o título deste capítulo, me utilizo da flexão do verbo ecoar de modo a compor sentidos na tessitura textual. Eco é um fenômeno sonoro que acontece quando existe uma diferença de tempo entre o som que se propaga direto da fonte para o ouvido e o som que recebemos depois que ele é refletido pelas superfícies, ou seja, é a repetição de um som devido à reflexão das ondas sonoras. Ecoar, nos traz o sentido de persistência, alcance. Podemos considerar o eco como uma permanência em movimento. Assim também é a História em seu persistente movimento em permanecer viva. Entre mudanças e permanências, ela se reinventa.

Sob a égide da História Cultural:

O olhar das margens indaga o centro. Tais margens não têm a pretensão de enxergar a totalidade, menos ainda de dar conta dela. Elas nos mostram universos outros que aquelas e aqueles que insistem em se manter no centro são incapazes de notar, conhecer e observar (Gomes, 2022).

Ao colocar o discurso de Carolina Maria de Jesus em consonância com as novas abordagens da História é possível justificar as camadas interpretativas extraídas de “Quarto de Despejo” (1960) e a complexidade do estudo em questão: Os “anos dourados” (1956-1961).

Ecoar a narrativa de uma mulher subalternizada, que produziu a partir de seu universo, importantes reflexões acerca do contexto político, social e cultural do seu país, dialoga com as novas possibilidades do fazer historiográfico.

Ecoar vozes subalternas é também sobre fazer-me ecoar. A produção do conhecimento, sobretudo aquele produzido em espaços institucionalizados é alvo de constantes disputas e nesse sentido concordo com o pensamento de Ana Maria Veiga (2023), pois se o “pessoal é político”, o intelectual também é. Todo objeto de pesquisa nasce de uma subjetividade. Sendo esta transversalizada por aspectos de ordem econômica, cultural, territorial, psíquica e mais uma série de elementos que nos fazem sujeitos em contínuo desenvolvimento e inseridos em um meio social bastante dinâmico. Portanto, dialogo com Paulo Freire (2005, p. 27): "Não existe imparcialidade, todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?". Espero que ao final deste capítulo algumas respostas sejam apresentadas.

4.1. Sensibilizando a História

A História Cultural é um campo de estudo que se concentra na análise e interpretação das práticas culturais, crenças, valores, símbolos, instituições e expressões artísticas. Nesse sentido, em vez de se concentrar apenas em eventos políticos, militares ou econômicos, a História Cultural busca entender como as pessoas em uma determinada sociedade dão sentido ao mundo ao seu redor e como expressam suas identidades e valores através da cultura. Mas, também é da sua competência examinar as interações entre cultura e outros aspectos da vida social, como política, economia, religião, gênero e identidade étnica. Desse modo, podemos investigar como as mudanças políticas ou econômicas afetaram as práticas culturais de uma sociedade, bem como como as representações culturais podem refletir e reforçar hierarquias sociais e sistemas de poder (Burke, 2005).

Cabe ao historiador que se alinha a essa abordagem, se debruçar numa gama de aspectos culturais, incluindo literatura, arte, música, religião, arquitetura, moda, culinária, esportes, entretenimento e práticas cotidianas; de modo a explorar como essas expressões culturais são criadas, difundidas, recebidas e reinterpretadas ao longo do tempo, tanto em uma sociedade específica quanto em um contexto global.

Cabe aqui abordarmos o conceito de Representação. Este que está no cerne da prática histórica, permeando as várias possibilidades do estudo do passado. Reconhecer que o passado é mediado por meio de diferentes formas de representação é fundamental para uma compreensão crítica e reflexiva da história.

Para a discussão, dialogo com Sandra Pesavento, importante intelectual brasileira que produziu relevantes estudos no âmbito da História Cultural. A historiadora destaca que:

Representar é, pois, fundamentalmente, estar no lugar de, é presentificação de um ausente; é um apresentar de novo, que dá a ver uma ausência. A ideia central é, pois, a da substituição, que recoloca uma ausência e torna sensível uma presença. A representação é conceito ambíguo, pois na relação que se estabelece entre ausência e presença, a correspondência não é da ordem do mimético ou da transparência. A representação não é uma cópia do real, sua imagem perfeita, espécie de reflexo, mas uma construção feita a partir dele (Pesavento, 2004, p.40).

A representação refere-se à maneira como o passado é retratado, interpretado, significado e comunicado nas variadas formas de expressões culturais. Essas representações não são meramente reflexos objetivos do passado, mas sim construções complexas que evidenciam as perspectivas, preocupações e intenções de quem produz e de quem vai receber em diferentes momentos históricos. Portanto:

A proposta da História Cultural seria, pois, decifrar a realidade do passado por meio das suas representações, tentando chegar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Torna-se claro que este é um processo complexo, pois o historiador vai tentar a leitura dos códigos de um outro tempo, que podem se mostrar, por vezes incompreensíveis para ele, dados os filtros que o passado interpõe. Este seria, contudo, o grande desafio para a história cultural, que implica em chegar até um reduto de sensibilidades e de investimento de construção do real que não são os seus do presente. A rigor, o historiador lida com uma temporalidade escoada, com o não visto, o não vivido, que só se torna possível acessar através de registros e sinais do passado que chegam até ele (Pesavento, 2004, p.42).

Esses códigos são, por sua vez, sinais que ocupam o lugar dos eventos ocorridos, substituindo-os. São, por assim dizer, representações desses eventos, e o historiador os enxerga como fontes ou documentos para sua pesquisa, pois os considera registros de significados relevantes para as questões que investiga. As fontes são vistas como representações do passado, um meio para o historiador acessar o passado. Mais do que uma mera questão de semântica, esse raciocínio não nos leva a ignorar a realidade sobre a qual essas representações foram construídas, mas sim a compreender que a realidade do passado só é acessada pelo historiador através dessas representações.

Ao trabalharmos na perspectiva da História Cultural, é preciso considerar a articulação dos vários campos de conhecimento das ciências humanas, que em linhas gerais, são frequentemente revistos e acabam por adotar posturas epistemológicas distintas. Essas mudanças passam, com frequência, pelos caminhos da representação e do simbólico, assim

como da preocupação com a escrita da história e sua recepção. Dito isto, cabe-nos também adentrar nas contribuições de Sandra Pesavento a respeito do imaginário.

Estudos sobre o imaginário têm proporcionado uma abertura para resgatar as maneiras de ver, sentir e expressar a realidade de épocas passadas. Para compreender o imaginário, recorre-se à ideia de representação. Neste sentido, diferentes posturas convergem, pois o imaginário consiste sempre em um sistema de representações sobre o mundo, que se posiciona em relação à realidade, sem se confundir com ela, mas tendo-a como referência (Pesavento, 2006).

Sobre o imaginário e seus desdobramentos na produção e compreensão histórica e o diálogo entre História e Literatura, não há dúvidas de que tanto a Literatura quanto a História permitem a exploração e uma dada compreensão do passado e podem complementar-se nas análises históricas. Ambas desempenham um papel na construção da identidade nacional, através da exploração de mitos, símbolos e narrativas compartilhadas, e têm uma influência significativa na cultura, inspirando-se e moldando-se ao longo do tempo. A interação entre as duas disciplinas enriquece a compreensão coletiva do passado e do presente.

E, assim como a História, a Literatura também possui seus campos de estudos, escolas, estatutos metodológicos, ou seja, um repertório próprio, estando sujeito a constantes análises e revisões no desenrolar do tempo. Uma história da literatura é, então, uma narrativa das várias formas de produção e apropriação dos textos. Deve-se ter em mente que o mundo textual é um universo de objetos e performances, com dispositivos e regras que influenciam e delimitam a produção de significado. Ao mesmo tempo, é essencial considerar que o "mundo do leitor" é sempre moldado pela comunidade de interpretação à qual ele pertence, definida por um conjunto compartilhado de competências, normas, práticas e interesses. Portanto, há uma necessidade de prestar atenção tanto à materialidade dos textos quanto à corporalidade dos leitores (Chartier, 2002).

“Em Quarto de Despejo”, identificamos tentativas de adaptações textuais, de modo que a escritora manifesta sua preocupação sobre a recepção: “Vocês já sabem que eu vou carregar água todos os dias. Agora eu vou modificar o início da narrativa diurna, isto é, o que ocorreu comigo durante o dia” (Jesus, 2014, p.125). Esse argumento mostra que Carolina Maria de Jesus, visava dar outro tom ao seu enredo e com isso trazer mais dinamicidade na introdução dos seus diários. A passagem mantida pelo editor da obra, nos comunica como a autora também agiu na edição de seus próprios textos.

Apesar da Literatura ocupar o campo das fontes sensíveis, possibilitando estudos categorizados como História das Sensibilidades, ela também é deveras concreta. Pois, na

“captura das imagens” do corpo social a Literatura nos revela “fotografias da realidade”. Mas, sabemos como uma fotografia é manipulada, na medida em que o fotógrafo escolhe o ângulo, a luz adequada, o que e quem será enquadrado na imagem e a ideia que deseja transmitir através da captura de um recorte temporal. Do processo fotográfico temos um produto, a materialização de um cenário. No caso de “Quarto de Despejo”, o “retrato” da favela de Canindé.

A ideia da literatura como produto do seu tempo e lugar, como documento histórico, tem sido um pressuposto que acabou por afastar os historiadores dos críticos literários. Não de todos os críticos literários, mas sobretudo daqueles que insistem em atribuir à literatura um lugar especial, reservando a ela o lugar mais elevado da imaginação, da criação, da fantasia e da liberdade. Desse modo, se entende que a literatura é um produto material, exatamente por isso, um produto do mundo, do contexto, dos conflitos que o formam e informam. Entretanto, é importante observar que aqueles que veem a literatura como pertencente a um mundo separado, reservado às esferas elevadas da imaginação, não estão completamente equivocados, o mundo capitalista tem sido estruturado dessa forma, com uma clara divisão entre atividades intelectuais e imaginativas, atribuídas com qualidade, valor e sofisticação, acessíveis apenas a alguns, e atividades manuais, consideradas meramente práticas e de reprodução da vida, disponíveis a todos como característica inata.

Essa separação, fundamental para a formação da sociedade capitalista moderna, influencia a divisão do trabalho e a alienação das pessoas e, também, contribui para a consolidação das hierarquias de raça e gênero, atribuindo superioridade aos que lidam com ideias “elevadas” em detrimento daqueles que lidam com atividades corporais ou mesmo quando desempenham trabalho intelectual de ordem mais técnica e sistemática (Duarte; Botelho, 2021). É importante refletir sobre essa dicotomia, pois as habilidades criativas e intelectuais não são descoladas uma da outra. Portanto, os historiadores Duarte e Botelho assumem uma postura de recusa quanto a separação corpo/espírito, pois:

[...] tomam a literatura como material e historicamente determinada. Mas isso não os faz ingênuos, ou simples "sociólogos da cultura" [...] sabemos que a literatura resulta do seu meio e do seu lugar, porém tem uma peculiaridade, em relação a outros documentos históricos, porque continua sendo lida, interpretada e produzindo efeitos sensíveis em tempos distintos daquele em que foi produzida (muito diferente de outros documentos históricos como uma matéria de jornal, uma ata de associação, um relato policial). Assim, a literatura tem a capacidade, porque lida com experiências humanas, de dizer sobre os homens e mulheres o que lhes é particularmente humano, o que os recoloca diante de experiências humanas de outros tempos, de soluções outras, de conflitos distintos (DUARTE; BOTELHO, 2021, P. 48)

É preciso, ainda, atentar ao fato de que quando se diz que um texto historiográfico ou literário reflete o contexto do autor ou resulta da época em que foi escrito, isso pode gerar um equívoco. Embora o contexto influencie a produção do texto, este não é um simples reflexo deste. Os autores interpretam, selecionam e moldam os eventos e ideias de acordo com uma variedade de considerações, incluindo suas próprias perspectivas, intenções artísticas, público-alvo e convenções literárias ou historiográficas. “O texto dialoga (e o leitor incorpora-se a esse diálogo e o desenvolve) com o passado e o representa conforme suas convenções, enquanto o real continua apenas um retrato na parede” (Pinto, 2020, p. 31).

Sobre a questão Pesavento argumenta:

Para enfrentar a aproximação entre estas formas de conhecimento ou discursos sobre o mundo, é preciso assumir, em uma primeira instância posturas epistemológicas que diluam fronteiras e que, em parte, relativizam a dualidade verdade/ficção ou a suposta oposição real/não real, ciência ou arte [...] Assim a literatura e a história são narrativas que tem o real como referente para confirmá-lo ou negá-lo [...] Como narrativas são representações que se referem à vida e que a explicam (Pesavento, 2006, p. 14)

Pesavento propõe que o estudo do imaginário oferece uma oportunidade de resgatar as maneiras pelas quais as pessoas experimentavam e expressavam a realidade em épocas passadas. Ou seja, diante dos novos desafios que as fontes e a própria História apresentam, é necessário explorar outros caminhos na pesquisa histórica para alcançar aspectos cada vez mais complexos da realidade passada. Na medida em que há aproximação, há também distinção. E a diferença reside na característica da verossimilhança, na relação com o real e na estrutura metodológica própria da História, que pretende chegar o mais próximo possível de uma verdade do passado sem com ela ter contato. A autora explica que:

Na reconfiguração de um tempo - nem passado nem presente, mas tempo histórico reconstruído pela narrativa [...] historiadores elaboram versões [...] atingem, pois, a verossimilhança, não a veracidade. Ora, o verossímil não é a verdade, mas algo que com ela se aparenta. O verossímil é o provável (Pesavento, 2006, p. 16).

Nesse sentido, “o historiador não cria personagens nem fatos. No máximo, ‘descobre-os’, fazendo-os sair da sua invisibilidade” (Pesavento, 2006, p.15). Compreende-se então que o historiador lida com ficção, mas a partir das evidências – das fontes. Seus eventos, personagens e datas não são inventados. Ao contrário, são derivados de uma realidade encontrada em fontes e organizada de forma narrativa. Ou seja, há uma presença de elementos ficcionais, mas sob critérios, ou seja, há uma “ficcionalidade controlada” (Pesavento, 2004, p.58).

O historiador se esforça para se aproximar da realidade, reunindo, combinando, cruzando dados e interpretando as evidências e provas que coleta em seu trabalho, na busca da verdade daquilo que foi um dia. Nesta medida, a narrativa histórica utiliza os recursos da imaginação, permitindo que o leitor visualize e compreenda uma realidade passada que só pode ser acessada por meio do esforço do pensamento, no exercício da criticidade na análise das fontes.

Diante o exposto, temos uma questão pertinente. Pois os historiadores, tal como os escritores de literatura, não estariam desse modo a produzir versões imaginárias do real? A narrativa histórica não seria uma espécie de ficção? Para responder tal problema partimos do entendimento de que a História é diferente, é a narrativa organizada dos fatos acontecidos. O historiador não cria o traço no seu sentido absoluto, ele descobre-o, converte-o em fonte e atribui-lhe significado. Há que considerar ainda que estas fontes não são o acontecido, mas rastros para chegar a este. A rigor, é o historiador que transforma estes traços em fontes, através das perguntas que ele faz ao passado. Como fonte, o traço revela, desvela sentidos. Nesta medida, um diálogo se estabelece no jogo transdisciplinar e intradiscursivo das formas de conhecimento sobre o mundo, onde a história pergunta e a literatura responde. Os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem sentidos e significados inscritos no tempo. No entanto, as narrativas históricas e literárias diferem em seus níveis de proximidade com a realidade. (Pesavento, 2006).

A interação entre os campos da História e da Literatura é, portanto, viável, desde que adotemos uma postura epistemológica que aborde tais narrativas de maneira comparativa, colocando-as em um mesmo nível, mas reconhecendo suas diferenças. Os historiadores lidam com marcas de historicidade, frequentam arquivos, coletam fontes e empregam métodos de análise e pesquisa, tudo com o objetivo de se aproximar do acontecimento real.

No entanto, é preciso observar que apesar da Literatura se apresentar como instrumento capaz de detectar e registrar representações de movimentos e mudanças sociais, a compreensão da História por meio desta requer uma apreciação mais profunda quanto a forma de como o texto é construído, das escolhas estéticas feitas pelo autor e do contexto cultural e cognitivo em que essas escolhas são feitas:

Ou seja, a literatura pode ser, sim, um sismógrafo acurado, inclusive para a história: graças à sua liberdade criativa e ao amplo aparato de recursos estéticos e de linguagem, ela pode perceber com agilidade o que outras narrativas demoram mais a notar. Resta, entretanto, que jamais nós, historiadores-leitores, ignoremos a dimensão estética da ficção; que jamais desconsideremos o trabalho em si da escrita:

se algo a ficção tem a nos dizer sobre o passado, isso deve ser buscado menos numa suposta revelação imediata do “contexto”, menos nas informações “históricas” que o texto literário nos oferece — e que, evidentemente, não são dignas de confiança plena — e mais em elementos discretos ou associados ao trabalho em si de construção de texto, ao contexto cognitivo (Pinto, 2020, p. 35).

A Literatura, portanto, é uma fonte privilegiada para o historiador, pois oferece acesso ao imaginário, permitindo-nos perceber as evidências que outras fontes não forneceriam. Apresenta de forma por vezes cifrada, as imagens sensíveis do mundo. Em alguns casos, a coerência de sentido encontrada nos textos literários é o suporte necessário para direcionar o olhar do historiador para outras fontes, permitindo-lhe identificar aspectos que ainda não haviam sido evidenciados. O universo da ficção literária oferece aos historiadores acesso às sensibilidades e às perspectivas sobre a realidade de tempos passados, fornecendo pistas e indícios daquilo que poderia ter sido ou acontecido. Sobre as sensibilidades é importante salientar: _

O conhecimento sensível opera como uma forma de apreensão do mundo que brota não do racional ou das elucubrações mentais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo. Às sensibilidades compete essa espécie de assalto ao mundo cognitivo, pois lidam com as sensações, com o emocional, com a subjetividade (Pesavento, 2004, p. 56).

Entretanto, “o historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva” (Pesavento, 2004, p. 58).

Dos usos que História faz da Literatura, Sandra Pesavento argumenta que:

A verdade da ficção literária não está, pois, em revelar a existência real de personagens e fatos narrados, mas em possibilitar a leitura das questões em jogo numa temporalidade dada. Ou seja, houve uma troca substantiva, pois para o historiador que se volta para a literatura o que conta na leitura do texto não é o seu valor de documento, testemunho de verdade ou autenticidade do fato, mas o seu valor de problema [...] Mais do que isso, o texto literário é expressão ou sintoma de formas de pensar e agir (Pesavento, 2006, p.22-23).

Existem outras considerações relevantes quando um historiador da cultura utiliza textos literários em sua análise. É necessário pensar na estética e no cânone literário associado a esse tipo de abordagem. O valor literário não é absoluto para o historiador, pois não são apenas os grandes autores e obras que devem ser considerados. Embora um grande escritor possua a habilidade única de estetizar, refletindo as sensibilidades de sua época em seu texto, ele é apenas um leitor privilegiado do contexto social. Por outro lado, a mediocridade literária também pode ser reveladora e transmitir, por vezes, mais sobre uma época do que a

genialidade. Se o objetivo é capturar as sensibilidades de uma cultura popular e entender exatamente o que causava emoção e era apreciado e consumido pelas camadas menos privilegiadas ou menos versadas, então a literatura de qualidade inferior, mas amplamente difundida e vendida em determinado período, é fundamental como um sintoma a ser considerado (Pesavento, 2004). Refletiremos mais adiante sobre a tal “literatura de qualidade inferior” em busca de desvelar algumas inquietações a respeito do cânone literário e historiográfico.

Diante o exposto, retomo “Quarto de Despejo” (1960) ao afirmar que o olhar de Carolina Maria de Jesus sobre aspectos sociais, políticos e econômicos no contexto dos “anos dourados” permitiu-lhe elaborar suas próprias representações. E, nesse sentido a obra se apresenta como um sintoma de uma época. É como a autora expressou sua condição de subalternidade. Seu enredo nos levou a elaborar perguntas sobre as construções discursivas e as representações de um dado momento histórico. Através do cruzamento e combinação de fontes, foi possível identificar contradições que permeavam tanto a realidade material de milhares de brasileiros, quanto da realidade subjetiva da própria escritora.

Juntas, cada uma em seus respectivos quartos, num espaçamento temporal, trabalhamos de modo a acrescentar algumas camadas de imaginação para composição de nossas narrativas. Enquanto Carolina Maria de Jesus produziu sua realista ficção literária, com vistas a denunciar a condição da qual estava inserida, sigo numa jornada tentando apanhar seus rastros para assim produzir minha ficção controlada.

4.2 Produção histórica: Quais narrativas?

É fato que a historiografia deu um salto qualitativo quanto a variedade canônica que hoje se apresenta como possibilidades para reconstruções históricas. Porém, não ousou afirmar que as vozes historicamente silenciadas estejam a produzir seus ecos. Mas talvez tudo comece por pequenos sussurros.

Sentimos falta dos negros, quilombolas, indígenas, mulheres periféricas e outros sujeitos das margens ocupando os cânones para além dos quartos de despejos das notas de rodapé e dos capítulos dos livros didáticos nas escolas, para além das disciplinas optativas e laboratórios de estudos oferecidos timidamente nos cursos de pós graduação e que muitas vezes só acontecem pelo esforço de docentes que levam sua prática como um espaço de disputa intelectual/política. Entretanto, é preciso permitir que tais vozes ecoem - produzam e reproduzam-se para além dos nichos que lhes são disponibilizados.

Nossos estudos precisam refletir sobre questões que nos são apresentadas de forma aparentemente simples como quando Carolina Maria de Jesus, proferiu o seguinte pensamento em seu diário:

Hoje é dia da páscoa de Moisés. O Deus dos judeus. Que libertou os judeus até hoje. O preto é perseguido porque a sua pele é da cor da noite. E o judeu porque é inteligente. Moisés quando viu os judeus descalços e rotos, orava pedindo a Deus para dar-lhe conforto e riquezas. É por isso que os judeus quase todos são ricos. Já nós pretos não tivemos um profeta para orar por nós (Jesus, 2014, p. 121).

O que encontramos nesse argumento é algo preocupante no que toca a identidade cultural, auto estima intelectual e pertencimento racial. A fala da autora indica a realidade de um povo sem memória, sem história. Justo porque foi exterminada pelo colonialismo. O epistemicídio⁵⁷ que relegou a população dos territórios colonizados ao apagamento dos seus modos de ser e existir é uma chaga que continua a sangrar séculos após a descolonização. Os historiadores de hoje não podem perder tais dinâmicas históricas de vista, pois se nos alimentamos de “memórias” e “histórias” sejam estas individuais e/ou coletivas, precisamos reavaliar nossa conduta quanto aos nossos epistemicídios.

Refletiremos a partir daqui sobre os desafios e alcances que a História vem experimentando. Diante das novas produções historiográficas que utilizam abordagens analíticas que escapam do referencial canônico do norte global, surgem algumas questões:

Antes de pensar a história da historiografia como uma série de “escolas” ou “revoluções”, cristalizando determinados momentos em detrimento de outros [...] deveríamos, como questão pedagógica fundamental, questionar os meios pelos quais tais cânones foram constituídos, seus efeitos políticos e as concepções de história que ensinam. Em outras palavras, o que está dentro e o que está fora do cânone? Quais são os autores e autoras privilegiadas e quais posições teóricas são normatizadas como “histórias de verdade?” Quais as críticas possibilitam e quais impedem? Quais exclusões são explícitas e quais são implícitas? Quais tradições reafirmam e quais ocultam? Quais lugares são naturalizados? E por fim, quais práticas daí derivam (Avila, 2019, p. 28).

⁵⁷ O termo epistemicídio foi cunhado pelo sociólogo português Boaventura de Souza Santos, que reflete sobre como a produção do conhecimento científico foi construída de acordo com um único modelo epistemológico. No Brasil, os estudos sobre a questão começaram a ganhar corpo com a filósofa Sueli Carneiro, que se apropriou do termo para compreender o racismo estrutural no país. Em sua tese de doutorado **“A construção do Outro como Não-ser como fundamento do Ser”** (2005). Carneiro levanta a questão do biopoder, conceito criado pelo filósofo francês Michel Foucault, para refletir sobre a perseguição aos corpos negros e a eliminação dos segmentos indesejáveis da sociedade. Na visão da autora, desta forma, o Estado precisa do racismo para legitimar a morte, física e intelectual, desses indivíduos, aliado a outros elementos que atuam para restringir a ocupação do espaço público, como o banimento social e a exclusão educacional.

Não há respostas prontas, mas novas questões tensionam o caminhar desta pesquisa, pois: “Não seria o momento de indagar, ou ao menos olhar com mais atenção, para o desejo de pertencimento intelectual a uma “modernidade”, aquela mesma que nos aprisiona e racializa?” (Veiga, 2023, p.21). A afirmação de Ana Maria Veiga é bastante profícua para repensarmos nossas posturas intelectuais. Tentaremos responder apontando alguns caminhos de modo a *sulear*⁵⁸ nossas práticas.

A História Cultural busca articular conceitos e métodos específicos da disciplina em si, bem como se vale de empréstimos dos conceitos de outras áreas. No entanto Prost (2008) nos orienta que todo conceito precisa ser historicizado. Ao falar de historicidade é preciso falar de movimento, já que os conceitos não estão congelados e são passíveis de deduções. É preciso cautela para não os utilizar de forma ingênua ou acrítica, tendo em vista que conceitos são instrumentos que manipulamos para pensarmos nossos objetos. Desse modo, me utilizo da liberdade interdisciplinar permitida ao conhecimento histórico através da perspectiva culturalista para tratar do conceito de “Colonialidade do poder” proposto pelo sociólogo Aníbal Quijano, conhecido por suas contribuições para a teoria pós-colonial⁵⁹ e decolonial⁶⁰. Sua obra explora as dinâmicas de poder que persistem após a era colonial e como elas moldam as estruturas sociais, políticas e econômicas contemporâneas, especialmente na América Latina.

Quijano introduziu a ideia de "colonialidade do poder" para descrever como as relações de poder estabelecidas durante a era colonial continuam a operar de maneiras complexas mesmo após a independência política formal dos países colonizados. Com isso, argumenta que a colonialidade não se refere apenas a um período histórico específico, mas a

⁵⁸ A palavra "sulear" foi introduzida pelo físico brasileiro, Márcio D'Olne Campos em diálogo com Paulo Freire, como uma resposta crítica ao termo "nortear". Enquanto "nortear" implica seguir a orientação ou o caminho do Norte, sugerindo uma hierarquia onde o Norte é associado com o Primeiro Mundo e o Sul com o Terceiro Mundo, "sulear" sugere uma mudança de perspectiva e ação. Ao utilizar o termo "sulear", Freire e Campos propõem uma inversão de valores e uma reorientação crítica. Eles argumentam que o Sul não deve mais seguir passivamente a direção do Norte, absorvendo conhecimento sem considerar o contexto local ou as especificidades do hemisfério Sul. Em vez disso, "sulear" implica em assumir um novo rumo, uma nova direção, dentro do contexto latino-americano e Terceiro Mundista, valorizando suas próprias perspectivas. Consultar: Revista Interdisciplinar Sulear. UEMG - Ano 2, n.2 Horizonte, MG: EdUEMG, 2019. Disponível no site: <https://sulear.com.br/beta3/wp-content/uploads/2020/01/Dossie-Sulear-SURear.pdf> . Acesso em: 20 de mar. 2024.

⁵⁹ Refere-se a um campo de estudos que examina as consequências do colonialismo e do imperialismo nas sociedades colonizadas após a independência política formal. Esse campo analisa uma ampla gama de questões, incluindo identidade cultural, poder político, economia, linguagem e representação cultural. A exemplo temos teóricos como: Gayatri Chakravorty Spivak, Frantz Fanon, Edward Said, entre outros.

⁶⁰ Enquanto o pós-colonialismo se concentra principalmente nas consequências do colonialismo, o pensamento decolonial vai além, buscando transformar fundamentalmente as relações de poder e conhecimento que foram moldadas pelo colonialismo.

um sistema de dominação e exploração que persiste através de diversas formas de opressão, incluindo racial, econômica, cultural e epistêmica (Quijano, 1992).

Na tentativa de elaborar uma melhor compreensão sobre o uso dos termos colonialismo e descolonização, é útil distinguir colonialismo, colonialismo moderno e colonialidade. O colonialismo refere-se à formação histórica dos territórios coloniais; o colonialismo moderno, por sua vez, representa os métodos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram vastas porções do mundo desde a chamada "era das descobertas"; e a colonialidade pode ser entendida como uma lógica global que persiste mesmo após o fim das colônias formais. Eventos cruciais, como a chegada do Novo Mundo e o subsequente estabelecimento de formas de escravidão, servem como pilares fundamentais para a perpetuação da colonialidade.

Uma abordagem alternativa para se referir à colonialidade é utilizar os termos modernidade/colonialidade como uma forma mais completa de se dirigir também à modernidade ocidental. Portanto, enquanto a descolonização se refere aos momentos históricos em que os povos colonizados se levantaram contra os antigos impérios e buscaram a independência, a decolonialidade engloba a luta contínua contra a lógica subjacente da colonialidade e suas consequências materiais, epistêmicas e simbólicas. Em algumas ocasiões, o termo "descolonização" é empregado de forma intercambiável com "decolonialidade". Nessas circunstâncias, a descolonização não é vista como um evento ou objetivo conclusivo, mas sim como um projeto em constante evolução. Da mesma forma, o termo "colonialismo" é ocasionalmente utilizado no contexto da "colonialidade", destacando a persistência das estruturas coloniais além do período formal do colonialismo (Maldonado-Torres, 2020).

Para situar a discussão, começemos resgatando o contexto da acumulação primitiva de capital, com a expansão econômica mercantilista e a “descoberta” do “Novo Mundo” que estabeleceram as bases materiais nas quais a cultura renascentista passaria a refletir sobre a unidade e a multiplicidade da existência humana. Dessa conjuntura, temos os pilares da modernidade⁶¹. Antes desse período, a identidade humana estava principalmente

⁶¹ Os defensores da patente européia da modernidade costumam apelar para história cultural do antigo mundo heleno-românico e ao mundo do Mediterrâneo antes da América, para legitimar sua defesa da exclusividade dessa patente. O que é curioso desse argumento é que escamoteia, primeiro, o fato de que a parte realmente avançada desse mundo do Mediterrâneo, antes das América, área por área dessa modernidade, era islâmico-judaica. Segundo, que foi dentro desse mundo que se manteve a herança cultural greco-romana, as cidades, o comércio, a agricultura comercial, a mineração, os têxteis, a filosofia, a história, quando a futura Europa Ocidental estava dominada pelo feudalismo e seu obscurantismo cultural. Terceiro que, muito provavelmente, a mercantilização da força de trabalho, a relação capital-salário, emergiu, precisamente, nessa área e foi em seu desenvolvimento que se expandiu posteriormente em direção ao norte da futura Europa. Quarto, que somente a partir da derrota do Islão e do posterior deslocamento da hegemonia sobre o mercado mundial para o centro-norte da futura Europa, graças à América, começa também a deslocar-se ao centro da atividade cultural a essa

ligada ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa. No entanto, com o surgimento do contexto de expansão comercial burguesa e do florescimento da cultura renascentista, as portas se abriram para a formulação do moderno ideário filosófico que, posteriormente, moldaria o europeu como o padrão do homem universal. Isso resultou na concepção de todas as outras culturas e povos que não se alinhavam com os sistemas culturais europeus como sendo variações menos desenvolvidas (Almeida, 2020).

Ao articular História e Filosofia é possível traçar um caminho de como se deu a construção do imaginário da modernidade ocidental, bem como suas implicações na construção da ideia de raça:

Falar de como a ideia de raça ganha relevância social demanda a compreensão de como o homem foi construído pela filosofia moderna. A noção de homem, que para nós soa quase intuitiva, não é tão óbvia quanto parece: é, na verdade, um dos produtos mais bem-acabados da história moderna e exigiu uma sofisticada e complexa construção filosófica (Almeida, 2020, p.25).

A concepção de diferenciação entre o "corpo" e o "não-corpo" na experiência humana é praticamente universal ao longo da história da humanidade, encontrando-se presente em todas as culturas e civilizações conhecidas. Contudo, é também característica comum a todas elas, até o surgimento do eurocentrismo, a ideia de que os dois elementos coexistem permanentemente como duas dimensões indivisíveis do ser humano, permeando todos os aspectos, instâncias e comportamentos da vida. O eurocentrismo, por sua vez, introduziu novas perspectivas e hierarquias que tentaram separar e privilegiar uma dessas

nova região. Por isso, a nova perspectiva geográfica da história e da cultura, que ali é elaborada e que se impõe como mundialmente hegemônica, implica, obviamente, uma nova geografia do poder. Se o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às ideias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em todas as culturas e em todas as épocas históricas. Com todas as suas respectivas particularidades e diferenças, todas as chamadas altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuyo) anteriores ao atual sistema mundo, mostram inequivocamente os sinais dessa modernidade, incluído o racional científico, a secularização do pensamento, etc. Na verdade, a estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não-europeias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição à racionalidade e à ciência como características da Europa, pois além dos possíveis ou melhor conjecturados conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e as guerras, mostram o desenvolvimento científico e tecnológico em cada uma de tais altas culturas, desde muito antes da formação da Europa como nova entidade. O mais que realmente se pode dizer é que, no atual período, foi-se mais longe no desenvolvimento científico-tecnológico e se realizaram maiores descobrimentos e realizações, com o papel hegemônico da Europa e, em geral, do Ocidente" (QUIJANO, 2005, p. 122 -123).

dimensões em detrimento da outra, influenciando profundamente a forma como a sociedade ocidental passou a compreender o ser humano e o mundo ao seu redor (Quijano, 2005).

Aníbal Quijano em seu artigo “Colonialidad y Modernidad/Racionalidad” (1992), considerou que essa tese trata o "sujeito" como uma categoria que se refere ao indivíduo isolado, já que ele se constitui em si mesmo e diante de si mesmo, por meio de seu discurso e de sua capacidade reflexiva. O famoso "*cogito, ergo sum*" cartesiano expressa precisamente essa ideia. Em segundo lugar, o "objeto" é considerado uma categoria que se refere a uma entidade não apenas distinta do "sujeito" indivíduo, mas também externa a ele por sua própria natureza. Terceiro, o "objeto" é reconhecido como sendo idêntico a si mesmo, uma vez que é composto por "propriedades" que conferem a ele essa identidade, o "definem", ou seja, o delimitam e, ao mesmo tempo, o posicionam em relação a outros "objetos".

O autor explica que subjetividade individual diferenciada é uma realidade, porém não existe apenas em relação a si mesma. Ela existe como uma parte distinta, porém não separada, de uma intersubjetividade. Todo discurso, toda reflexão individual remete a uma estrutura de intersubjetividade. Está inserida nela e em relação a ela. Sob essa perspectiva, o conhecimento é uma relação intersubjetiva a respeito de algo e não uma relação entre uma subjetividade isolada, constituída em si mesma e em relação a esse algo (Quijano, 1992). Quijano também argumenta:

A radical ausência do “outro” não somente postula uma imagem atomística da existência social em geral. Isto é, nega a ideia de totalidade social. Como o mostraria a prática colonial europeia, o paradigma faz possível também omitir toda referência a todo outro “sujeito” fora do contexto europeu, isto é, fazer invisível a ordem colonial como totalidade, no momento mesmo em que a própria ideia de Europa está se constituindo precisamente em relação com o resto do mundo em colonização. A emergência da ideia de “Ocidente” ou de “Europa” é uma admissão de identidade, isto é, de relações com outras experiências culturais, de diferenças com as outras culturas. Mas para essa percepção “europeia” ou “ocidental” em plena formação, essas diferenças foram admitidas, antes de tudo, como desigualdades no sentido hierárquico. E tais desigualdades são percebidas como de natureza: só a cultura europeia é racional, pode conter “sujeitos”. As demais não são racionais. Não podem ser nem almejar “sujeitos”. Em consequência, as outras culturas são diferentes no sentido de serem desiguais, de fato inferiores por natureza. Só podem ser “objeto” de conhecimento ou de práticas de dominação. Nessa perspectiva, a relação entre a cultura europeia e as outras culturas se estabeleceu e, desde então, se mantém como uma relação entre “sujeito” e “objeto” (Quijano, 1992, p. 6).

A relação sujeito-objeto refere-se à dinâmica de poder que permeia as interações entre diferentes grupos sociais, especialmente aqueles que são moldados pelo legado colonial. O "sujeito" geralmente está associado à entidade que possui agência, poder e capacidade de ação. Por outro lado, o "objeto" refere-se à entidade que é subjugada, dominada ou

subordinada na relação de poder. Na perspectiva da colonialidade do poder, os objetos são frequentemente os povos colonizados, cujas identidades, culturas, terras e recursos foram/são subjugados e explorados pelos colonizadores” [...] na racionalidade eurocêntrica o ‘corpo’ foi fixado como ‘objeto’ de conhecimento, fora do entorno do “sujeito/razão” (Quijano, 2005, p.129).

Desse cenário, nasce a ideia de raça no sentido moderno e a dominação a nível intercontinental de populações inteiras dentro e fora de seus territórios de origem. A instituição de relações sociais baseadas nessa concepção gerou na América identidades sociais historicamente novas, como índios, negros e mestiços, e também redefiniu outras identidades. Assim, termos como espanhol e português, e mais tarde europeu, que antes indicavam apenas a origem geográfica ou nacionalidade, passaram a carregar, em relação às novas identidades, uma carga racial adicional. Dado que essas relações sociais em formação eram predominantemente de dominação, tais identidades foram associadas às respectivas hierarquias, posições e funções sociais correspondentes, tornando-se parte integrante delas e, conseqüentemente, do sistema de dominação vigente. Portanto, raça e identidade racial foram estabelecidas como ferramentas essenciais de classificação social da população (Quijano, 2005).

Consideramos desse modo como o colonialismo não apenas estabeleceu relações de dominação entre os colonizadores e os colonizados, mas também propagou uma percepção na qual os colonizadores se viam como sujeitos superiores, enquanto os colonizados foram levados a serem interpretarem como seres passivos e desprovidos de agencia.

Aníbal Quijano critica o cartesianismo por sua contribuição para a formação de uma visão de mundo eurocêntrica e hierárquica, que perpetua a colonialidade do poder. E argumenta que a filosofia cartesiana, que enfatiza a separação entre sujeito e objeto, mente e corpo, e a primazia da razão sobre a experiência sensorial, foi fundamental para legitimar a dominação colonial, contribuindo para a imposição de uma epistemologia eurocêntrica, na qual apenas certas formas de conhecimento são consideradas legítimas, enquanto outras são invisibilizadas ou ignoradas. Isso resultou na supressão dos saberes e práticas indígenas, africanas e de outras culturas não europeias, perpetuando assim um modo de dominação que foi se especializando nos séculos seguintes.

Tal discurso influenciou uma concepção de tempo histórico linear, considerando moderno tudo aquilo que evolui e civiliza-se. Justificou-se assim, a ideia de que determinados grupos étnicos fossem considerados mais próximos da "natureza" do que os ocidentais. “Notavelmente, não numa mesma linha de continuidade com os europeus, mas em outra

categoria naturalmente diferente. Os povos colonizados eram raças inferiores e - portanto - anteriores aos europeus” (Quijano, 2005, p. 121). Vejamos:

Durante o século XVIII, esse novo dualismo radical foi amalgamado com as ideias mitificadas de “progresso” e de um estado de natureza na trajetória humana, os mitos fundacionais da versão eurocentrista da modernidade. Isto deu vazão à peculiar perspectiva histórica dualista/evolucionista. Assim todos os não-europeus puderam ser considerados, de um lado, como pré-europeus e ao mesmo tempo dispostos em certa sequência histórica e contínua do primitivo ao civilizado, do irracional ao racional, do tradicional ao moderno, do mágico-mítico ao científico. Em outras palavras, do não europeu/pré-europeu a algo que com o tempo se europeizará ou “modernizará” (Quijano, 2005, p.129).

O movimento iluminista impulsionou um renovado interesse na construção do conhecimento filosófico, que tinha o ser humano como seu principal foco. O conceito de homem no Iluminismo não se limitava ao sujeito cognoscente do século XVII, como expresso na famosa frase cartesiana "penso, logo existo". No Iluminismo, o homem era visto não apenas como sujeito capaz de conhecer, mas também como objeto de conhecimento. Uma inovação do Iluminismo foi o desenvolvimento de um conhecimento baseado na observação do homem em suas diversas dimensões, como ser vivo (Biologia), que trabalha (Economia), que pensa (Psicologia) e que fala (Linguística). Isso permitiu a criação de ferramentas que possibilitaram a comparação e, mais tarde, a classificação de diferentes grupos humanos com base em características físicas e culturais. Surgiu então a distinção “filosófico-antropológica entre civilizado e selvagem, que no século seguinte daria lugar para o dístico civilizado e primitivo" (Almeida, 2020, p.26).

Tal visão é compreendida como expressão do intenso etnocentrismo da Europa recém-constituída, que ocupava uma posição central e dominante no contexto do capitalismo mundial colonial/moderno. Esse cenário foi marcado pela vigência das ideias mitificadas de humanidade e progresso, que eram inseparáveis produtos da Ilustração, além da prevalência da noção de raça como critério básico de classificação social universal da população do mundo.

A dinâmica sujeito-objeto continua a influenciar as relações sociais, políticas, econômicas e culturais nas sociedades pós-coloniais, moldando as hierarquias, as identidades coletivas e as lutas emancipatórias. Nesse sentido, “somos conduzidos pelo caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e o modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo” (Quijano, 2005, p.126). A compreensão dessa relação é fundamental para desafiar e dismantelar as estruturas de poder e construir sociedades mais condizentes com suas realidades.

De modo a refletir organicamente sobre a dicotomia moderna corpo-mente / sujeito-objeto, Maldonado-Torres (2020), nos leva a pensar sobre a adoção de uma postura epistemológica decolonial. Na qual viver de uma maneira que afirme a abertura do corpo faz parte da atitude decolonial que não apenas permite o questionamento crítico, mas também possibilita a emergência de visões do eu, dos outros e do mundo que desafiam os conceitos de modernidade/colonialidade. O corpo aberto é tanto um agente questionador quanto criativo. A decolonialidade exige não apenas o surgimento de uma mente crítica, mas também a revitalização dos sentidos, com o objetivo de afirmar conexões em um mundo marcado pela separação. A criação artística/intelectual decolonial busca manter o corpo e a mente receptivos, bem como os sentidos aguçados, para responder de forma crítica àquilo que busca promover uma separação ontológica. A performance ética e estética decolonial é, dentre outras coisas, um ritual que visa manter o corpo aberto, como uma fonte constante de questionamentos. Ao mesmo tempo, esse corpo aberto está pronto para agir.

Seguindo a mesma perspectiva teórica, em seu recente artigo intitulado “Quando Clio é preta, pobre, periférica: relocalizando a teoria da história”, Ana Maria Veiga nos traz algumas provocações acerca da produção e dos usos da História, nos propondo a seguinte reflexão:

Para que serve as teorias, se elas não tiverem uma utilidade prática no chão da história? Ao menos devem dar conta de lidar com demandas que permanecem ou que emergem nos dias atuais. Proponho então um repensar de “teorias outras”, as próprias teorias colocadas em situação de margem, seguir à busca de meios próprios de descolonizar a teoria. Entendendo que descolonizar não significa apagar os rastros coloniais e patriarcais de tudo o que conhecemos, pois isso seria inviável, mas ter consciência deles e colocá-los sob tensão (Veiga, 2023, p. 24).

Colocar sob tensão é sobretudo agir:

Uma atitude descolonizadora exige uma tomada de consciência em vários níveis. Em primeiro lugar, uma compreensão de quem somos nós em termos da nossa história acadêmica específica, com nossas dificuldades de construção de uma universidade⁶² enraizada na nossa sociedade. Logo, quem somos nós em termos da

⁶² Enquanto o mundo hispânico já contava com universidades desde o século XVI, como em Lima, Quito, Cidade do México, Córdoba e Bogotá, as colônias hispânicas também possuíam imprensa, possibilitando a publicação de livros em grande parte dos países da América Latina desde o século XVII. Em contrapartida, no Brasil, a primeira imprensa, controlada pelo rei, só foi instalada em 1808, resultando na mais curta tradição escrita de todas as Américas. As poucas escolas superiores brasileiras surgiram apenas no século XIX, e as universidades começaram a ser efetivamente estabelecidas na segunda década do século XX, com a inauguração, em 1920, da Universidade do Rio de Janeiro, seguida pela abertura da Universidade de São Paulo como a primeira instituição integrada de ensino superior em 1934. Dessa maneira, nós seguimos no Brasil um formato tardio e diminuído, que consistiu em uma cópia do formato das universidades europeias, porém na sua versão mais simplificada. Nós não temos exemplos históricos de um conjunto de saberes universitários que seja equivalente ao momento colonial pós-renascentista, barroco ou pré- iluminista das universidades europeias.

nossa história comum e das nossas diferenças com as tradições acadêmicas dos demais países da América Latina e do Caribe, principalmente no que se refere à presença (ou ausência) dos horizontes de conhecimento dos povos indígenas e afro-ibero-americanos. Em seguida, quem somos nós em relação à academia dos países ocidentais: nossa identificação com ela e o tipo de intercâmbio e de influência que ela exerce sobre a nossa própria academia. Mais um passo adiante, quem somos nós em comparação com as tradições acadêmicas da África, continente que nos formou em grande medida e com cuja academia nós exercemos pouquíssimo diálogo; e também como nos situamos frente à Ásia, ao Oriente Médio e às demais regiões do mundo. E por último, para regressar à questão primordial: o que é a nossa academia em termos dos mais de trezentos povos e nações indígenas do Brasil, das inúmeras tradições afro brasileiras, das culturas populares, dos quilombolas e dos demais povos tradicionais. A tomada de consciência diante dessas questões nos permitirá avaliar a intensidade da nossa colonização e subordinação ao mundo acadêmico ocidental e formular caminhos concretos, objetivos e subjetivos, para sua superação (Carvalho, 2020 p.89-90).

A Categoria de “Amefricanidade” apresentada por Lélia Gonzalez, em seu texto publicado inicialmente em 1988, nos oferece uma contribuição significativa para o entendimento da complexidade da experiência afrodescendente nas Américas, destacando a importância de reconhecer e valorizar o legado dos povos africanos na diáspora, bem como as relações estabelecidas deste processo histórico. De acordo com a antropóloga:

Seu valor metodológico, está no fato de permitir a possibilidade de resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo. Portanto, a América, enquanto sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos. Por conseguinte, o termo amefricanas/amefricanos designa toda uma descendência: não só a dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à América muito antes de Colombo. Ontem como hoje, amefricanos oriundos dos mais diferentes países têm desempenhado um papel crucial na elaboração dessa Amefricanidade que identifica, na Diáspora, uma experiência histórica comum que exige ser devidamente conhecida e cuidadosamente pesquisada. Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (Gonzalez, 2020, p. 135).

Quando analisamos a história do Brasil em seus contraditórios “anos dourados” a partir da narrativa de Carolina Maria de Jesus e dos demais referenciais propostos - ao falar de tais referenciais, refiro-me ao uso de fontes, pesquisadores, teorias e bibliografias de base

Estas, nesses períodos, eram mais diversas nas suas fontes de saberes, e, posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, se tornaram muito mais racionalizadas, dominadas pelo modelo da Física Matemática como referência de saber acadêmico, passando, em consequência disso, por uma redução epistêmica considerável. Como não tínhamos instituições de ensino superior até entrado o século XX, nossa imaginação acadêmica científica e humanística foi muito limitada quando comparada à da Europa ou das Américas, porque não pudemos participar nem dos debates iniciais nem das transformações sofridas pelo modelo humboldtiano de universidade por mais de um século (Carvalho, 2020 p.83-84).

latino americana ou que estejam em diálogo com o nosso contexto sócio-cultural - compreendemos que a matriz dos problemas discutidos no cenário representado em “Quarto de Despejo”(1960), bem como as manobras políticas do desenvolvimentismo de JK vão além de meros desajustes econômicos e políticos dos agentes internos em solo brasileiro. As bases coloniais definem e redefinem até hoje nossa construção identitária. A tal brasilidade, ou melhor, nossa amefricanidade é complexa e dentro dessa complexidade, somos razão e emoção/corpo e mente.

Como pensar capitalismo sem levar em conta a questão racial⁶³? Como falar das fragilidades políticas e econômicas na América Latina sem atentar para todas essas relações de poder? E como reorganizar o povo brasileiro, sendo a segunda maior população negra do mundo fora da África, diante tantas ausências? O que esperar desses sujeitos “objetificados” historicamente ao se perceberem sujeitos de direitos? Como deslocar a memória ancestral do corpo chicoteado, da produção racional moderna coberta de objetividade científica? como não se implicar perante uma análise científica que reflete questões que perpassam a própria subjetividade?

A resposta aparentemente simples, no entanto, bastante complexa em seus desdobramentos é que não é possível decompor a modernidade gestada durante a acumulação primitiva do capital sem que o chorume do racismo venha junto. É preciso atentar para tais questões, quando analisamos que a nossa constituição de povo e nação se deu numa lógica afrodiaspórica, genocida e epistemicida, relacionada diretamente com a construção identitária europeia ocidental/moderna e capitalista.

Quando Eduardo Galeano refletiu, em 1971, sobre as “veias abertas da América latina”⁶⁴ Carolina Maria de Jesus já havia nos alertado em 1958, sobre nossas feridas coloniais: “A América do Sul está enferma. Com as suas úlceras, as favelas” (Jesus, 2014, p. 85). O ponto aqui é: se o escritor uruguaio é um ícone da literatura latino-americana, nos oferecendo uma aguda crítica sobre espoliação do processo colonial e seus reflexos na contemporaneidade, por quê Carolina Maria de Jesus, também, não é? Ambos escrevem em

⁶³ Os militantes e intelectuais que usam o termo raça não o adotam no sentido biológico: eles lhe atribuem um significado político construído a partir da análise do tipo de racismo que existe no contexto brasileiro, levando em conta as dimensões histórica e cultural a que este nos remete” (GOMES, 2005, p. 47). Convém destacar que o termo “raça” é uma construção social, política e cultural, criado nas relações sociais de poder ao longo do processo histórico. Esse conceito foi ressignificado pelo Movimento Negro (GOMES, 2005).

⁶⁴ “Veias Abertas da América Latina” é um livro escrito pelo autor uruguaio Eduardo Galeano e publicado originalmente em 1971. Nesta obra, Galeano traça uma análise crítica da história da América Latina, desde a colonização pelos europeus até o século XX, examinando as consequências do colonialismo, do imperialismo e das políticas econômicas neoliberais sobre a região.

prosa e poesia, possuem obras publicadas e traduzidas em diversos idiomas e elaboram em seus escritos questões sociais. É evidente que devemos considerar alguns fatores: o ponto de partida de cada um, as nuances que permeiam a veiculação de suas produções e os seus lugares epistêmicos. Mas, e quais as relações desses fatores com dispositivos de gênero, racialidade e academicismo?

4.3 Pode a subalternizada falar?

Segundo Roberto Reis, em seu texto intitulado “Canon” (1992), a cultura é composta por sistemas simbólicos e códigos que definem ou restringem a conduta humana, envolvendo mecanismos de controle social, de modo que as classes dirigentes utilizam diferentes formas discursivas e as transformam em ideologia para garantir seu domínio dentro de uma sociedade. Ou seja, no interior de qualquer formação cultural as camadas dirigentes se valem de diversas formas discursivas e as transformam em ideologia para assegurar o seu poder.

O autor ainda destaca que a escrita e o saber, na cultura ocidental, estiveram via de regra de mãos dadas com o poder e funcionaram como forma de dominação. Todo saber é gerado dentro de contextos históricos e ideológicos específicos. Toda interpretação é perpassada por indivíduos ou grupos de uma dada posição social, de classe, institucional. É muito difícil que um saber esteja desvinculado do poder. Por conseguinte, os textos não podem ser separados de uma certa configuração ideológica, na proporção em que o que é dito depende de quem fala no texto e de sua inscrição social e histórica. Isso implica que todo texto parece estar profundamente influenciado por alguma forma de autoridade. O critério para se questionar um texto literário não pode perder de vista o fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram o estatuto de literário àquele texto e não a outros, canonizando-o (Reis, 1992). Falemos, pois, de cânone:

O termo (do grego, "kanon", espécie de vara de medir) entrou para as línguas românicas com o sentido de "norma" ou "lei". O que interessa reter, mais do que uma diacronia, é que o conceito de cânon implica um princípio de seleção (e exclusão) e, assim, não pode se desvincular da questão do poder: obviamente, os que selecionam (e excluem) estão investidos da autoridade para fazê-lo e o farão de acordo com os seus interesses (isto é: de sua classe, de sua cultura, etc.). Nas artes em geral e na literatura, que nos interessa mais de perto, cânon significa um perene e exemplar conjunto de obras - os clássicos, as obras-primas dos grandes mestres - um patrimônio da humanidade (e, hoje percebemos com mais clareza, esta "humanidade é muito fechada e restrita) (Reis, 1992, p. 70).

Entretanto, é importante notar que o conceito de cânone literário tem sido objeto de críticas e debates, pois muitas vezes reflete visões dominantes e exclui vozes marginalizadas, mulheres, minorias étnicas e grupos sociais. Como resultado, muitos críticos literários têm argumentado a favor da ampliação do cânone para incluir uma maior diversidade de vozes e perspectivas e ainda há aqueles que questionam a própria existência elitista do cânone como instrumento de validação do poder oriundo de grupos dominantes. Sobre essa questão Roberto Reis afirma que:

Para desconstruir este processo, sem dúvida ideológico, faz-se necessário problematizar a sua historicidade. Quer dizer: não se questiona o cânon simplesmente incluindo um autor não ocidental ou mais algumas obras escritas por mulheres. Um novo cânon decerto não lograria evitar a reduplicação das hierarquias sociais. O problema não reside no elenco de textos canônicos, mas na própria canonização, que precisa ser destrinchada nos seus emaranhados vínculos com as malhas do poder (Reis, 1992, p.73)

Ao trabalhar com uma fonte literária, o historiador levanta questões sobre quem fala e de onde fala. Também reflete como se deu a recepção da obra em seu contexto de publicação, bem como em contextos posteriores. Muitas dessas obras são revisadas e redimensionadas na crítica literária, abrindo novos campos de discussões, sobretudo nas ciências humanas.

Essas movimentações acerca do resgate e revisão de determinados textos, são mobilizados por tendências de ordem política, econômica, cultural e que se interrelacionam. Obras que antes passaram pelo crivo do preciosismo, validadas por setores hegemônicos, hoje são levadas a ocupar as mesas de leitura sob novas lentes analíticas. Enquanto fontes outrora submersas emergem carcomidas pelo tempo dos naufrágios epistêmicos, mas carregando um rico ecossistema em seus espinhosos corais.

Os espaços de produção do conhecimento formal como escolas, universidades e até mesmo as instituições religiosas que no passado funcionavam como polos intelectuais, atuam desde seus fundamentos na implementação de um cânon literário. Durante a Primeira República a escolarização deu prosseguimento às distorções em voga no Império. Os diplomas, tanto os de nível superior quanto os do secundário, eram instrumentos que validavam privilégios a uma minoria que tinha acesso à educação formal. O título de bacharel sabidamente concedia foros de nobreza e conferia honrarias e vantagens a seus possuidores. Havendo no país um extenso contingente de analfabetos, apenas uma pequena fatia da população ingressou na escola e o acesso às instituições de ensino superior, que foram

implantadas tardiamente, era principalmente reservado aos jovens das classes mais privilegiadas da sociedade (Reis, 1992).

Importante destacar que nesse cenário, Carolina Maria de Jesus contrariava as estatísticas, pois enquanto o país enfrentava altos índices de analfabetismo⁶⁵, a escritora não obstante já saber ler, ainda vislumbrava reconhecimento literário.

Ao fim da Primeira República e com a emergência do projeto nacionalista, nos anos que sucederam o Governo de Vargas, passou-se a reconhecer a validade do desejo de identidade, presente não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina. No entanto, argumenta-se que os resultados dessa busca não emanciparam a cultura brasileira, fazendo-a perfilar sob os ditames da indústria cultural estrangeira e das cadeias nacionais que "unificaram" o país, ou sufocada pelos impactos do "desenvolvimento". Além disso, esses processos não foram igualitários em sua aplicação na sociedade, e as diversas manifestações culturais do povo brasileiro não foram reconhecidas, nem permitido que o discurso da identidade nacional incorporasse suas diferentes facetas.

Desse modo, o nacionalismo da época tendeu a privilegiar uma visão de totalidade, deixando de lado as diferenças internas e não considerando as distintas posições dos indivíduos na sociedade. Em suma, o nacionalismo e o desenvolvimentismo modernizador se transformaram em uma ideologia utilizada pelas elites dominantes para exercer o poder. Diante o exposto, Roberto Reis defende a tese que “a literatura, em larga medida, compactuou com este projeto e foi veiculadora deste discurso” (Reis, 1992, p.83).

Esse formato de difusão e validação do saber, se justifica na colonialidade do poder/saber presente nas estruturas sociais e agindo de modo a padronizar certas produções escritas ao mesmo passo que deslegitima outras:

A colonialidade do saber estruturou a construção dos campos disciplinares nas sociedades marcadas, na primeira e segunda modernidade, pelo domínio econômico, político e cultural dos "centros" sobre as "periferias", Este processo, não pode ser entendido meramente sobre um olhar que se restrinja a dados econômicos, mas também está umbilicalmente ligado à forma específica como os sistemas simbólicos e instituições sociais foram moldadas sob a imagem do colonizador. Por isto, não é arbitrário que a História, literatura e as ciências humanas tenham marginalizado por tanto tempo negros e mulheres dos seus respectivos cânones (Miranda; Assunção, 2022, p.205).

⁶⁵ Analfabetismo é a condição da população de 15 anos ou mais que não sabe ler ou escrever. (um simples bilhete ou nome próprio). Em 1920, quando Carolina Maria de Jesus tinha cerca de 6 anos de idade, tendo iniciado formalmente seus estudos no ano seguinte, a taxa de analfabetismo era de 65%.. Consultar dados: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_analfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em 7 abr. 2024.

Miranda e Assunção (2022) também destacam que no Brasil, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Colégio Pedro II desempenharam um papel fundamental na criação de um código disciplinar que estabelecesse o padrão europeu e branco como os pilares do cânone historiográfico nacional. Os historiadores associados ao IHGB moldaram a narrativa histórica de forma semelhante aos pintores na construção da identidade nacional: retratando os não-brancos como elementos da paisagem em uma história constituída pelos agentes brancos da elite nacional. Varnhagen, em sua obra "História Geral do Brasil" (1854-1856), representa a visão mais consolidada da aristocracia racista, enfatizando o papel das elites brancas na história em oposição à suposta "selvageria" dos negros e dos indígenas. Segundo sua percepção, os não-brancos eram considerados incapazes de narrar sua própria história e, se o fizessem, seria por um mero desejo de revanchismo contra a suposta civilização branca.

Os silenciamento das vozes autorais negras no Brasil não apenas afetam a literatura, mas também molda todo o sistema de ideias e pensamentos, criando uma dinâmica nacional sistemática que influencia a temporalidade das obras e, mais especificamente, sua recepção. Um exemplo disso é a escritora Carolina Maria de Jesus, que publicou "Quarto de Despejo" na década de 1960, sendo um dos pioneiros escritos de autoria feminina negra a ganhar destaque nas livrarias da época. Apesar disso, apenas recentemente ela começou a ser reconhecida pelo público em geral, refletindo as atuais políticas de visibilidade.

Outra autora, Maria Firmina dos Reis, que publicou no século XIX e é considerada a primeira romancista brasileira, ainda é pouco conhecida, sendo redescoberta apenas recentemente por pesquisadores e leitores em geral. Temos também o caso de Conceição Evaristo, uma renomada escritora brasileira viva atualmente, que, apesar de escrever desde jovem, só conseguiu publicar aos 44 anos. A retomada das obras de autoras silenciadas é vista como uma forma de acessar interpretações e estéticas que antes eram desconhecidas, gerando uma sensação de novidade. Esse processo cria uma espiral temporal própria, onde as leituras feitas no presente intervêm nos processos de compreensão, enfrentamento e reformulação do passado. Em resumo, o silenciamento dessas autoras representa um dispositivo que nega a historicidade da escrita, afetando não apenas a recepção das obras, mas também a própria integridade do percurso e da rede de influências que a literatura estabelece, incluindo leituras, críticas, traduções, adaptações e influências (Miranda; Assunção, 2022). Os autores ampliam a discussão e destacam que:

O mesmo acontece com historiadores/historiadoras ou mesmo intérpretes negros/negras que produziram desde o pós-independência leituras sobre o Brasil e que foram sistematicamente ignoradas pelas políticas de silenciamento do cânone historiográfico. A justificativa para este apagamento sistemático é ontológica, no sentido em que estes campos em formação no século XIX justificam à nível simbólico as linhas entre o “ser” e o “não-ser” constituídas desde o século XVI no contexto de formação do próprio conceito de raça e da racialização subsequentes. As universidades ocidentalizadas, os campos culturais e intelectuais não só são testemunhas do genocídio sobre as populações racializadas, mas produzem o fundo ontoepistemológico que será basilar para o epistemicídio sobre os “condenados da terra”⁶⁶. (Miranda; Assunção, 2022, p. 212).

Sobre o do campo da História, trago como exemplo Clóvis Moura, um exímio intérprete do Brasil, responsável por elaborar uma densa produção intelectual e sobretudo, uma necessária revisão historiográfica. Seu trabalho é de grande relevância para compreender as dinâmicas sócio econômicas do país, no qual pensou o Brasil a partir da chave de leitura da questão racial. Clóvis Moura inovou no debate historiográfico ao publicar sua primeira obra “Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas” (1959). Quando o autor lançou este livro, existia um consenso na historiografia nacional de que a população escravizada não lutou efetivamente - de forma organizada, objetiva e combativa para sua libertação, pois a visão intelectual predominante na época não reconhecia a agência dos escravizados como força mobilizadora na construção de projetos políticos de transformação da realidade. Isso acabou gerando no imaginário social a compreensão de que o debate abolicionista sempre esteve centralizado em torno de intelectuais e artistas abolicionistas brancos e alguns poucos negros durante a segunda metade século XIX, criando uma narrativa que desconsiderou os séculos anteriores de resistência e engajamento da população escravizada⁶⁷.

Contudo, em sua obra “as injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira” (1990), o próprio Clóvis Moura sinalizou sobre a possibilidade de mudança desse cenário:

Uma visão crítica sobre o assunto está surgindo por parte de setores universitários e elementos de diversos movimentos negros ora em atividade no Brasil e que estão procurando desviar a nossa produção historiográfica deste caminho alienador e repor os acontecimentos históricos no seu devido lugar, resgatando, com isto, o papel social, política, econômico e cultural que o negro desempenhou na formação e

⁶⁶ Os autores fazem referência a obra de Frantz Fanon “Os Condenados da Terra” (1961). A obra é considerada uma das mais importantes contribuições para o campo dos estudos pós-coloniais e anticoloniais. Fanon escreveu “Os Condenados da Terra” durante a Guerra de Independência da Argélia, na qual ele estava ativamente envolvido como um dos líderes intelectuais do movimento de libertação argelino. O livro é uma análise profunda das dinâmicas do colonialismo e dos processos de descolonização, bem como uma reflexão sobre as estratégias de resistência e luta anticolonial.

⁶⁷ Não é que Clóvis Moura tenha sido o primeiro a tratar sobre o protagonismo dos escravizados na luta pela libertação. Mas foi ele que desenvolveu um aprofundado estudo sobre a questão, numa obra destinada a isto. Outro estudioso que também elaborou a problemática foi Nelson Werneck Sodré em “**As razões da independência**” (1965). No entanto, o debate ficou diluído na obra junto com outras questões.

desenvolvimento do Brasil. É uma corrente revisionista que apenas se inicia, mas tende a aumentar à medida que a sociedade brasileira, através dos seus setores dinâmicos, avançar no sentido de criar em nosso país uma democracia social, política e econômica que terá o seu coroamento com uma democracia racial. (Moura, 1990, p. 216-217).

É importante dizer que o aumento da relevância dessas questões na escrita da história não ocorre de forma unilinear da academia para a sociedade, mas, em grande medida, acontece o contrário: são os movimentos sociais, especialmente o movimento negro, que têm trazido à tona problemáticas que anteriormente eram pouco consideradas nos espaços intelectuais, acadêmicos e institucionais de maneira geral. (Miranda; Assunção, 2022, p.209).

É das margens que surge a força motriz que tensiona mudanças institucionais por meio de reformulações do aparato jurídico, revisões curriculares e políticas públicas de um modo geral. A criação dessas instâncias é uma resposta ao reconhecimento do racismo epistêmico, que não apenas desvaloriza e invisibiliza o conhecimento gerado por intelectuais brasileiros e estrangeiros que escapam dos referenciais hegemônicos - sobretudo do norte global, mas também minimiza a gravidade do racismo e das desigualdades raciais, especialmente no contexto brasileiro.

Durval Muniz tece uma aguda crítica sobre como são estabelecidas as relações hierárquicas na nossa intelectualidade e como estas são regidas pela lógica “centro – periferia” do conhecimento. Sobre a questão o historiador aponta:

Embora, seja frequente, por parte dos historiadores, a crítica ao colonialismo, à submissão do país aos ditames advindos das potências internacionais, às subjetividades colonizadas de nossas elites, o campo acadêmico no país, e a historiografia não é uma exceção, reproduz de maneira constante e colonizada a hierarquia entre o nacional e o internacional (não é mera coincidência que internacionalização, muitas vezes, é lida como reprodução do que vem de fora). O texto de autor estrangeiro receberá um tratamento privilegiado em relação ao texto de um nacional, notadamente se ele for europeu ou norte-americano. O autor estrangeiro tem que sempre figurar em primeiro plano, em qualquer publicação, porque ele confere status e prestígio, não só ao volume editado, mas para quem o editou. A publicação indicia que o organizador do dossiê ou o editor da revista é amigo de um autor estrangeiro, fala a sua língua, promove publicações de textos em língua estrangeira, figura como tradutor de textos de outros países, e essas práticas e relações é, no Brasil, atribuidor de prestígio e de legitimidade acadêmica (Albuquerque Jr, 2023, p.38).

Ampliando a discussão, Ana Maria Veiga destaca que:

[...] a matriz intelectual colonial euro-estadunidense exclui categoricamente as mulheres de suas escolhas, das leituras, das citações, do reconhecimento de que existem mulheres intelectuais e intelectuais não-brancas. Seguindo a mesma matriz, as mulheres latino-americanas, e brasileiras, também não encontram espaço em

referências bibliográficas na grande maioria dos cursos e das disciplinas no Brasil, incluindo certamente a História (Veiga, 2023, p. 25).

A afirmação acima está em consonância com os estudos desenvolvidos pela filósofa Maria Lugones, que teceu novas elaborações a partir da ideia de “colonialidade do poder”, chegando ao conceito de “colonialidade de gênero”. O conceito aborda as formas como as relações de poder e dominação colonial se entrelaçam com as dinâmicas de gênero. Essa perspectiva analítica destaca como as hierarquias de gênero são moldadas e perpetuadas através das estruturas coloniais, afetando as experiências e as identidades de diferentes grupos sociais, especialmente mulheres e pessoas de sexualidades dissidentes (Lugones, 2008).

O campo historiográfico, juntamente com seus subcampos metateóricos, como a teoria da história e a história da historiografia, ganharia muito ao incorporar o debate sobre a produção do conhecimento elaborados da tradição decolonial, das ciências humanas latino-americana/caribenha e do pensamento afro diaspórico. Contudo, existem outras implicações, pois:

Estas posturas indisciplinadas⁶⁸ revelam que não basta meramente mudar a forma/representação da escrita da história e do cânone para que este deixe de ser hegemônico, é preciso de uma outra forma de produzir e circular os conhecimentos produzidos à contrapelo, para que o mesmo não seja apropriado por um processo de “extrativismo epistêmico” que neutralize o seu potencial transformador (Miranda; Assunção, 2022, p.210)

Dentro de uma lógica mercadológica o conhecimento também é negociado e suscetível aos interesses financeiros. Desse modo, “Muitos fatores intervêm na tecnologia do silenciamento, instituída pelo cânone. O mercado editorial, as universidades, as mídias” (Miranda; Assunção, 2022, p.214). Essa é uma questão que nos leva ao ponto de partida deste capítulo e nos possibilita refletir sob que circunstâncias as vozes subalternas podem ecoar.

Ao longo da narrativa de Carolina Maria de Jesus, podemos discernir suas inquietações e insatisfações decorrentes das condições impostas pela marginalização dos moradores da Comunidade do Canindé. Nesse contexto, considerando a concepção de que a colonialidade implica em uma opressão e negação do “outro”, relegado à subalternidade e com sua capacidade intelectual e subjetividade suprimida, observa-se que Carolina Maria de Jesus encontrou meios para expressar-se e ser ouvida.

⁶⁸ Sugestão de leitura: AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

No entanto, há de se atentar ao fato da escritora estar situada no “quarto de despejo” da estrutura social. Logo, seu acesso aos outros cômodos foi um processo dificultado. Assim como Carolina Maria de Jesus, outros sujeitos nas mesmas condições são representados ou tutelados por indivíduos detentores do poder de fala e essa relação acaba por produzir muitos ruídos.

Foi o caso da obra “Quarto de Despejo”. Na qual a narrativa oferece ao público uma visão filtrada de Carolina de Jesus por meio da influência de Audálio Dantas: ao incentivá-la a retomar o diário em 1958, ele o divulgou em doses precisas, através de reportagens que tinham o propósito de estimular Carolina e avaliar a recepção do público. Carolina Maria de Jesus foi até certo ponto

construída pelo jornalista através de reportagens, por cuja repercussão ele ia tomando conhecimento da reação do público. Como os antigos folhetins, as reportagens seduziram os leitores para o enredo do diário e os prenderam até o clímax do lançamento do livro. (Perpétua, 2002, p.38).

No prefácio, ao apresentar o texto, Audálio Dantas direcionou a atenção do leitor para a importância do livro como uma ferramenta de denúncia coletiva. E no próprio diário, a presença do jornalista se manifesta claramente nas marcas de edição que ele deixou no texto. Essa é a imagem de Carolina que ganhou destaque nas traduções que se espalharam rapidamente após o sucesso de “Quarto de Despejo” no Brasil. Ao destacar o caráter testemunhal do livro, o paratexto das traduções dos anos 1960 revela que a introdução do livro em cada cultura foi marcada pelo pioneirismo de apresentar o discurso de um sujeito representativo de minorias através da escrita.

Além dos fatores contextuais e culturais, a representatividade de Carolina Maria de Jesus como mulher, negra, moradora de favela, originária de um país subdesenvolvido, ou seja, como parte de um segmento social que não tinha, então, voz própria e, raras vezes, acesso à escrita. Pode-se afirmar que tanto no Brasil quanto no exterior, a recepção positiva do livro decorreu de uma mudança de interesse do público por textos produzidos por uma voz até então pouco representada. No entanto, é importante compreender que essa aceitação deveu-se a uma convergência de fatores contextuais, publicitários e editoriais que caracterizaram a primeira edição brasileira, organizada por Audálio Dantas, e que influenciaram as traduções subsequentes. (Perpétua, 2002).

Entendemos por “subalternidade ” a condição de grupos marginalizados e subjugados pela dominação colonial e imperial. “Can the Subaltern Speak?” (1988) (Pode o Subalterno Falar?) é um ensaio de Gayatri Chakravorty Spivak, no qual ela questiona se é

possível para as vozes subalternas serem representadas de forma autêntica dentro dos discursos acadêmicos e políticos dominantes, ou se elas estão sempre condenadas ao silêncio e à distorção. A autora conclui que não podemos falar em nome do subalterno, mas podemos agir para combater a subalternidade, criando espaços nos quais o subalterno possa falar, se articular e, conseqüentemente, ser ouvido (Spivak, 2010).

Carolina Maria de Jesus, caída no esquecimento após o repentino reconhecimento literário, volta a ocupar as prateleiras das livrarias. Sua vasta produção é cada dia mais evidenciada na mídia, eventos artísticos, produções culturais nas mais diversas expressões. Suas obras merecem e devem ser amplamente discutidas e colocadas sob novas chaves de leituras.

No entanto, retomo a reflexão apresentada por Miranda e Assunção, pois considero pertinente se tratando da História do tempo presente:

Pensando o edifício literário brasileiro, no qual cânone e poder são palavras correlatas, nos parece elementar refletir ainda a cena literária nacional contemporânea, repleta, por um lado, de publicações de autores negros pelos grandes impérios editoriais, que sempre os ignorou, alinhando ao liberalismo ideias como inclusão, representatividade e protagonismo. Nesse contexto, não podemos deixar de considerar conceitos como extrativismo epistêmico (Miranda; Assunção, 2022, P 212).

Trabalhar com “Quarto de Despejo” no presente estudo, possibilita-nos dois movimentos importantes na produção histórica: de um lado, refletir criticamente acerca dos “anos dourados”, de modo a reconstruir historiografias “outras” e do outro, ecoar o conhecimento produzido por sujeitos subalternos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da questão proposta para o desenvolvimento desta pesquisa, buscamos compreender quais as representações do Brasil no contexto dos “anos dourados” com base na obra “Quarto de Despejo”. Foram elencados e sistematizados os objetivos que deram corpo a este estudo: Identificar e problematizar os discursos hegemônicos utilizados na produção do conhecimento histórico sobre o período dos “anos dourados” no Brasil; Analisar o discurso de Carolina Maria de Jesus no contexto dos “anos dourados” pelo viés da interseccionalidade; Refletir criticamente sobre as vozes que disputam espaços na produção literária e historiográfica no Brasil.

Em meio aos clássicos do cancionário popular brasileiro, maestros do futebol e habilidosos enxadristas da política nacional, além dos mestres e doutores que guiaram meus referenciais teóricos, compus minha obra. Num movimento dialético entre notas ora consonantes ora dissonantes, busquei harmonizar conceitos. Espero que seus ecos permaneçam em deslocamento. Que sejam vistos e revistos. Revisados também. Por que não? A História não é um baú de relíquias, mas uma mala nas mãos de um viajante curioso e disposto. É movimento em meio as permanências.

A primeira conclusão obtida a partir dessa pesquisa foi a de que a escrita de Carolina Maria de Jesus em “Quarto de Despejo” não é nosso objeto de estudo, mas sim, fonte de inspiração-investigação. Com isto, busco comunicar uma ideia de horizontalidade epistêmica entre sujeitos que apesar de separadas pelo tempo cronológico, estabelecem relações históricas, simbólicas e sensíveis.

Consideramos que o imaginário dos “anos dourados” parte de uma construção narrativa, que fornece elementos representativos para se reconstruir o passado. Dessa maneira a História é uma “literatura organizada”. Os historiadores e demais envolvidos que atuaram na “ficcionalização” do recorte histórico analisado, contribuíram para que JK e a década de 1950 até hoje, mesmo com todas as suas contradições, continuem a gerar entusiastas.

Não podemos negar o desenvolvimento nos “anos dourados”. Mas, podemos afirmar seu poder de ofuscar outras narrativas. Onde há luz em demasia, há também cegueira. Digo mais, onde há luz, há sombras. Nesse jogo de palavras ou meramente clichês vocabulares, me senti em muitas etapas deste escrito, como um técnico de iluminação de um teatro durante a exibição de uma ópera chamada Brasil. Em dados momentos o técnico buscava criar sua própria narrativa a partir de um jogo de luz com os atores envolvidos na trama. Tomado pela responsabilidade que lhe cabia, avaliou os melhores ângulos que

pudessem dar forma a partir de uma iluminação calculada a cada um dos sujeitos presentes no palco. Juscelino Kubitschek e Carolina Maria de Jesus, ambas figuras brilhantes ao mesmo passo que contraditórias.

No entanto, há quem afirme que o presidente na verdade foi bastante coerente. De fato, coerente com seu projeto político. Enquanto nossa escritora vivendo na pele todas as agressões impostas pelas contradições sociais, continua sendo julgada na crítica literária por conta seu comportamento incoerente narrado em seus diários. Tal questão foi evidenciada na narrativa de “Quarto de Despejo”. No entanto, buscamos analisar o problema pelas lentes da interseccionalidade, o que nos permitiu uma melhor compreensão do discurso caroliniano.

A pesquisa, também, contribuiu para apresentar a trajetória da autora, de modo a analisarmos a riqueza da sua produção criativa, muito além da narrativa em “Quarto de Despejo”. Carolina Maria de Jesus ousava desde muito cedo no seu empreendimento artístico. Lembremos que ela contrariou as estatísticas do analfabetismo de sua época e desde então nunca mais parou.

“Quarto de Despejo”, uma escrita autobiográfica, “fotografia do seu tempo”. Reitero que retratos não correspondem exatamente ao real. Apesar da obra tratar da crua realidade de uma favelada que representa milhares de favelados, o que temos acesso é apenas um recorte de um dado contexto brasileiro. A partir de uma leitura sensível e utilizando as lentes da História Cultural, nos foi possível tecer uma interpretação da época.

“Ficcionalizar” o passado, revisá-lo e problematizá-lo. Assim se deu a construção deste texto. Mediando fontes, conceitos e métodos, foi possível construir realidades imaginadas. Em dadas circunstâncias assumi personagens que me ajudaram a bordar argumentos. Fui colecionadora de manifestações artísticas, crítica literária, historiadora, técnica de iluminação, tecelã de narrativas e sujeito.

Sujeito curioso que sou, resolvi navegar em mares “outros”. Me pareceu ousado pular do barco na tentativa de ir ao encontro de histórias submersas. Mas, ainda assim mergulhei nas águas turvas das subjetividades e encontrei outros sujeitos que me foram âncora durante essa investigação. Encontrar respaldo teórico entre os pares me fez ganhar fôlego em meio à exaustão e receio de nadar em um mar ainda pouco explorado.

Tentar me “sulear” pela bússola do pensamento contra hegemônico foi desafiador e ao abordar conceitos como a “colonialidade do poder” e seus desdobramentos, fui descobrindo lugares “outros”. Num dado momento da pesquisa, tive a sensação de ter chegado numa ilha. Quanto mais eu explorava aquele território, maior ele se tornava e com

novos recursos disponíveis, de modo que eu passei a cada vez mais ampliar minha capacidade de (re)conhecimento.

A reflexão sobre o cânone literário e historiográfico em seus espaços de disputa contribuíram para a ampliação do repertório sobre o assunto, além de nos possibilitar um olhar crítico sobre o modelo predatório de produção e consumo do conhecimento, servindo a uma lógica de mercado. Hoje a indústria cultural se apropria de narrativas antes soterradas e nós precisamos analisar tal feito com bastante criticidade.

Optei por não fazer longas travessias oceânicas, mas circunavegar os territórios vizinhos de modo a reconhecer e compreender seus sujeitos e suas epistemes. Desse modo, priorizei a utilização de um repertório historiográfico autóctone e fronteiriço. Considero que foi uma pesquisa importante na medida em que tecemos um estudo capaz de apresentar possibilidades de investigação, interpretação e reelaboração da produção histórica.

Confesso que ao concluir o texto e tendo uma visão total da pesquisa, avaliei que no capítulo 2 “Brasil, meu Brasil brasileiro” cabia a elaboração de um tópico sobre a produção cultural negra durante os “anos dourados”, de modo a compor a orquestra cultural brasileira daquela fase. No entanto, me detive a discussão seguindo uma perspectiva hegemônica no esforço de compilar as referências e produzir uma historiografia do contexto. Interpreto que tal lacuna comunica o que foi elaborado no último capítulo -“Ecoando vozes subalternas” - a despeito da carência de referenciais contra hegemônicas. Não que tais referenciais não existam, mas pelo fato de que foram apagados, silenciados ou excluídos da “sala de visitas”. Desse modo, temos dificuldade em localizá-los. É quase uma arqueologia subaquática. Constatei que os meios mais “acessíveis” de difusão do conhecimento (bibliotecas físicas e virtuais, artigos acadêmicos, páginas de internet, salas de aula) não atuam de modo a amplificar as vozes subalternas que já andam a ecoar por aí.

Mas, também ousar considerar que me cabe um mergulho mais profundo. Penso em adiante analisar a produção artística e intelectual da população negra durante os “anos dourados”, de modo a colaborar na divulgação de referenciais “outros” e reescrever uma orquestra cultural afrodiaspórica e decolonial.

O mar já não é tão desconhecido e espero encontrar novas âncoras que me ajudem a emergir com fôlego para que assim eu possa passear em outras ilhas sem precisar fazer rotas transatlânticas. Se isso é um compromisso coletivo? Não sei. Talvez seja só a manifestação de um trauma ancestral.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. As hierarquias do silêncio: não-ditos significativos no momento de se realizar um estudo de história da historiografia. In: COSTA, Bruno Albino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. (Orgs.). **Ensaio de teoria da história & história da historiografia**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da história**. Bauru, SP: Edusc, 2007.

ALMEIDA JR. Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In FAUSTO, Boris (Dir.) **História Geral Da Civilização Brasileira**. O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964) 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand, 2004.

ALMEIDA, Flavio Rodrigues De. **Uma Ilusão de Desenvolvimento**: nacionalismo e dominação burguesa nos anos JK. Florianópolis: Ufsc, 2006.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A História (in)Disciplinada: Teoria, ensino e difusão de conhecimento histórico**. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

BARROS, José D'Assunção. **História cultural e história das idéias**, Cultura, vol. 21 | 2005.

BARTHES, Roland. **Mtologias**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. Tradução de Rita Buoghermino e Pedro de Souza.

BENEVIDES, Maria V. **O governo Kubitschek**: a esperança como fator de desenvolvimento. In GOMES, Angela de C. (org.). O Brasil de JK. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2002.

BENEVIDES, Maria Victoria. **O governo Kubitschek**: desenvolvimento econômico e estabilidade política 1956 - 1961. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEZERRA FILHO, Feliciano José. O samba, a bossa nova e a moderna canção brasileira. **Letras em Revista**, Teresina, v. 9, n. 2, p. 178-188, 30 dez. 2018. Disponível em: <https://ojs.uespi.br/index.php/ler/article/download/190/84>. Acesso em: 30 ago. 2023.

BOJUNGA, Cláudio. JK: o artista do impossível. Rio de Janeiro. Objetiva, 2010.

BRASIL, Presidência da República. **Programa de Metas do presidente Juscelino Kubitschek**. 1958. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5291773/mod_resource/content/1/Plano%20de%20Metas.pdf. Acesso em: 06 dez. 2023.

BRASILIENSE, Correio. **Conheça a dura rotina de mulheres, mães e filhas que têm parentes presos**. 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/29/interna_cidadesdf,792

226/conheca-a-dura-rotina-de-mulheres-maes-e-filhas-que-tem-parentes-pres.shtml. Acesso em: 24 jul. 2023.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. Tradução: Sérgio Goes de Paula.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Acesso em: 03 abr. 2024. Disponível: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-construc3a7c3a3o-do-outro-como-nc3a3o-ser-como-fundamento-do-ser-sueli-carneiro-tese1.pdf>

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, Jorge José. Encontro de Saberes e Descolonização: para uma refundação étnica, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

CHARTIER, Roger. À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude. **Porto Revista de Teoria da História**. Ano 1, Número 3, junho/ 2010. Universidade Federal de Goiás. ISSN: 2175-5892109Alegre, RS:Ed.Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa. Difel, 1990.

COHEN, R. **Performance como linguagem: criação de um tempo espaço de experimentação**. São Paulo: Perspectiva, 2002

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019. Trad. Jamile Pinheiro Dias.

COTTA, Luiza Cristina Vilaméa. **Adhemar de Barros (1901 - 1969): a origem do "rouba, mas faz"**. 2008. 130 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-09022009-103517/publico/DISSERTACAO_LUIZA_C_VILLAMEA_COTTA.pdf. Acesso em: 04 dez. 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialista em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Tradução de Liane Schneider. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan/jun, 2002.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 251-273.

DALIO, Danilo J. O Pacto ABC e o governo Vargas (1951-1954). **e-l@tina. Revista electrónica de estudios latinoamericanos**, vol. 16, núm. 62, Buenos Aires. 2018.

DANTAS, Audálio. Prefácio: a atualidade do mundo de Carolina. In: JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10ª ed. São Paulo: Ática, 2014.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016. Trad. Heci Regina Candiani.

DUARTE, Adriano Luiz; BOTELHO, Denilson. Sobre as relações dialéticas entre história e literatura. **Artcultura: Revista de História, Cultura e Arte**, v. 23, n. 42, p. 48-49, 2021.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador**: da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte. Autêntica, 2017.

EPSTEIN, Rebecca and BLAKE, Jamilia and GONZÁLEZ, Thalia. Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood. **Electronic Journal**. Washington, June, 2017.

10.2139/ssrn.3000695. Disponível em:

SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3000695> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3000695>. Acesso em: 06 ago. 2023.

EVARISTO, Conceição; JESUS, V. Eunice. Outras letras: tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. [Prefácio]. In: JESUS Carolina. M., **Casa de alvenaria: Osasco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021a.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. São Paulo: Ubu, 2020. Tradução de Sebastião Nascimento e Raquel Camargo.

FARIAS, Tom. **Carolina: uma biografia**. Rio de Janeiro: Malê, 2018.

FARO, Clovis de; SILVA, Salomão L. Quadros. A década de 1950 e o Programa de Metas. In: GOMES, Angela de C. (org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2002.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon, a branquitude e a racialização: aportes introdutórios a uma agenda de pesquisas. In: MULLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (Org.). **Branquitude: estudos sobre identidade branca no Brasil**. Curitiba: Ed. Appris, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. São Paulo: Elefante, 2019. Trad. coletivo Sycorax.

FERREIRA, Antonio Celso. Literatura: a fonte fecunda. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 61-92.

FIGUEIREDO, Angela. A Marcha das Mulheres Negras conclama por um novo pacto civilizatório: descolonização das mentes, dos corpos e dos espaços frente às novas faces da colonialidade do poder. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Petrópolis, Vozes, 2005.

GIRARDET, R. **Mitos e Mitologias Políticas**. São Paulo: Editora Cia das Letras, 1987.

GOMES, Angela de C. Qual a cor dos anos dourados? In: GOMES, Angela de C. (org.). **O Brasil de JK**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fgv, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação Antirracista Caminhos Abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: SECAD/MEC, 2005 [Coleção Educação Para todos].

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

GOMES, Nilma Lino. Viver e olhar a partir das margens: uma forma de indagar o centro In: VEIGA, Ana M.; VASCONCELOS, Vânia N. P; BANDEIRA, A. (org.). **Das Margens: lugares de rebeldia, saberes e afetos**. Salvador: Edufba, 2022.

GONÇALVES, Marco Antonio. Um mundo feito de papel: sofrimento e estetização da vida (os diários de Carolina Maria de Jesus). **Horizontes Antropológicos**, [S.L.], v. 20, n. 42, p. 21-47, dez. 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-71832014000200002>.

GONÇALVES, Maria Clara; FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Carolina Maria de Jesus e o teatro: criações e adaptações. **Estudos Linguísticos e Literários**, [S.L.], n. 70, p. 394-422, 11 dez. 2021. Universidade Federal da Bahia. <http://dx.doi.org/10.9771/ell.i70.43845>

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, p. 223-244, 1984.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82. Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/09/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso: 12 de mar. 2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: LIMA, Márcia; RIOS, Flávia (Orgs.). Por um feminismo afro-latino americano: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

HARTOG, François. **Evidência da História: o que os historiadores veem**. Belo Horizonte. Autêntica, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JESUS, **Casa de alvenaria: Osasco**. Sao Paulo: Companhia das letras, 2021a.

JESUS. Carolina Maria de **Casa de alvenaria: Santana**. São Paulo: Companhia das letras, 2021b.

JESUS. Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. 10ª. ed. São Paulo: Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. (J. Oliveira, Trad.) Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres?** o Brasil e a era Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LUCA, Tânia Regina de. Relatos autobiográficos: possibilidades e perspectivas. In: MALATIAN, Teresa *et al.* (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: Unesp, 2003. p. 133-154

LUGONES, Maria. Colonialidade e Gênero. **Tabula Rasa**, nº 9, jul-dez 2008, bogotá: universdade colegio mayor de cundinamarca, p. 73-101.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945 – 1964) In FAUSTO, Boris (Dir.) História Geral Da Civilização Brasileira. **O Brasil Republicano – economia e cultura (1930-1964)**. Rio de Janeiro. Bertrand, 1997.

MALATIAN, Teresa. Cartas: narrador, registro e arquivo. In: MALATIAN, Teresa *et al.* (org.) **As múltiplas dimensões da política e da narrativa**. Franca: Unesp, 2003. p. 195-222.

MALDONADO-TORRES, Nelson A analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson, GROSGOUEL, Ramón (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

MARANHÃO, Ricardo. **O Estado e a Política Populista no Brasil**. In FAUTO, Boris (Dir.) História Geral Da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano – sociedade e política (1930-1964) 3ª ed. Rio de Janeiro. Bertrand, 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom (Org). **Antologia pessoal**: Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom e LEVINE, R M. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. 2ª ed. Sacramento: Bertolucci, 2015.

MEIRELLES, Regina. O SAMBA-CANÇÃO: a eloquência de um gênero musical. **Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 51-64, 2005. Disponível em: <http://www.tecap.uerj.br/pdf/v2/meirelles.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MIRANDA, Fernanda R. de; ASSUNÇÃO, Marcello F. Moraes de. (2022). **Colonialidade e silenciamento nos cânones literário e historiográfico brasileiros**. Anuario de la Escuela de Historia Virtual, 22, 202-217.

MORAES, Ricardo. **A descentralização do Arena e sua resistência**. 2010. Disponível em: <http://www.vienecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload/24471.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2023

MOTTA, Nelson. **Noites tropicais**: solos, improvisos e memórias musicais. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990

NAPOLITANO, Marcos. Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs.). **Novos combates pela história**: Desafios – Ensino. São Paulo: Contexto, 2021.

NATAL, João Rafael Mallorca. A Revolta de Jacareacanga: batismo de fogo da infantaria da aeronáutica. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 80, n. 108, p. 73-87, 25 nov. 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/ighmb/article/view/3370/3258>. Acesso em: 20 out. 2023.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de filosofia e a Lei 10639**. Rio de Janeiro. Pallas. Biblioteca Nacional, 2014.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: Edufba, 2013.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Do epistemicídio à insurgência o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020)**. Cadernos de Gênero e Diversidade, UFBA, vol. 07, nº. 01, Jan - Mar, 2021, p.118-138.

PEREIRA, Henrique Alonso de A. R. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2011, São Paulo. **Pan-Americanismo e Anticomunismo**: A Operação Pan-Americana no Brasil e as origens da Aliança para o Progresso nos Estados Unidos. São Paulo: Anpuh, 2011. 9 p. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300877063_ARQUIVO_SNH2011-TextoIntegral-HenriqueAlonsoPereira.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

PEREIRA, Maria Fernanda de França. O samba de exaltação: convergências e conflitos na construção discursiva da identidade nacional. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 7, n. 1/2, p. 103-119, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/TeoriaeCultura/article/view/12196>. Acesso em: 02 ago. 2023.

PERPÉTUA, Elzira Divina. Produção e recepção de quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus: relações publicitárias, contextuais e editoriais. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 5, p. 33, 31 dez. 2002. Faculdade de Letras da UFMG. <http://dx.doi.org/10.17851/1982-0739.5.0.33-42>.

PERPÉTUA, Elzira Divina. Produção e recepção de quarto de despejo, de Carolina Maria de Jesus: relações publicitárias, contextuais e editoriais. **Belo Horizonte**, v. 5, p. 33-42, dez. 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/viewFile/3405/3335>. Acesso em: 10 de fev. 2024.

XX SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA. 20., 1999, São Paulo, vol. II. **Anais do Encontro Nacional de História**. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Fronteiras da

ficção: diálogos da literatura com a história. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda (Orgs.). *História: Fronteiras*. p. 819-831. Acesso em 26 de fev. 2024
https://anpuh.org.br/uploads/anais-simpósios/pdf/2019-01/1547483136_7a9e338147dd4ba39b5b28fce588c727.pdf

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte. Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e Literatura: uma velha-nova história. In: DA COSTA, Cléria Botelho; MACHADO, Maria Clara Tomaz (orgs.). **História e Literatura: identidades e fronteiras**. Uberlândia, MG: EDUFU, 2006.

PINTO, Júlio Pimentel. Do fingimento à imaginação moral: diálogos entre história e literatura. **Tempo**, v. 26, p. 25-42, 2020.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Martins.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú Indígena**, Lima, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992. Disponível: <https://pt.scribd.com/doc/36091067/Anibal-Quijano-Colonialidade-e-Modernidade-Racionalidade>

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade del Poder, Cultura y Conocimiento en América Latina**, 1998. Disponível em:
<https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/bitstream/10469/6042/1/RFLACSO-ED44-17-Quijano.pdf>

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **CLACSO**, 2005. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf

REIS, Ricardo. Cânon. In: JOBIM, J. L. (Org.). **Palavras da crítica**. Tendências e conceitos no estudo da Literatura (pp. 65-92). Rio de Janeiro: Imago.1992.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em história**. Montes Claros. Unimonte, 2010.

SANTOS, Eduarda T. Sulear e Esperançar: a América Latina não é, ela está sendo. Revista Brasileira de Educação Básica. Ano 6 | Número Especial – Paulo Freire | Setembro | 2021. <https://rbeducacaobasica.com.br/2021/09/13/sulear-e-esperancar-a-america-latina-nao-e-ela-esta-sendo/> Acesso em: 15 de mar. 2024. **Revista Interdisciplinar Sulear/** Unidade Acadêmica Ibirité/ UEMG - Ano 2, n.2 Horizonte, MG: EdUEMG, 2019. Disponível no site: <https://sulear.com.br/beta3/wp-content/uploads/2020/01/Dossie-Sulear-SURear.pdf>

SANTOS, Joaquim Ferreira dos. **Feliz 1958: o ano que não devia terminar**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMON, Silvana Aline Soares. Juscelino Kubitschek e a operação pan-americana (1956-1961). **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 10, n. 1, p. 139-150, jun. 2012. Disponível em:

file:///C:/Users/Rafaela/Documents/MAHCE/pesquisa%20atual/cap.1/Anos%20dourados%20e%20JK/PARA%20LER%20NA%20SEMANA%2020%20A%2027.11/Universitas%20Rela%C3%A7%C3%B5es%20Internacionais_v10_n1.indd.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1965. Disponível em:

https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg365136/drg365136.pdf. acesso: 09 abr. 2024

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à lava jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017

SOUZA, Neusa. S. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte. Ed. UFMG. 2010. Trad. Sandra Regina G. Almeida, Marcos P. Feitosa, André P. Feitosa.

VEIGA, Ana Maria. Quando Clio é preta, pobre, periférica: relocalizando a teoria da história. In COSTA, Bruno Balbino Aires da; SANTOS, Evandro; VASCONCELOS, Eduardo Henrique Barbosa de. (Orgs.). **Ensaio de teoria da história & história da historiografia**. Teresina: Cancioneiro, 2023.

VILLELLA, A. Dos “Anos Dourados” de JK à Crise não Resolvida. In: GAMBIAGI, F.; VILLELLA, A.; BARROS DE CASTRO, L.; HERMANN, J. **Economia Brasileira e Contemporânea (1945-2004)**. Rio de Janeiro: ELSIVIER/CAMPUS, 2005.

WANDERLEY, Sergio. Iseb, uma escola de governo: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 6, p. 913-936, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612150061>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/5N9rKgvdKkKxrpdbdPHcM3L/>. Acesso em: 25 ago. 2023.

XAVIER, L. Ética, estética e representação na literatura: (des)territorialização da língua e (des)enquadramento de imagens na escrita de Carolina Maria de Jesus. **Estudos Linguísticos e Literários**, Salvador, n. 73, p. 215–237, 2022. DOI: 10.9771/ell.i73.48102. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/estudos/article/view/48102>.